

**EXEMPLAR ÚNICO**



**República Federativa do Brasil**



**EXEMPLAR ÚNICO**

# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**ANO LII - Nº 023**

**SEXTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 1997**

**BRASÍLIA - DF**

**EXEMPLAR ÚNICO**



**MESA****Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

**1º Vice-Presidente**

Geraldo Melo – PSDB – RN

**2º Vice-Presidente**

Júnia Marise – PDT – MG

**1º Secretário**

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

**2º Secretário**

Carlos Patrocínio – PFL – TO

**3º Secretário**

Flaviano Melo – PMDB – AC

**4º Secretário**

Lucídio Portella – PPB – PI

**Suplentes de Secretário**

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitacio Cafeteira

**Vice Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

**EXPEDIENTE**

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 30ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE FEVEREIRO DE 1997

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagem do Senhor Presidente da República

##### Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 61, de 1997 (nº 1.441/96, na origem), de 24 de dezembro último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1996 (nº 725/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Parte Especial, sancionado e transformado na Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996. .... 03924

#### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 9, de 1997, de 30 de janeiro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 11, de 1997, adotada pelo referido Tribunal, sobre a solicitação da Comissão Temporária do Senado Federal destinada a investigar as obras não concluídas custeadas pela União, e examinar sua situação, referente às obras de terraplanagem e pavimentação asfáltica na Rodovia BR-158, trecho: Jataí/Caiapônia/Piranhas, no Estado de Goiás. .... 03924

#### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Encaminhando à Mesa projeto de lei que cria área de livre comércio no Município de Barcarena, no Estado do Pará. .... 03924

SENADOR EDISON LOBÃO, como Líder – Comentando reportagem do jornal *O Globo* de hoje, sobre a decisão do governo federal de excluir do preço mínimo para privatização da Vale do Rio Doce, as reservas daquela Companhia ainda não avaliadas em Carajás e Serra Leste, no Sul do Pará. Reafirmando a sua posição contrária à privatização da Vale do Rio Doce. .... 03925

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA, como Líder – Referências à manifestação do Senador Edison Lobão, como Líder do PFL, contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Congratulando-se com o empresário Antônio Ermírio de Moraes por seu interesse em participar

do leilão de privatização da Vale, criando, assim, a possibilidade das reservas do subsolo nacional continuarem nas mãos dos brasileiros. .... 03927

SENADOR BERNARDO CABRAL – Contribuição de S. Exª ao estudo sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal, de forma a estender a quaisquer decisões definitivas de mérito sumuladas do Supremo Tribunal Federal a eficácia "erga omnes" e o efeito vinculante para as jurisdições inferiores, descongestionando o Poder Judiciário. .... 03928

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Eleição do Desembargador Paulo Tinoco para Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. .... 03931

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Conclamando o Congresso Nacional à votação das reformas constitucionais, principalmente a administrativa, na próxima sessão legislativa ordinária, que se inicia em 17 de fevereiro corrente. .... 03932

SENADOR LAURO CAMPOS – Considerações sobre a eleição da Mesa Diretora do Senado Federal e a sua candidatura à Presidência desta Casa. Crise de legitimidade do poder que atinge os Poderes da República. Abertura comercial, causa e efeito do desequilíbrio na balança de pagamentos. .... 03932

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Anúncio pelo Ministro das Minas e Energia, Sr. Raimundo Brito, de que a licitação para a construção da hidrelétrica do Lajeado, no Estado de Tocantins, ocorrerá ainda neste semestre. .... 03935

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Repúdio às declarações do Ministro das Comunicações, Sr. Sérgio Motta, que anuncia a destruição dos opositores do governo e faz referências ao Governador do Paraná, Sr. Jaime Lener. Recusa do Presidente da República em ouvir a sua base de sustentação no Congresso Nacional, contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Necessidade da aprovação do projeto de resolução da Senadora Júnia Marise, que propõe o exame do edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce pelo Congresso Nacional. .... 03937

SENADOR VALMIR CAMPELO – Lei Orçamentária de 1997 aprovada pelo Congresso Nacional. Agilização das reformas constitucionais. .... 03940



SENADORA MARINA SILVA – Comentando reportagem publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** do último dia 2, sobre o alto índice de violência contra as mulheres no Estado do Acre.....

03940

#### 1.2.4 – Ofícios

Nº 276/97, de 5 de fevereiro do corrente, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.531-2, de 30 de janeiro de 1997. Designação dos Deputados Fernando Gabeira e Gilney Viana para comporem a referida comissão.....

03942

Nº 30/97, de 6 de fevereiro do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996. ....

03942

#### 1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 3, de 1997, de autoria do Senador Francisco Escórcio e outros Srs. Senadores, que altera os arts. 28, 29 e 77 da Constituição Federal, de modo a suprimir o segundo turno das eleições para Prefeitos, Governadores e Presidente da República.....

03942

#### 1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1997, de autoria do Senador Ademir Andrade, que cria a Área de Livre Comércio do Município de Barcarena, Estado do Pará, e dá outras providências. ....

03944

#### 1.2.7 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.507-16, em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

03958

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.508-14, em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial. Designação

da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

03958

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.511-7, em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. ....

03959

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.522-4, em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. ....

03960

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.523-4, em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. ....

03960

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.524-4, em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

03961

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.565-1, em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

03962

Término do prazo sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1996, que aprova a Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 1992.....

03962

#### 1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Necessidade da melhoria das condições de trabalho no campo, concomitantemente à implantação da re-



forma agrária no Brasil. Encontro de trabalhadores rurais, realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Boa/MT, denominado Grito da Terra Brasil, quando foi redigido um documento para chamar a atenção relativamente ao difícil acesso ao crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF. .... 03962

**SENADORA BENEDITA DA SILVA** – Crescente índice de violência em todas as camadas sociais brasileiras. Lamentando as cenas de violência transmitidas recentemente pelo programa Fantástico, em que uma ação policial na cidade de São Paulo provocou o assassinato violento de um pai de família. Apelo para que seja feita justiça neste acontecimento. Conclamando aos governos estaduais para que desenvolvam uma melhor política no tocante à preparação dos seus policiais militares. .... 03964

#### 1.2.9 – Comunicação da Presidência

Encerramento dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura, na data de hoje. .... 03964

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

#### 2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 29ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 5 de fevereiro do corrente e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. .... 03964

#### 3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 3 a 6 de fevereiro de 1997, e correspondência expedida. .... 03965

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997, e correspondência expedida. .... 03970

Resenha das matérias apreciadas pelo Congresso Nacional, no período de 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997, e correspondência expedida. .... 03979

#### 4 – ATAS DE COMISSÕES

2ª e 3ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 28 e 30-1-97, respectivamente. .... 03980

4ª Reunião da CPI criada através do Requerimento nº 1.101/96-SF, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e Municipais, nos exercícios de 1995 e 1996. .... 04009

#### 5 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 5, de 1997 (Republicação) ..... 04026

#### 6 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 16, de 1997 (Republicação) ..... 04027

#### 7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 93 a 98, de 1997 ..... 04027

#### 8 – MESA DIRETORA

#### 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)



## Ata da 30ª Sessão Não Deliberativa em 6 de fevereiro de 1997

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães e Carlos Patrocínio*

*(Inicia-se a sessão às 10h)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

### MENSAGEM

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:*

Nº 61, de 1997 (nº 1.441/96, na origem), de 24 de dezembro último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1996 (nº 725/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Parte Especial, sancionado e transformado na Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência recebeu o Aviso nº 9, de 1997, de 30 de janeiro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 11, de 1997, adotada pelo referido Tribunal, sobre a solicitação da Comissão Temporária do Senado Federal destinada a "Investigar as Obras não Concluídas custeadas pela União, e examinar sua situação", referente às obras de terraplanagem e pavimentação asfáltica na rodovia BR-158, trecho Jatá/Caiapônia/Piranhas, no Estado de Goiás.

O expediente, anexado original ao processado do Requerimento nº 651, de 1995, e, em cópia, ao processado do Diversos nº 1, de 1996, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, para uma comunicação.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nesta sessão em que se encerra a convocação extraordinária do Congresso Nacional, quero apresentar um projeto de lei que diz respeito à minha região, mais especificamente ao interesse do meu Estado, o Pará.

Esse projeto de lei cria uma área de livre comércio no Município de Barcarena, no Estado do Pará.

Vou ler a justificação, Sr. Presidente.

"Todos os Estados da Região Norte foram contemplados com a criação, nos últimos anos, de áreas de livre comércio – ALCs em seus territórios, a saber:

I – **Acre:** as ALCs de Brasiléia/Epitaciolândia e de Cruzeiro do Sul (Lei nº 8.857, de 08 de março de 1994);

II – **Amapá:** a ALC de Macapá/Santana (Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991);

III – **Amazonas:** a ALC de Tabatinga (Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989);

IV – **Rondônia:** a ALC de Guajará-Mirim (Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1989);

V – **Roraima:** as ALCs de Bonfim e Pacaraima (Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991).

2. A instalação exclusiva na Região Norte se justifica por várias razões:

I) é a região mais distante dos grandes centros produtores e consumidores do País; a enorme distância e a precariedade do sistema de transporte encarecem os produtos ali ingressados ou fabricados;

II) a possibilidade de desvio, para outras regiões mais povoadas e desenvolvidas do País, de mercadorias estrangeiras importadas, com isenção de impostos, para consumo local, torna-se diminuta;

III) a concentração dos investimentos industriais na Zona Franca de Manaus, com regime fiscal muito mais favorável que o vigente no resto da Amazônia, dificultou o sur-



gimento de pólos industriais em outras áreas, cujo desenvolvimento ficou restrito à exploração de matérias-primas;

IV) as ALCs contribuem para descentralizar a atividade comercial e industrial, estimulando a atividade econômica e turística em núcleos menores, espalhados pelo vasto território amazônico, com potencial de desenvolvimento.

3. É necessário, contudo, reparar a injustiça cometida contra o Pará, único Estado nortista privado de ALC. O projeto que ora apresento à consideração dos meus Pares visa justamente reparar essa injustiça ao propor a criação da ALC de Barcarena.

Esse município apresenta condições de infra-estrutura propícias ao desenvolvimento industrial: porto (Vila do Conde), rodovia, energia (Tucuruí) e mão-de-obra. Dispõe de um importante complexo industrial produtor de alumina e alumínio, mas está relegado à condição de mero exportador dessas matérias-primas. Os benefícios fiscais previstos no projeto, idênticos aos concedidos às ALCs, permitirão o aproveitamento local de suas matérias-primas, através da progressiva instalação de indústrias manufatureiras de derivados do alumínio e de outros produtos conexos.

A Zona Franca de Manaus caracteriza-se por ser mera montadora de produtos fabricados no exterior, o que propicia uma evasão de divisas, perpetuando um falso crescimento desenvolvimentista, pois, com sua adoção, a capital e o Estado do Amazonas continuam sendo apenas exportadores de matéria-prima.

Já a ALC de Macapá não passa de um pólo de comercialização de produtos importados fabricados pelos países asiáticos, europeus e americanos, fortalecendo, portanto, a economia estrangeira e contribuindo sobremaneira para o sucateamento da indústria nacional.

Nesse quadro desalentador, a ALC de Barcarena se caracteriza pela instalação de um pólo industrial de fabricação de bens intermediários e de consumo com aproveitamento da matéria-prima e da mão-de-obra existente na região, criando uma área de

competição internacional propiciada pela sua localização privilegiada e pelos insumos existentes na Amazônia.

Essas são as razões que me levam a confiar no apoio dos meus Pares."

Espero que nós todos, Senadores, façamos justiça ao Pará, que é o único Estado da Amazônia que ainda não tem área de livre comércio. Isso contribuirá enormemente para o desenvolvimento regional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a rouquidão – dizer do Presidente da República – não tem acometido apenas as ruas, ela também já afeta muitos de nós que aqui temos lutado contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

As ruas atenderam, segundo o Presidente, aos seus clamores, e aí está Sua Excelência já praticamente contemplado com a possibilidade de reeleição. Aqui no Senado, alguns poucos Srs. Senadores têm lutado contra o propósito determinado do Governo de promover, a qualquer custo, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

O jornal **O Globo** de hoje nos apresenta uma importante reportagem sobre os entendimentos e as providências que estão em curso para a privatização dessa grande empresa estatal.

Diz **O Globo**:

"O Conselho Nacional de Desestatização (CND) decidiu ontem, em reunião realizada no Palácio do Planalto, excluir as reservas não cubadas (avaliadas) da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em Carajás e Serra Leste, no Sul do Pará, do preço mínimo que será pedido no leilão de privatização da estatal.

A medida, explicou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, tem por objetivo preservar os interesses da União, atual acionista majoritária, tendo em vista que todos os estudos preliminares realizados até agora indicam que há grandes possibilidades de serem descobertas na região reservas de ouro e cobre sem similar no mundo.

Para administrar essas duas áreas, Carajás e Serra Leste, que têm potencial



promissor mas de elevada incerteza de seu efetivo potencial, o Governo Federal resolveu criar uma sociedade de pesquisa na qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em nome da União, e a Companhia Vale do Rio Doce passarão a deter cada uma 50% do capital da nova sociedade.

Com isso, o peso dessa jazida em potencial não será levado em consideração para a elaboração do preço mínimo. Em contrapartida, quando a Companhia Vale do Rio Doce estiver privatizada, e no caso de um eventual sucesso nos trabalhos de prospecção, a União terá direito a ficar com a metade do que for descoberto no futuro."

Ora, Sr. Presidente, vem agora o Governo determinar exatamente aquilo que temos pregado aqui todos os dias. Temos dito imperativamente que não se pode vender um patrimônio cujo valor não se conhece. Como alienar, mediante licitação pública, reservas de ouro, de minério de ferro e de outros minérios se não se tem a consciência de quanto isso vale?

Esse patrimônio é do povo brasileiro, não de meia dúzia de técnicos e de tecnocratas que a todo custo pretendem ver-se livre da Companhia Vale do Rio Doce.

Diz ainda o jornal que, dentro de 30 dias, devem ser publicados os editais para a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

O Ministro Kandir disse que os ativos de natureza operacional da empresa, ou seja, a capacidade de pesquisar, de extrair, de processar e transportar minérios em sua pauta de produção, são fáceis de mensurar e serão incluídos no preço mínimo. Exato. Essa é a única parte que pode ser mensurada, razão pela qual pode ser facilmente vendida.

A outra parte, reservas da União, pertencem ao povo brasileiro. Essas, por não serem de fácil mensuração, jamais deveriam ser vendidas.

Sr. Presidente, Francisco Schettino, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, nos informa que o Sul do Pará é uma região plana. Diz ele: "De repente, surge uma montanha com 750m de altura. A Vale tem 54 anos de trabalho na área de mineração. Estamos próximos de chegar a uma jazida talvez inédita no mundo – salientou Schettino". São declarações do Presidente da Vale do Rio Doce, como V. Ex<sup>as</sup> podem constatar. Estamos próximos de chegar a uma jazida inédita no mundo.

Ainda, assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, insiste-se em vender a Companhia Vale do Rio Doce. Não sei que motivações tem o Governo – apóio o Governo, pretendo votar, neste plenário, favoravelmente ao princípio da reeleição – para assim proceder. O Governo, nesse particular, a meu ver, procede mal, uma vez que obstinadamente quer ver-se livre de um patrimônio nacional. Com isso não posso estar de acordo.

**O Sr. Ademir Andrade** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Não ficaria tranqüilo com a minha consciência, se aceitasse aqui, em silêncio, a venda da Companhia Vale do Rio Doce. Ouço o Senador Ademir Andrade.

**O Sr. Ademir Andrade** – Senador Edison Lobão, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Estou de pleno acordo com suas afirmações, até porque essa idéia do Governo é completamente descabida. Por exemplo, imaginemos que a empresa descubra uma reserva de determinado minério. A União dirá que vai ser dona de metade desse minério, e a outra metade vai pertencer à empresa que fizer a descoberta. Ora, quem vai, afinal de contas, explorar a riqueza? A parte da União vai ser extraída para ela gratuitamente? Como serão avaliados os custos da execução desse trabalho? Na verdade, o que o Governo está fazendo é um verdadeiro absurdo. Vender uma companhia como a Vale do Rio Doce é absolutamente inexplicável. A Nação inteira está contrária a essa atitude. Talvez os compromissos internacionais do Presidente Fernando Henrique Cardoso estejam fazendo com que Sua Excelência persista nessa idéia. Quem sabe também Sua Excelência está sendo influenciado por esse privatista obsessivo que é o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup>, acho que o Senado não deve acatar a idéia de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Devemos nos somar, devemos avaliar profundamente esse processo que se pretende utilizar, porque não acredito nele. O preço que se está cogitando, Senador Edison Lobão, não corresponde ao preço das reservas já dimensionadas; está muito longe disso. Como se vê, isso ainda vai dar muito, segundo o ditado popular, pano para manga. Vamos ter que discutir e vamos trabalhar para que o Governo repense essa decisão. A Vale é estratégica para o desenvolvimento do nosso País e a nossa Nação não pode abrir mão dessa empresa.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Agradeço, Senador Ademir Andrade, a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Acentuo que não acredito que seja da inteligência do Presidente



Fernando Henrique a decisão obstinada de vender a Companhia Vale do Rio Doce. Tanto não é que a decisão tomada ontem, no sentido de separar essas reservas minerais ainda não definitivamente avaliadas da venda das ações da Companhia, foi tomada no Palácio do Planalto com a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Todavia, o Presidente não tomou ainda uma decisão de Chefe de Estado, no sentido de pelo menos adiar por tempo razoável essa obstinada decisão do BNDES e de alguns técnicos do Ministério do Planejamento de vender as ações da Companhia Vale do Rio Doce.

Agora, vejam a gravidade do problema: exatamente ontem, dia em que o Governo toma a decisão de separar as minas de ouro e de outros minerais da venda, as ações da Companhia Vale do Rio Doce têm uma elevação de 5%, o que eleva, portanto, o seu valor de US\$10 bilhões para US\$12 bilhões em apenas um dia. Repito: em apenas um dia, o valor das ações foi elevado na Bolsa de US\$10 para US\$12 bilhões. E mesmo assim o Governo deseja vendê-la por US\$10 bilhões apenas.

Sr. Presidente, não posso compreender, por mais que eu me aplique no exame dessa questão, essa obstinação do Governo.

Diz ainda **O Globo**:

"Reservas de minério de ferro vão durar 400 anos.

A decisão do Governo Federal de retirar da privatização da Vale as jazidas com reservas ainda não avaliadas, como a de ouro, descoberta em fins do ano passado em Carajás, não acaba com o fascínio que a companhia exerce sobre o capital estrangeiro. Quem comprar a Vale levará, junto, reservas de minérios que vão durar dezenas e até centenas de anos, como é o caso das 41,2 bilhões de toneladas de ferro, que só se esgotarão em 400 anos. As 300 toneladas de ouro comprovadas são suficientes para 51 anos de exploração. Assim como 1,1 bilhão de toneladas de bauxita, que acabarão em 130 anos de exploração, mantida a produção atual de oito milhões de toneladas por ano.

As maiores riquezas do País, ainda inexploradas, estão em Carajás, no Sul do Pará, na Amazônia Central. Nessa região está uma das mais ricas províncias minerais do planeta. Geólogos costumam dizer que, em Carajás, basta dar um chute na terra que

se encontrará alguma nova riqueza. Foi em Serra Leste, por exemplo, que a Vale descobriu uma reserva de 150 toneladas de ouro no início do ano passado. A companhia continua desenvolvendo pesquisas que permitem imaginar a existência de muito mais ouro.

Foi também em Carajás que, em outubro do ano passado, a Vale descobriu uma nova jazida de ouro e cobre, com reservas ainda não conhecidas. A companhia fez nessa região, chamada Corpo Alemão, 12 furos de sondagem e prevê fazer mais 30 para conseguir avaliar as reservas, que podem chegar a 500 toneladas de ouro."

Sr. Presidente, concluo – V. Ex<sup>a</sup> já me chama a atenção – dizendo que este Plenário tem a responsabilidade de examinar essa questão e votar o projeto aqui apresentado, que não visa exatamente impedir a venda da Companhia Vale do Rio Doce, mas submeter essa venda a um exame mais acurado do Congresso Nacional, do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Epitacio Cafeteira, como Líder, por cinco minutos.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** (PPB – MA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu Partido fica realmente feliz quando vê que o Partido da Frente Liberal, através de seu Líder em exercício, acaba de dizer que é contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Isso é motivo de alegria e de felicidade, porque o nobre Senador não falou em seu nome, mas como Líder, em comunicação de Liderança, e fico me perguntando por que o Partido da Frente Liberal não votou a favor do nosso projeto de resolução, que determinava que passasse pelo Senado a deliberação de vender a Vale do Rio Doce. Então, não podemos ficar reclamando daquilo que nós, Senadores, abrimos mão.

Entregamos realmente ao BNDES a decisão de vender a quem quiser, por quanto quiser, na forma que quiser, não só a companhia, mas também aquilo que a companhia havia recebido porque era do Governo: o subsolo das terras da Vale do Rio Doce.

Hoje, estamos vendo alguma coisa inusitada.



Diz **O Globo**: "Venda da Vale excluirá as reservas não avaliadas". Isso acontecerá da seguinte maneira: o que não estiver avaliado será colocado sob contrato de risco e a empresa ficará com metade.

Mas que risco existe para uma empresa que está montada em reservas de ouro? Qual é o risco que vai existir? O risco é para nós, porque vão levar essas reservas! O risco é para nós, porque a Constituição diz que essas reservas são do País.

**O Sr. Edison Lobão** – Permite-me V.Exª um aparte?

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** – Lamento, nobre Senador, mas nas comunicação de Liderança apenas a pessoa fala por seu Partido, sem direito a conceder aparte. De outra forma, concedê-lo-ia com alegria a V. Exª.

Não quero, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, no início de sua gestão, contribuir para que não seja respeitado o Regimento da Casa.

A única notícia sobre a Vale do Rio Doce que li com alegria, e alegria mesmo, foi a de que o empresário Antônio Ermírio de Moraes se interessava em participar do leilão de privatização da Vale. E que estava atrás de encontrar parceiros para que a Companhia Vale do Rio Doce continuasse a ser do Brasil, para que as reservas do subsolo brasileiro continuassem a pertencer a pessoas brasileiras.

Lamentarei, Sr. Presidente, se não se encontrar uma fórmula de financiar, de alguma forma, grupos brasileiros que queiram participar dessa privatização.

Telefonei ao empresário Antônio Ermírio de Moraes e disse-lhe que o microfone que o povo do Maranhão me deu para usar nesta Casa está à disposição de qualquer grupo brasileiro que queira lutar para que o Governo entenda que é importante que essa empresa fique no Brasil.

Não se discute se o que foi gasto nos programas do Proer foi bem ou mal empregado, mas que se pense em muito menos do que isso para ajudar empresários brasileiros que queiram enterrar a bandeira do Brasil na serra da Vale do Rio Doce e dizer "isto é nosso", "isto é do Brasil".

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

V. Exª dispõe de vinte minutos.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna na última sessão desta Convocação Extraor-

dinária é uma contribuição que desejo dar ao estudo que se faz sobre o efeito vinculante das súmulas do Supremo Tribunal Federal. E o faço com a responsabilidade de quem foi relator da Assembléia Nacional Constituinte, passou pela presidência da Ordem dos Advogados do Brasil e, depois, foi Ministro da Justiça.

É uma colaboração para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entendi de fazê-la por escrito para que não só conste dos seus Anais, mas para que possa servir de reflexão aos companheiros que a integram.

A proposta inicial, cujo primeiro signatário foi o ilustre Senador Ronaldo Cunha Lima, alterava o § 2º do art. 102 da Constituição Federal, de forma a estender a quaisquer decisões definitivas de mérito sumuladas do Supremo a eficácia **erga omnes** e o efeito vinculante para as jurisdições inferiores. E não apenas nas ações declaratórias de constitucionalidade ou ato normativo federal, como reza o atual § 2º

A preocupação expressa pelos autores – inclusive este que aqui se pronuncia – era a de prevenir o desordenamento jurídico da ordem social pelas decisões conflitantes – demasiado frequentes – das instâncias judiciais, mesmo quando o pretório excelso já se houvesse manifestado Concludentemente na espécie, quanto ao mérito.

Examinada com particular cuidado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC 54, de 1995, relatada pelo nobre Senador Jefferson Péres, meu prezado colega de representação do Estado do Amazonas, foi aperfeiçoada por substitutivo. Esse substitutivo introduziu cláusula prudencial no texto inicial e perfez-lhe a redação, à vista da grande preocupação que vem sendo manifestada no mundo jurídico, sobretudo pelos aplicadores do Direito. Assim, para que ocorra a eficácia **erga omnes** e o efeito vinculante para as demais instâncias do Poder Judiciário e para o Poder Executivo, será necessário que o Supremo Tribunal Federal o declare expressamente. Ou seja: a mera sumulação não implica efeito vinculante automático para os demais juízes e tribunais. Tal efeito produzir-se-á apenas se e somente se a Corte suprema o entender e intender.

É sobejamente sabido – coloque-se, mais esta vez, em relevo – que muitos setores da sociedade manifestam apreensão quanto a possíveis consequências perversas do efeito vinculante, associando-o à história não muito remota da advocatária, de experiência amiúde criticada como fator de adiamento e mesmo impedimento de decisão definitiva em matéria de direito e de direitos.



Têm-se registrado, contudo, manifestações reiteradas da Presidência do Supremo de que um sem-número de feitos repetem, indefinidamente, matérias já julgadas pelo Tribunal, sem que tenha ocorrido, pelo menos, o efeito pedagógico de aprendizado, sobretudo dos juízes de primeira instância, com o viés de ter-se aberto uma via na qual a ausência de efeito vinculante parece ser sinônimo de idiosincrasia judicial. Doutra parte, não aparenta haver risco na redação adotada pelo substitutivo da Comissão de Justiça desta augusta Casa, de que se interprete esse ajuste do texto constitucional no que respeita as competências do Supremo Tribunal Federal, como sustentação da hipótese de que juízes fiquem manietados e, conseqüentemente, violados na sua independência jurídica para a prestação da jurisdição. Seria ignorar não apenas a independência do juiz, mas também e principalmente a organicidade do sistema jurídico e judicial.

Pelo contrário, o princípio do convencimento no foro da consciência, próprio ao exercício independente da jurisdição, somente se pode aplicar no quadro da lei. Ora, incumbe ao Supremo, em particular quando se tratar de questão do fundamento constitucional da ordem jurídica e da defesa radical do direito e dos direitos, dar a palavra final.

Para que a palavra seja final, e para que essa terminalidade da decisão seja eficaz, a PEC 54, de 1995, deixa ao encargo do próprio Tribunal máximo, de modo que não se ventile a suposição de que qualquer uma de suas súmulas seja incontornável pelos demais juízes e tribunais.

Nem se pode – com bom-senso – pressupor que o Supremo se tome em construtor de pirâmides jurídicas milenares e imutáveis. O mesmo tribunal, quando posto diante de situações novas, poderá retirar a declaração de vínculo, por iniciativa própria. Basta, para tanto, que seu Regimento Interno passe a considerar a questão tão logo a matéria ingresse no mundo jurídico, admitida a aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição e sua subsequente promulgação como emenda formal.

Lembre-se, por fim, que o efeito vinculante já existe nas ações declaratórias de constitucionalidade. O que faz a PEC 54, de 1995, é reforçar a tendência brasileira de somente contemplar como final a palavra dos juízes supremos. Entenda-se bem: a expectativa social de recorrer ao Supremo para deslinde de controvérsia, em última instância, recebe, em geral, expressão formalizada na PEC 54, de 1995. E não se olvide que não são todas as decisões de Justiça que passariam a ter efeito vinculante:

apenas aquelas que forem da alçada do Supremo, que a ele chegarem, e quando este o declarar assim. Ter-se-á, dessa forma, não apenas ordenação jurídica no País, como já é o caso, em ambiente de democracia social, política e econômica, bem assim de liberdade de opinião e de respeito aos direitos subjetivos e coletivos, identificados ou difusos, mas igualmente ordenação jurisprudencial, pois é corrente que juízes e tribunais inferiores refiram-se às decisões do Supremo para estear as suas próprias, dando-lhes vinculação de facto.

Recordemos, ademais, que a modificação da Carta Magna enunciada nesta Proposta ainda há de ser submetida ao exame da Câmara dos Deputados, o que permitirá o progresso em seu entendimento e quiçá algum aperfeiçoamento adicional, que, nessa hipótese, deverá retornar ao exame do Senado, a fim de que não possam deixar de existir regras claras a respeito de sua efetiva utilização.

11. Concluindo, consigne-se – de um lado – ser indispensável que o Senado Federal esteja plenamente consciente do alcance da deliberação que se apresta a tomar e – de outro lado – que o legislador faz do Supremo Tribunal Federal partícipe da maturidade cívica e nacional do processo de decisão judicial, para o bem dos brasileiros e da proteção de seus direitos.

**O Sr. Ramez Tebet** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Ouço V. Exª, Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** – Senador Bernardo Cabral, como sempre, V. Exª tem senso de oportunidade ao ocupar a tribuna, na manhã de hoje, trazendo um assunto importantíssimo para a sociedade brasileira. Aliás, a sociedade está discutindo, meditando e debatendo a PEC que trata do efeito vinculante das súmulas. Particularmente, parablenzo V. Exª por trazer assunto tão oportuno e importante. Nobre Senador Bernardo Cabral, estarei no Estado do Mato Grosso do Sul – Estado que modestamente represento nesta Casa – , no dia 14 de fevereiro, reunido com a Seção da Ordem dos Advogados do Brasil e todas as subseções do Estado, como convidado, para debater a respeito da Súmula Vinculante. Recolhi, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania todos os elementos para, depois de debatê-los com a Ordem dos Advogados de Mato Grosso do Sul – que V. Exª conhece muito bem, e que tem um grande respeito e admiração por V. Exª – trazer para esta Casa o que lá discutimos. De tal forma que, peço a V. Exª, ao congratular-me com o seu pronun-



ciamento, que me conceda, por gentileza, cópia do seu pronunciamento para que eu possa balizar a discussão da mesa-redonda que teremos lá na Seção da Ordem dos Advogados de Mato Grosso do Sul. A súmula é realmente importante. Daí surgir um dilema: o que a sociedade prefere? Segurança ou justiça? A súmula virá para inibir os juízes e os tribunais inferiores? A súmula tirará a liberdade de criar, de inovar dos juízes? Ela vai congestionar a inteligência e a atividade criadora dos nossos juízes, que têm de aplicar o direito à realidade concreta dos fatos? A meu ver, essa é a grande discussão. Se de um lado, a súmula vai descongestionar, por exemplo, o Poder Judiciário, que hoje está abarrotado com milhares de processos, por outro lado, existe essa grande dúvida. De tal ordem que, sem entrar ainda no mérito, estudando que estou o assunto, mas como advogado, tendo grande preocupação com a questão, faço esse pedido, ao tempo em que vou levar cópia do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, porque sei que será bem recebido entre os advogados do Estado de Mato Grosso do Sul. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, que coloca o assunto com grande equilíbrio, principalmente quando afirma que o tema não está esgotado nesta Casa. Ele tem origem nesta Casa, vai à Câmara dos Deputados, podendo voltar ao Senado da República. Portanto, todos nós e a sociedade brasileira debateremos, durante algum tempo, essa matéria antes que ela seja definitivamente resolvida. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Senador Ramez Tebet, conheci V. Ex<sup>a</sup> há quase 20 anos no fórum da nossa profissão. Era eu Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e V. Ex<sup>a</sup> exercia o comando da Ordem dos Advogados de Mato Grosso. E, naquele instante, quando nos conhecemos, exatamente ali na sua região, estávamos tratando da volta ao Estado de Direito, das prerrogativas da magistratura. E o que é interessante é que, geralmente, quem luta pelos direitos dos juízes somos nós, os advogados.

De lá para cá, nessa longa caminhada, o que verifico é que a nossa amizade não apenas se consolidou, como ampliou, transformando-se numa admiração mútua, porque palmilhamos exatamente a linearidade da nossa profissão. Chego a dizer que é única, que permite penetrar no sacrário inexplorado da alma humana. Não conheço nada que dignifique tanto a vida quanto à liberdade. Mas se a vida o médico pode garanti-la, a liberdade só nós, advogados, podemos obtê-la para os nossos clientes.

Portanto, quando V. Ex<sup>a</sup> traz à colação aquilo que preocupa a sociedade por inteiro, na frente ou à

frente dela, está a nossa Ordem dos Advogados do Brasil, que cresce muito quando se esgota a palavra chamada democracia. É sempre nas crises agudas, da falta do Estado de Direito, que a OAB cresce. Hoje, como nós estamos em plena democracia, ela está recolhida ao seu lado interno, lutando, como disse, agora pelo lado de aprimorar o chamado efeito vinculante das decisões do Supremo.

Sou eu quem se sente privilegiado em tê-lo como aparteante. E, mais do que isso, por V. Ex<sup>a</sup> solicitar cópia do meu discurso, que, sei, não será apenas para lê-lo, mas para corrigi-lo e para engrandecê-lo.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Quanta amabilidade neste plenário!

**O Sr. Jefferson Péres** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Antes, gostaria de dar uma resposta ao nobre Senador Josaphat Marinho. Essa amabilidade decorre de termos na Presidência o nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, que colocou por terra tudo aquilo que havia, segundo dizia, em duplicidade. Hoje o que se vê, ao longo do convívio aqui, é apenas a ternura e o afeto que dispensa aos seus companheiros.

De modo que é por isso que a ternura está existindo.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** – Senador Bernardo Cabral, V. Ex<sup>a</sup> aborda assunto da mais alta relevância e o faz com a propriedade e o brilho de sempre.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jefferson Péres** – Aproveito para registrar, Senador Bernardo Cabral, como o Congresso, às vezes, é injustiçado. A PEC, que trata do efeito vinculante, estava incluída nesta convocação extraordinária. Amanhã se acusará o Senado de não tê-la votado; mas entendo que o fez muito bem. Trata-se de matéria altamente polêmica, e achamos por bem adiar o exame para mais tarde, mesmo ao risco de sermos acusados de displicentes, porque não se pode apreciar uma matéria desse porte com açodamento. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, sou o Relator, já tinha emendado...

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Quero corrigir V. Ex<sup>a</sup>: emendado, não, aperfeiçoado o texto.

**O Sr. Jefferson Péres** – Muito obrigado se deixo por conta da elegância proverbial de V. Ex<sup>a</sup>. ... emendado, com a cautela de deixar a critério do Supremo Tribunal Federal dar efeito vinculante às suas decisões; mas, ainda assim, foram apresentadas



seis emendas em plenário. Há manifestações contrárias em diferentes segmentos da sociedade. A vinculação obrigatória terá implicações profundas no seio do Judiciário.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sem dúvida.

**O Sr. Jefferson Péres** – De forma que, como já anunciei em plenário, achei prudente convidar as entidades envolvidas, como o Supremo Tribunal Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Magistrados, o Ministério Público e juristas de renome para, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, debaterem a matéria, para só então este Senado, com perfeito conhecimento de causa, deliberar sobre matéria tão importante. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Obrigado.

Nobre Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup> foi exatamente ao fio condutor filosófico deste pronunciamento, que, no fundo, é exatamente este, a forma acertada como V. Ex<sup>a</sup> procedeu na idéia de chamar aqui as pessoas que têm responsabilidade sobre o assunto: o Presidente do Supremo, o Presidente da OAB, grandes juristas, que possam dar a sua contribuição.

Quando, Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, vim à tribuna foi exatamente para poder dar uma contribuição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que reputo como a mais importante da Casa, pela serenidade com que os seus membros devem agir, pela forma correta que tem de participar dos grandes debates nacionais, sobretudo aqueles que, dentro de si, carregam a chamada propriedade jurídica.

E vejo que, na idéia do Senador Ramez Tebet com a minha, Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup> incorpora a grande dificuldade que a sociedade encontra para, ao primeiro impacto, aceitar o efeito vinculante. Talvez possa, como diz V. Ex<sup>a</sup>, alguém censurar ou fazer restrições à forma pela qual o Senado retarda esta matéria. Retarda para melhorá-la, para aprimorá-la, para dizer ao mundo jurídico que a responsabilidade daqueles que aqui se encontram – advogados militantes, professores de Direito – não é apenas a chamada contribuição **en passant**, mas aquela definitiva, uma vez que estamos tratando do direito e patrimônio das pessoas.

Qualquer passo em falso, qualquer forma de se desviar deste caminho – que pode ser tortuoso, por enquanto, mas que nós o queremos retilíneo -, amanhã, se isso ocorrer, a culpa recairá sobre o Senado, como autor, e sobre todos nós, que fizemos a emenda e a assinamos, e depois sobre V. Ex<sup>a</sup>, com a responsabilidade de Relator. Como dizia eu, no meu

discurso, a matéria irá à Câmara; a Câmara a aprimorará e, ao fazê-lo, retornará para o Senado.

Com isso, Sr. Presidente, encerro, porque sei que o meu tempo está esgotado, mas não quero fazê-lo, sem mais uma vez dizer que cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, com a cordialidade que é própria entre ambos, e desejo-lhe, mais uma vez, uma boa gestão à frente do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, em nome da Liderança do meu Partido, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o nobre Senador Francelino Pereira, para uma breve comunicação, por cinco minutos.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** (PFL – MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sinto-me satisfeito de assomar a esta tribuna, para fazer uma comunicação que vem repercutindo em Minas Gerais.

Trata-se da eleição do Desembargador Paulo Tinoco, ontem, para Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

O Desembargador Paulo Tinoco é uma das figuras mais respeitadas e, exercendo cordialmente a vida da magistratura, vem dando ao Poder Judiciário uma contribuição significativa para o seu desenvolvimento e o seu aprimoramento.

S. Ex<sup>a</sup> guarda as virtudes mineiras de probidade, de serenidade, de equilíbrio e de sensatez nas decisões que engalanam toda a sua vida na magistratura.

Tive oportunidade de convidá-lo para fazer parte do meu Governo. Como Consultor do Estado, exerceu as suas funções com absoluta isenção e ingressou, depois, no Tribunal de Justiça, por nomeação do então Governador, que hoje está falando aqui no Senado, e agora acaba de ser eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

O Tribunal de Justiça em Minas é uma Instituição absolutamente respeitada, todos os seus componentes exercem a magistratura com um sentimento de dignidade, no pressuposto de que a liturgia do Poder deve ser respeitada, inclusive pelo sentimento de mineiridade.

De forma que quero transmitir, desta Tribuna, o meu abraço fraternal, em nome dos mineiros, ao Presidente Paulo Tinoco, à sua família e aos seus colegas de Tribunal, pela sua eleição para Presidente da nossa Instituição, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB – AM. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta quinta-feira pré-carnavalesca, mas com aspecto de velório, encerramos esta convocação extraordinária.

Daqui a alguns dias terá início a terceira sessão legislativa e a segunda metade da presente legislatura, quando este Senado terá a oportunidade, já sob o comando de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, de continuar o processo de resgate da sua imagem, iniciado na gestão do Presidente José Sarney.

De várias maneiras poderemos fazer isso, e espero em Deus o façamos.

A primeira V. Ex<sup>a</sup> já anunciou, Sr. Presidente, quando comunicou, em seu discurso de posse, que daria prioridade à regulação das medidas provisórias. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já aprovou parecer do Senador José Fogaça, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, que ainda virá ao plenário. O Projeto Fogaça não é pacífico; certamente, sofrerá emendas. Não sei como, afinal, será aprovado em plenário. Porém, seja qual for a fórmula que vier a ser encontrada, não poderemos nos omitir. O poder legiferante do Congresso foi usurpado pelo Executivo, não pelo atual, mas por todos, sem exceção, desde a promulgação da Constituição de 88. Temos que retomar esse poder.

Tenho a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> cumprirá o seu compromisso; não que isso dependa exclusivamente da sua ação, mas ela, sem dúvida, será decisiva nesse resgate. Obviamente, a recuperação do Senado não poderá ficar apenas nas costas do Presidente da Casa; vai depender de todos nós. É preciso que todos os Senadores, mais do que nunca, por atos, e não por palavras, na prática, e não apenas na prédica, saibam honrar os mandatos que receberam. Na sucessão de atos do cotidiano, no dia-a-dia, ao longo do mandato, é que poderemos fazer isso. Temos a obrigação de votar as reformas que o Brasil reclama. E na votação das mesmas, com atitudes e com gestos, nos impor ao respeito da sociedade.

Dou apenas um exemplo, Sr. Presidente. A reforma administrativa, ora em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados, contém um dispositivo altamente moralizador: estabelece teto de remuneração para todos os servidores públicos, inclusive os agentes políticos.

O Ministro Bresser Pereira, talvez preocupado em obter o apoio do Congresso para a reforma, acenou com a possibilidade de Congressistas e Magistrados ficarem excluídos do teto. Será o pior que poderemos fazer. Estabelecer teto de remuneração para os servidores públicos, menos para nós mesmos e para os Magistrados, vai ser um toque de finados para esta Casa. Será um erro imperdoável legislar em causa própria, estabelecendo um privilégio para nós mesmos.

Sr. Presidente, sinto-me muito à vontade para dizer isso, porque eu próprio serei atingido; aposentado que sou pelo Poder Judiciário do Estado do Amazonas, o somatório dos meus subsídios e dos meus proventos ultrapassa o teto que se pretende estabelecer.

Espero muito e até rezo por isso. Não estou fazendo uma declaração hipócrita. Vou lutar muito para que o Senado rejeite essa sugestão espúria; repito: se a acolhermos, será o nosso atestado de óbito moral.

Sr. Presidente, aproveito este pronunciamento para me congratular com V. Ex<sup>a</sup>, que, a essa altura, já poderia estar na sua Bahia natal, pois se trata de uma sessão não-deliberativa; no entanto, V. Ex<sup>a</sup> dá o exemplo e aqui se encontra presidindo a esta sessão.

Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. LAURO CAMPOS** (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faz agora dois anos que me tornei aquilo que na ocasião chamava de calouro na atividade parlamentar. Antes, jamais havia exercido qualquer cargo político, jamais havia tido o desempenho do mandato.

Ao adentrar esta Casa, diante de apenas uma candidatura à sua Presidência, lancei a minha, o meu modesto nome, de um professor universitário que jamais aceitou exercer qualquer função administrativa de chefe ou de diretor — as duas vezes em que fui obrigado a fazê-lo pedi demissão ao final de, no máximo, uma semana.

Sou exclusivamente professor, de dedicação exclusiva. Desde a minha juventude tinha a convicção de que ali, na universidade, poderia me enriquecer e me realizar como ser humano. Portanto, não foi ambição, não foi a vontade de que as luzes da ribalta iluminassem a minha modesta figura que fez com que eu lançasse o meu nome à Presidência do



Senado; foi a convicção, a certeza de que era necessário que houvesse uma disputa e que houvesse, pelo menos, uma anticandidatura, pelo menos um nome apagado, sem nenhuma chance de vitória, como o meu. E se essa chance existisse, não lançaria o meu nome.

Quando fui candidato a Governador de Brasília, numa conjuntura política muito desfavorável em que o Presidente Collor estava aqui impondo o seu governo sucateador, despótico e, para mim, autoritário e impatriótico, que veio se revelar na CPI aqui constituída, como também, tangenciando a linha da moralidade, dizia, no início, da campanha: "Se eu ganhar, estou perdido". Diante dessa convicção, renunciei também à uma candidatura a governador que tinha óbvias e grandes oportunidades de vitória.

Portanto, foi com tranqüilidade que lancei o meu nome às vésperas da eleição, pois havia reiterado ao Senador Eduardo Suplicy que ele deveria desempenhar esse papel. Como S. Ex<sup>a</sup> não quis, então eu assumi o ônus, do que hoje não me arrependo. Naquela ocasião, me inscrevi disposto a ter um único voto: o meu. Alguns minutos antes, meu companheiros de Partido tinham dúvidas a respeito da minha iniciativa. Não me arrependo. Àquela época, disseram que minha candidatura era anti-regimental. Disse que, se assim fosse considerada, recorrería à Justiça.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje estamos aqui diante do resultado de uma eleição que engrandeceu esta Casa, de uma disputa em que dois candidatos, com grande respaldo eleitoral, se apresentaram à nossa escolha democrática. Naquela ocasião, afirmei que o que eu estava fazendo, entre outros significados, objetivava romper com a tradição pouco democrática da candidatura única, muito a gosto dos governos ditatoriais de esquerda e de direita. Portanto, escrevi algumas páginas que nunca li e nunca divulguei, pois minha candidatura foi lançada poucas horas antes da votação e em condições muito particulares.

Estou, portanto, realizado ao perceber que agora, desta vez, também a disputa democrática se instaura nesta Casa, dando início a um processo mais livre, mais democrático de escolha da Mesa Diretora, sendo, portanto, estas palavras impronunciáveis.

A crise da economia brasileira atingiu a sociedade toda, tragou a vitalidade de instituições arcaicas, sem que a seiva do novo pudesse circular, revelou a podridão do conteúdo que alimentou um crescimento econômico, concentrador de renda, de poder, de capital, de saúde, de vida, de saber e de fartura, nas

mãos de uma minoria cada vez mais rala, mais privilegiada, mais egoísta e mais disposta a usar e apoiar a violência como instrumento de preservação de seus privilégios ameaçados pela crise. O processo fracassado de crescimento, por meio da exclusão da massa dos trabalhadores e dos funcionários dos resultados do trabalho coletivo, encontra as suas raízes fincadas numa estrutura produtiva voltada para a produção de artigos de luxo, de carros, de duráveis, de perfumarias, cuja reativação – agora apelidada de crescimento sustentado – impõe o recrudescimento da concentração de renda, da ampliação do mercado interno para os artigos de luxo e de superluxo aqui produzidos ou importados em troca da exportação de **commodities**, de alimentos, de artigos essenciais de consumo popular.

A crise econômica, política, social, ética, jurídica e institucional, está sendo exorcizada pela exacerbação do caos, pela aplicação e repetição de medidas inadequadas para superar as contradições, os conflitos e as angústias que se aprofundam após cada tratamento em que os tecnocratas mudam os rótulos mas preservam os seus equivocados e perversos receituários.

A reprodução do sistema distorcido exige que o paciente Brasil seja silenciado pela anestesia da falsa consciência tão bem produzida nos meios de comunicação coniventes, no analfabetismo funcional, na amnésia das experiências fracassadas e dolorosas, pela utilização de relações e de instrumentos autocráticos, despóticos – militares ou civis -, tidos como necessários para assegurar o silêncio do protesto, calar o clamor dos excluídos e o estertor dos sacrificados.

O Senado não poderia deixar de expressar as contradições que se acirram, pois é ele o **locus** em que se congregam os portadores políticos das agruras da sociedade. Esta Casa do Legislativo não poderia se vacinar contra a corrupção, evadir-se do cumprimento de seus deveres, insensibilizar-se diante da exacerbação do egoísmo e da covardia, do grito de salve-se quem puder, que se transformou no lema e na palavra de ordem envergonhada de uma elite que sente que seus privilégios, transformados em direito e aplicados pela força coercitiva cada vez mais violenta, estão impondo o distanciamento crescente entre o legal e o legítimo, entre a ordem jurídica e a justiça social.

A crise de legitimidade do poder atinge os três Poderes da República e mostra que a massa da população, nela incluída contingentes significativos da classe média empobrecida, não tem confiança em



que os poderes estabelecidos poderão resolver os problemas cruciais da sociedade. O Executivo confunde pusilanimidade e subserviência ao FMI e aos interesses dos capitais especulativo, mercantil e produtivo cêntricos ou hospedados no Brasil com a declarada falência do Governo e com a desconstrução do Estado nacional periférico. Transforma estes dois falsos mitos – a falência do Poder Executivo e a necessidade de desconstrução do Estado – em parâmetros de ação. Desde Collor, pelo menos, o Governo se erigiu num instrumento de violento empobrecimento dos mais pobres para sustentar o mercado para os ricos consumidores dos produtos de luxo e de superluxo importados ou aqui produzidos pelo capital anteriormente transplantado. A abertura que protege a produção e as exportações dos Países Capitalistas Adiantados (ACC) são medidas sucateadoras das oportunidades de emprego e da produção nacionais, apoiando-se a autofagia covarde na hipócrita defesa da importação de luxo que seria a portadora da modernidade cretina. O Poder Executivo deixa passar em seu pescoço mole a corda do equilíbrio orçamentário num mundo cuja história econômica mostra que nenhum país jamais conseguiu crescer, jamais preservou suas forças internas, seu volume de emprego, jamais ganhou uma guerra contra inimigos externos ou contra o desemprego, contra a fome e as carências alimentares, contra o colapso do sistema de saúde, contra a marginalização e a criminalidade social por meio do tal equilíbrio orçamentário e sem o aumento da dívida pública.

O Poder Executivo se desmoraliza, fraudas as eleições por meio da utilização da monopolização dos meios de comunicação transformados em veículos de inverdades irrecuperáveis como as do atual Embaixador em Roma, Ministro Ricupero, e as do Diretor Gustavo Franco, da carteira de mentiras, injúrias e difamações do Banco Central, associados a marqueteiros emprestados pelo Tio Sam à candidatura assim vitoriosa. O dinheiro podre e mal cheiroso, sobre o qual a legislação espúria dos bônus eleitorais derramou o perfume de uma repugnante legalidade, empinou de vício insanável e fez aprofundar a crise de legitimidade sobre todos os eleitos em 1994.

O Executivo perdido, tendo à frente da estrada que seu combate à inflação deverá percorrer os cadáveres dos derrotados nas batalhas antiinflacionárias anteriores – do Cruzado I ao Plano Calote – quer lançar a culpa de sua perda sobre o Poder Legislativo, sobre a rigidez e o falso engessamento que estaria provocando a crise das finanças públicas. Os partidos e candidatos vitoriosos não têm o

pudor para declarar aos eleitores que eles nunca tiveram plano algum de governo, que o engessamento e a incapacidade de ação são causados por um sistema que entregou aos banqueiros e à especulação mais de 60% das receitas ordinárias, que as dívidas com a saúde, com os funcionários, com as empreiteiras, com a educação, com as estradas esburacadas, com as crianças analfabetas, com os sem-teto e os sem-terra já escreveram em negro as prioridades reais e balizaram os próximos anos de um governo refém de heranças malditas.

A única saída apresentada pela social-democracia brasileira, tão falida quanto a extinta social-democracia européia, é a privatização, a terceirização dos serviços públicos, da aposentadoria, da saúde pública, da seguridade social, da segurança, da educação, do sistema viário, do socorro às crianças abandonadas, do socorro e ao abandono e sucateamento da terceira idade. A população que pagou pelos serviços privados, que foram assaltados e malversados por um modelo de desadministração pública co-autora do esbulho, poderá pagar de novo a hospitais privados, a escolas e universidade privadas, a seguradoras privadas, às estradas privatizadas, às creches falidas, os preços de mercado escorchantes cobrados de novo pelos serviços privatizados que já caminham para a falência, dão golpes nos usuários, deterioram as promessas de atendimento. E os brasileiros que perderam os benefícios da seguridade pública e social agora poderão retirar de seus 2.820 dólares de renda **per capita**, de seu salário mínimo de 112 reais, o dinheiro magro e sofrido, inexistente quase, para pagar médicos, professores, estradas, aposentadorias terceirizadas pelos sociais-democratas ao leme da nau sem rumo...

Sem saber o que fazer, totalmente inconsciente em meio da hipnose em grupo produzida pelo movimento pendular dos combates fracassados à inflação, querem eles, os neojuristas, desconstitucionalizarem o Brasil, depois de terem desconstruído o Poder Executivo. De Chico Campos, os neo-neoclássicos não aprenderam as artes e quiromancias do direito constitucional burguês, apenas o conteúdo autoritário, despótico, antidemocrático que a ditadura do mercado livre exige para respaldar e legalizar a força e a coerção centralizadas no executivo "neoliberal".

E todas estas desventuras, somadas às contradições inerentes às relações internacionais, aos problemas dos desequilíbrios na balança comercial e nas contas correntes, à internacionalização do subsolo, à doação dos restos das empresas estatais, à oligopolização do petróleo, ao sucateamento do par-



que industrial, tudo isto sob o falso pretexto de fornecer recursos a um Governo que afirma que quer desgovernar, desconstruir, demitir, desempregar, emagrecer, **laissez-faire, laissez-passer...** Todo este caos será conduzido pelos descaminhos da perdição, para o Poder Legislativo, para o Senado, onde desembocarão seus poderes desordeiros e deletérios. Do Senado eles esperam o milagre de encontrar, na superestrutura jurídica, as respostas que o desgoverno não soube descobrir na infra-estrutura, nas condições reais e contraditórias da produção, da distribuição e do consumo coletivos.

A elite brasileira não precisa entender "As Palavras e as Coisas", "**Les Mots et Les Choses**", de Foucault, mas as palavras, a linguagem e os gestos das coisas violentadas e dos homens desesperados. Enquanto a Constituição e as leis deste País não se transformarem no repertório do direito à vida, do respeito à inquietude humana expressa no trabalho dos homens, em seu operar manual, em suas produções artísticas, em seu fazer cultural, em seu labor amoroso e curativo, medicinal, na construção da herança social transmitida pelo ensino, pela pesquisa, pelo estudo, em sua interação com a natureza da qual nós somos parte, em seu mover-se para o próximo, que não será o inferno, o agressor, o violentador, mas o nosso complemento indispensável, enquanto o direito não favorecer o abandono da placenta individualista e egoísta, a queda da prisão da propriedade privada que aprisiona nossas energias potenciais, aquelas leis serão ilegítimas, a ordem jurídica será sediciosa, a cooperação coletiva será obtida pela coerção e pela força e o direito elaborado e aplicado será o avesso, o oposto do tecido que a inteligência descompromissada sonha tecer com os fios do social, com os laços coletivos que interpenetram nossas individualidades inermes enquanto solitárias e narcisistas.

O chamamento à utopia e o apelo ao delírio que se tornou insano diante do tormento da realidade maldita são necessários para que os seres que não gostam de sonhar, que têm medo de sonhar porque seu sonhar está carregado de pesadelos, lembranças de um passado recalcado para as profundas do inconsciente, para que estes seres não-sonhadores se envergonhem diante do confronto entre a utopia dourada e a realidade modelada por seus sanhudos desejos de poder, por suas pulsões tanáticas, pelo pavor ao sonho em que inexistem as tramas rasteiras de um jogo sujo que eles pensam ser a ação política. Mas, felizmente, desde Aristóteles pelo menos, até Marx, Tiradentes e Guevara

muitos sabem que aquilo não é política mas a utilização indevida de um nome. A rosa política existe sim. Sua realidade, seu aroma, seu colorido permanecem o que na realidade são, seu significado será sempre admirado por mais que o significante, o nome da rosa política se deteriore e apodreça.

Regarei com minhas forças pequenas, nos próximos anos, a minha rosa política, protegerei com meus desvelos a vida da rosa cujo trato a mim foi confiado pelas consciências incorruptas de meus eleitores. A eles prometo continuar a ser um sonhador e a cuidar, nos jardins da utopia, da essência, das raízes do existir social, do significante, da rosa em si, real, bela e ameaçada.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LAURO CAMPOS** – Pois não. Com muito prazer, nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Aguardei que V. Ex<sup>a</sup> concluísse a leitura do documento, porque tenho a impressão de que é exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> escreveu quando se candidatou à Presidência da Casa. E o que quero assinalar neste instante é a linearidade do seu pensamento. O que V. Ex<sup>a</sup> escreveu naquele momento, pôde repetir hoje, sem nenhuma contradição. E o que é mais: o que V. Ex<sup>a</sup> prevê dos inconvenientes da política de liberalização, os fatos o confirmam. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LAURO CAMPOS** – Agradeço muito as palavras do eminente Senador Josaphat Marinho, que engrandecem e dão um fecho de ouro às minhas modestas palavras, escritas há cerca de 2 anos.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agora que nos encontramos no encerramento do quarto período de convocação extraordinária desta legisla-



tura, quero destacar, entre as questões aqui discutidas, duas que são fundamentais não só para os destinos do País, como para os desta Casa: uma é o processo de votação do projeto que permite a reeleição do Presidente, dos governadores e dos prefeitos, e a outra é a eleição dos membros das Mesas do Senado e da Câmara.

Para alegria e tranquilidade nossa, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães, foi conduzido à Presidência do Senado Federal, certamente com o propósito de dar continuidade à luta pela preservação do respeito ao Parlamento e aos seus membros.

Mas gostaríamos de comentar nesta manhã, Sr. Presidente, nobres Pares, uma conversa recente que tivemos com o eminente Ministro das Minas e Energia, Raimundo de Brito, quando S. Ex<sup>a</sup> finalmente anunciou o resultado de tratativas das forças políticas do Estado do Tocantins: que, finalmente, a licitação para a construção da hidrelétrica do Lajeado ocorreria ainda neste semestre e seria feita no nosso Estado.

Ora, Sr. Presidente, nobres Pares, num País onde a demanda por energia elétrica é sempre crescente, o Tocantins, com o seu enorme potencial hídrico, vem, com a consolidação dessa usina, dar a sua contribuição para que o País se insira, de forma mais célere, mais rápida, no processo de desenvolvimento tão sonhado, tão esperado por toda a nossa comunidade.

A Usina do Lajeado ficará encravada no coração do Brasil, a jusante da última capital do segundo milênio, Palmas, cidade que se erige no cerrado, no sertão inóspito, mas pujante, moderna, bonita, a chamar a atenção não só dos nossos irmãos brasileiros, mas também de tantos estrangeiros quantos nos têm visitado para conhecer o que há de moderno nos conceitos de urbanismo e arquitetura. Palmas vem mostrar que o Tocantins, Estado novo e pobre, pela força do seu povo, tem um lugar de destaque reservado no cenário nacional.

A construção da hidrelétrica do Lajeado, com uma capacidade de 1050 megawatts, vem atender, ainda que parcialmente, a essa demanda nacional, já que o Tocantins é hoje o hiato entre os grandes sistemas nacionais: Furnas, Eletronorte, com Tucuruí e Boa Esperança.

Com a construção dessa hidrelétrica e a interligação desses sistemas certamente haverá a ampliação da confiabilidade do fornecimento de energia elétrica não só no Estado de Tocantins, mas também em todo o País, porque hoje a demanda do Tocantins não ultrapassa os 115 megawatts. Com os

1050 megawatts que serão construídos, vale ressaltar, o Tocantins sairá da condição de importador para a de exportador de energia elétrica.

Vale ressaltar que o Tocantins, com a construção dessa hidrelétrica e com o processo moderno de geração e transmissão de energia elétrica que está se processando no Estado – e o Tocantins é o Estado mais novo, a menor economia do País –, vem dando exemplo a muitos dos Estados brasileiros, porque foi lá, ainda antes da queda do muro de Berlim, que o Governador Siqueira Campos, com a coragem que lhe é peculiar, com a visão extraordinária que tem, iniciou o processo de privatização do segmento energético. Ele privatizou a nossa concessionária de energia elétrica e hoje os resultados são patentes, e hoje vários Estados estão querendo seguir o mesmo caminho, porque lá os resultados foram extremamente eficientes.

Não há hoje no Tocantins um município sequer que não esteja energizado, o que não ocorria antes, quando aquela região era apenas a região norte do Estado de Goiás. Milhares e milhares de lares foram retirados das trevas; iniciou-se um processo de ampliação das redes de energia elétrica para o meio rural levando, naturalmente, uma melhor condição de vida ao homem do campo, ao sempre esquecido homem do campo, permitindo-lhe modernizar a sua atividade, permitindo-lhe instalar equipamentos que venham racionalizar o seu trabalho, reduzir os seus custos e finalmente poder ter orgulho e satisfação do trabalho diuturno seu, de sua mulher e de seus filhos, numa atividade tão nobre e tão importante, que é a de produção de alimentos, elemento essencial à vida humana.

Na História dos povos, há a constatação inexorável de que a população rural cada dia é menor, e a população urbana cada dia é maior. A demanda por alimentos, em razão do crescimento dessa população, é sempre maior. Então, é preciso modernizar a atividade do campo. É preciso oferecer ao homem do campo os meios necessários para que ele realmente possa modernizar a sua atividade e, enfim, suprir a mesa daqueles que ganham a sua vida e trabalham na zona urbana e nas grandes cidades deste País.

Sr. Presidente, a construção da hidrelétrica do Lajeado tem um significado especial, além dos aspectos que aqui já mencionei. Não se trata da compulsão, da cobrança e da exigência do dever do Poder Público de atender as demandas sociais. Sabemos das imensas dificuldades por que passa a União, das imensas dificuldades por que passam to-



dos os Estados que não teriam como, efetivamente, bancar a construção de uma usina hidrelétrica dessa envergadura e desse custo — ultrapassará seguramente a casa de US\$1 bilhão.

No entanto, energia elétrica é um insumo tão importante, tão necessário e cada vez mais democratizado, que se transforma em um bom negócio em qualquer lugar do mundo. Por essa razão, já tivemos a anuência do Presidente Fernando Henrique para que fosse permitido que a iniciativa privada participasse desse processo tão importante.

A nossa concessionária de energia elétrica do Estado, eficiente, competente, tem promovido investimentos no Estado durante período em que é concessionária privatizada e que cuida da produção, geração e distribuição de energia elétrica. Ela obteve o maior índice de crescimento entre as concessionárias instaladas no País.

É essa companhia que está capitaneando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a constituição de um consórcio de empresas privadas e algumas estatais para a consecução desse empreendimento tão importante. Nessa associação, já asseguraram a participação à concessionária de energia elétrica do Chile, à concessionária de energia elétrica de Portugal, uma concessionária de energia elétrica dos Estados Unidos, a CSW, instalada no Estado do Texas. Essa companhia, só ali, é responsável pela geração e distribuição de 12 mil megawatts de energia, ou seja, doze vezes a capacidade proposta para a usina de Lajeado, que se localizará, à jusante, cinquenta quilômetros de Palmas, no centro do Brasil, no centro do Tocantins.

Propôs aliar-se também a esse conjunto de empresas a Companhia de Eletricidade de Brasília, naturalmente consultando também os seus interesses, porque, aqui, no Distrito Federal a demanda por energia elétrica é sempre crescente. Não dispõe o Distrito Federal do potencial hídrico de que dispõe o Tocantins. Esse Estado, além de ter condições de construir Lajeado, já está agora construindo uma outra pequena usina hidrelétrica com capacidade de 10 megawatts, no sudeste do Estado e está restabelecendo outras miniusinas em diversos outros pontos, visando diminuir o custo, inclusive das linhas de transmissão.

A nossa empresa aliou-se à Companhia de Eletricidade de Brasília para participar desse consórcio. Estamos convencidos de que é esse o procedimento correto.

As diretrizes traçadas durante o Governo Siqueira Campos no Tocantins dão prioridade absoluta

às obras de infra-estrutura. Ali está-se desenvolvendo o mais arrojado programa de rodovias do País, e já foram inaugurados mais de mil e duzentos quilômetros de estradas. Até o final do mandato, o Governador pretende construir mais de três mil quilômetros pavimentados, rodovias estruturantes e integradoras que permitirão a ligação das Regiões Norte e Nordeste. Com mais facilidade, vão permitir, eminente Presidente Antonio Carlos Magalhães, a ligação do Tocantins com o seu pujante Estado, e essa parceria muito nos interessa. Tocantins e Bahia, unidos, tenho certeza, haverão de dar enorme contribuição ao fortalecimento da economia deste País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, dessa forma, o Tocantins, pequenino, modesto e novo, vem procurando dar a sua contribuição para a modernização do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de abordar o tema que me traz à tribuna hoje, manifesto meu repúdio às declarações proferidas ontem pelo Ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

De acordo com o Ministro, S. Ex<sup>a</sup> forma uma aliança do mal com o Deputado Inocêncio de Oliveira para destruir o Governador do Paraná, Jaime Lerner. Pergunto-me: se um Governador de Estado que tem posicionamentos de centro, de centro-esquerda, deve ser destruído, segundo o Ministro Sérgio Motta, qual o destino que está reservado à Esquerda, particularmente a nós, do PT, no cronograma do Ministro Sérgio Motta? Talvez sejamos crucificados. Penso que a manifestação de um Ministro de Estado, segundo um porta-voz oficioso do Presidente da República, são declarações graves e que deveriam merecer, no mínimo, uma reprimenda pública por parte do Presidente da República.

Mas não é esse assunto de que tratarei hoje. Não tive oportunidade de assistir, mas fui informado que o Senador Edison Lobão, pela Liderança do PFL, fez um pronunciamento hoje sobre a privatização da Vale do Rio Doce. Por várias vezes, esse mesmo Senador utilizou a tribuna do Senado para manifestar-se contrário à venda dessa empresa. Logo depois, o Senador Eptacio Cafeteira, do PPB, também fez manifestações contrárias à venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Vivemos sob regime presidencialista. Tem o Presidente uma base de sustentação no Congresso



Nacional amplamente majoritária, como pôde ser constatado nas sucessivas votações no Senado e na Câmara dos Deputados. O estranho é que o PFL, por meio de um comunicado de Liderança, manifesta-se contra a venda da Vale do Rio Doce, o PPB faz o mesmo e vários Parlamentares, dos mais diversos Partidos, têm-se manifestado também nesse sentido. No entanto, o Presidente da República não parece querer ouvir a sua base parlamentar e os representantes do povo e dos Estados da federação.

Ao contrário, ouve apenas os tecnocratas, o Sr. Pio Borges, o Sr. Gustavo Franco, enfim, aqueles que, por mais competentes que sejam do ponto de vista técnico, não têm a representatividade dos Senadores Edison Lobão, Eptacio Cafeteira e Carlos Patrocínio – que ora integra a Mesa e que já se manifestou contrariamente à privatização da Vale do Rio Doce –, como também do próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, que não se manifestou contra, mas levantou algumas questões relativas ao processo de privatização, como a pulverização das ações, do modelo inglês de privatização. Repito, o Presidente da República não ouve as ponderações daqueles que são representantes do povo, daqueles que aqui estão porque foram eleitos.

Por diversas vezes tenho me manifestado contra a privatização da Vale do Rio Doce e tenho evitado a utilização dos velhos argumentos nacionalistas. Penso, inclusive, que grande parte deles já está absolutamente anacrônica. Tenho procurado abordar a questão da privatização dessa companhia sob a lógica da globalização, que é aquela que move o Governo e o mundo atual.

Já disse que a Companhia Vale do Rio Doce tem atuado de forma competente e competitiva em um mercado altamente globalizado, muito antes de a palavra globalização ser inserida no vocabulário político nacional. Ela é, talvez, um dos poucos sistemas globais do Brasil com capacidade de estabelecer parcerias e atrair investimentos para o País, como tem feito em diversos ramos da atividade econômica, além da pesquisa mineral, pois tem atuado no campo da celulose, de transportes, da siderurgia, realizando associações com empresas estrangeiras no Brasil e no exterior.

O Governo fala que o Brasil tem que se inserir na globalização, mas isso seria o mesmo que discutir a Lei da Gravidade, ou seja, não nos cabe ser contra ou a favor dela, porque é um dado real. A discussão, como temos feito questão de ressaltar, é sobre como o Brasil vai se inserir nessa globalização,

se como um País parceiro, soberano ou caudatário da situação. A Vale do Rio Doce é um dos poucos instrumentos que o Brasil tem para se inserir de forma soberana nessa globalização.

Por ocasião do início das discussões da privatização da Vale do Rio Doce – e agora vou chegar na proposta milagrosa descoberta para, segundo eles, aplacar os argumentos dos nacionalistas –, o Senador Jáder Barbalho encaminhou uma carta ao Presidente da República manifestando dúvidas sobre a venda da Companhia Vale do Rio Doce. Sua Excelência encaminhou-lhe uma outra carta em que defende a privatização e argumenta, com base na Constituição, que a propriedade dos bens minerais é da União e que, portanto, não será vendida. Esse era o seu argumento na ocasião.

Nessa discussão sobre as novas jazidas que estão sendo descobertas pela Companhia Vale do Rio Doce e que, segundo informações, são equiparáveis às maiores jazidas mundiais, como as da África do Sul, o Governo resolveu "tirar o bode da sala".

Dizia-se que a venda da companhia incluindo as jazidas poderia representar um prejuízo, pois elas ainda não estão avaliadas – poderiam valer três ou quatro bilhões – e isso seria um absurdo. O Governo resolveu "retirar o bode" dizendo que diminuirá o prejuízo à metade, pois criará uma sociedade de pesquisa composta por 50% da Vale do Rio Doce e 50% do BNDES. Se essas jazidas forem confirmadas, serão metade do BNDES – cujo capital é totalmente da União – e metade da Vale do Rio Doce, que já estará privatizada. Dessa forma, se o prejuízo, caso haja, antes era de três bilhões, passará a ser de apenas de um bilhão e meio.

Esse dado é apresentado como a descoberta do "pulo do gato" para se evitar a privatização. Agora, a discussão não está relacionado ao interesse nacional, ou seja, se haverá ou não prejuízos ao povo brasileiro e à União. A discussão é sobre a redução do prejuízo à metade, que, se for conseguida, deixará tudo bem. O pior é que isso é apresentado em letras garrafais, como sendo, agora, a solução para aplacar a ira dos nacionalistas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de saber até quando o Presidente da República ouvirá apenas a voz dos tecnocratas do BNDES.

Quando passará a dar a devida importância aos pronunciamentos de Parlamentares, dos mais diversos Partidos? Quando vai entender que a discussão a respeito da Vale do Rio Doce não pode ser colocada sob a equação maniqueísta de atrasados e



modernos, de direita e de esquerda, ou de governo e oposição?

Já está provado que o assunto não se enquadra nessa equação maniqueísta, porque há pessoas classificadas como neo-liberais, como o Prefeito César Maia, por exemplo, que são contra a venda da Vale do Rio Doce.

Mas, não, parece que há uma redoma de vidro em torno do Presidente da República, que impede que ouça os argumentos colocados pelos Parlamentares, representante do povo, em relação a essa preocupação. Ao contrário, Sua Excelência insiste em ouvir os disparates dos tecnocratas, como o Ministro Antônio Kandir, que teve a clarividência de dizer que, com a aprovação da reeleição, a economia crescerá 9%. S. Ex<sup>a</sup> resolveu, agora, inventar a "debênture turbinada" – será necessária a abertura de um concurso a fim de que se descubra o significado da expressão.

S. Ex<sup>a</sup> registra, inclusive, que a palavra "debênture", relacionada à companhia Vale do Rio Doce, lembra-nos um outro episódio, ocorrido em 1985, quando a União perdeu temporariamente o controle da Companhia Vale do Rio Doce, através do artifício da emissão de debêntures convertidas em ações, fato que gerou uma CPI nesta Casa, por iniciativa do então Senador Severo Gomes. Pena que essa CPI também acabou em pizza!

Naquela ocasião, em função do artifício da emissão das debêntures convertidas em ações, foram vendidos quase 30% das ações ordinárias da Companhia Vale do Rio Doce por um valor correspondente, à época, a US\$300 milhões.

Essa questão das debêntures convertidas deveria ser incluída na discussão do preço da Vale do Rio Doce, pois se na ocasião 30% das ações corresponderam apenas a US\$300 milhões, o preço médio estará efetivamente rebaixado, uma vez que, àquela época, a União detinha 81% das ações ordinária da Vale do Rio Doce e, hoje, detém apenas 51%, justamente devido àquela operação, até hoje não esclarecida, e que, com certeza, deve ter enchido os bolsos de muita gente, porque, apesar da luta do Senador Severo Gomes, essa investigação não chegou a bom termo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta Casa, no final do ano passado, apreciou projeto de minha autoria, que dava poderes ao Congresso Nacional para retirar a empresa da privatização. Foi a votação mais equilibrada que aconteceu nesta Casa – pelo menos nos dois anos que aqui estou -, numa demonstração clara de que essa não é uma discus-

são que possa ser colocada em termos de Oposição-Situação, EsquerdaDireita, modernosxatrasados.

Ele foi derrotado por quatro votos, mas, se quiser, o Senado ainda tem a oportunidade de entrar nessa questão de forma soberana: existe um Projeto de Resolução da Senadora Júnia Marise que estabelece que o edital da venda da Companhia Vale do Rio Doce terá que ser submetido ao crivo do Senado da República. Temos a intenção de, logo no início da Sessão Legislativa ordinária de 1997, coletar assinaturas para tentar votar esse projeto de resolução, em regime de urgência. Será fácil conseguir as assinaturas, pelo menos para a chamada urgência "c", pois ela exige apenas 27 assinaturas; se ela vai ser aprovada ou não em plenário, isso é outra história; outra história é se o projeto será aprovado ou não.

Espero que o Senado se disponha a, pelo menos, se inserir, de forma soberana, nessa discussão, porque a grande verdade é que continua a discussão da venda da Companhia Vale do Rio Doce apenas nos gabinetes dos tecnocratas do nosso País, e cada vez com fórmulas mais "criativas" apresentadas por eles. Quando se levantava a hipótese do risco de se vender a Companhia Vale do Rio Doce para os australianos, o que provocaria um monopólio quase que total do comércio de minério de ferro no âmbito internacional, e que traria prejuízo para o Brasil, ao mesmo tempo se levantava o risco de a Companhia Vale do Rio Doce ser vendida para os japoneses, que são os seus principais clientes, o que também traria prejuízo para o Brasil.

Aí, o BNDES descobriu aquilo que eles chamam de fórmula mágica: não pode vender a maioria das ações nem para as empresas que atuem de forma ofensiva no mercado de minério de ferro, nem para os consumidores. Segundo eles, teriam descoberto a fórmula mágica. Só que o efeito disso é que todo o mercado já sabe quem vai comprá-la. Refiro-me à empresa Anglo American, maior empresa de mineração do mundo, portanto, em condições de comprá-la; e como ela não atua de forma pesada no mercado de minério de ferro, não é nem concorrente, nem cliente da Companhia Vale do Rio Doce. Então, aquela fórmula mágica que, segundo os tecnocratas, foi implementada para responder às preocupações daqueles que eram contra, ou seja, vendê-la para um grande concorrente ou para um grande consumidor, acabou estabelecendo uma situação em que o mais provável comprador será a empresa Anglo American, maior empresa de mineração do mundo, e que, com a compra da Companhia Vale do Rio Doce, passará a ter um grande peso no mercado de



minério de ferro, coisa que ela não faz hoje, porque a sua principal atuação diz respeito ao ouro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho em mãos cópia do pronunciamento do Senador Edison Lobão. Infelizmente não vou ter tempo de lê-lo, mas quero registrar, mais uma vez, que o Senado Federal ainda tem a oportunidade de entrar nessa discussão de forma soberana. Basta aprovar o Projeto de Resolução da Senadora Júnia Marise logo no início de fevereiro, porque, inclusive, vai ser antes da publicação no edital. Segundo o Ministro, o edital será publicado num prazo em torno de 30 dias, e poderemos trazer à discussão para um fórum de onde ela nunca deveria ter saído: o fórum onde estão os representantes do povo e dos Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Valmir Campelo.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, terminamos hoje o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, com significativo número de matérias aprovadas. São matérias de grande importância para o desenvolvimento nacional e, sobretudo, de alto valor social.

O Congresso Nacional logrou a aprovação da Lei Orçamentária, garantindo os meios necessários para realizações governamentais.

O Senado apreciou cerca de doze matérias de relevância incontestável. Entre elas destacamos o Projeto de Lei que torna automática a doação de órgãos humanos para fins de transplantes, a criação de um fundo de reaparelhamento da Polícia Federal, a Convenção de Segurança Nuclear, o sistema nacional de armas, etc.

A Câmara dos Deputados, igualmente, trabalhou arduamente, cumprindo satisfatoriamente com os fins da convocação extraordinária. Ali foram apreciadas e aprovadas as emendas à Constituição relativas à reeleição do chefe do Poder Executivo, às novas regras do Plano de Custeio e Seguridade Social e ainda a dez acordos internacionais e de colaboração bilateral.

Também não podemos deixar de nos referir às mudanças ocorridas neste Poder, com as eleições do atual Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, e do da Câmara dos Deputados, Michael Temer. Ressalvadas, com destaque, a competência e a liderança dos demais pretendentes ao cargo, bem como do Senador José

Sarney e do Deputado Luís Eduardo Magalhães, que concluíram com glória os seus mandatos. Podemos dizer que o Congresso Nacional, coordenado por esses dois vultos políticos, sem dúvida alguma terá um profícuo desempenho nas duas Legislaturas subsequentes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse é o balanço resumido que faço aqui da convocação extraordinária. Resumido, porque se fosse completo não poderíamos deixar também de analisar cada debate, cada discurso ocorrido nas numerosas sessões realizadas nesse período.

Agora, esperamos que o Governo – com as ferramentas colocadas em suas mãos pelo Congresso Nacional – execute, sem adiamento, os projetos de que a Nação necessita para o seu satisfatório funcionamento.

Esperamos que o Governo regule, sem demora, as matérias que dependam da sua disciplina e continue a oferecer a tranquilidade e a esperança que até hoje tem proporcionado à população brasileira, com sua atuação segura, decidida e inteligente.

A partir de agora, depois de cumprida a missão da Convocação Extraordinária, debruçemo-nos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sobre os estudos relativos às reformas do Estado, para que, assim, continuemos a merecer a credibilidade do povo brasileiro e, sobretudo, para que proporcionemos ao País o deslanchar de seu desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Para uma breve comunicação, concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**A SRA. MARINA SILVA** (PT – AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo**, em matéria publicada no dia 2 do corrente, dá conta de que as agressões cometidas contra as mulheres atingem, proporcionalmente, um dos maiores índices no meu Estado, o Acre, particularmente em um bairro denominado Cadeia Velha. Realmente, o número registrado na Delegacia especializada é bastante alarmante, por se tratar de um bairro de periferia, onde a grande maioria das vítimas são mulheres envolvidas em relações amorosas e afetivas.



Levantamento feito pelo Cedepe indica que, de 1992 a 1996, ocorreram, no meu Estado, lamentavelmente, 67 assassinatos, dos quais 80% estavam no âmbito das relações amorosas e afetivas. Ou seja, eram companheiros ou namorados que assassinaram suas esposas ou suas namoradas.

Quero registrar aqui que uma série de iniciativas vem sendo tomada, principalmente na tentativa de se fazer face ao processo de violência que acontece contra as mulheres, uma violência que ocorre em todos os níveis. As mulheres agredidas, mesmo quando procuram socorro nos serviços de saúde, ainda são agredidas novamente, pois são destratadas, são recebidas muitas vezes com galhofas, porque foram agredidas por seus maridos, e as pessoas não compreendem que, por mais divergências que haja, ou mesmo que uma companheira rejeite, do ponto de vista amoroso, o seu companheiro, isso não lhe dá o direito de agredi-la fisicamente. Muitas vezes, esse atendimento é secundarizado, e essas pessoas não são atendidas com a prioridade necessária, o que certamente deixa muitas seqüelas. Por exemplo, se chegarem duas pessoas: uma mulher que foi agredida pelo marido, porque supostamente cometeu um erro, e outra pessoa que sofreu outro tipo de problema, é claro que esta segunda seria atendida com prioridade, porque, de acordo com essa mentalidade preconceituosa, a primeira teria que continuar a ser punida com o seu castigo.

Aconteceu, recentemente, uma reunião promovida pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher – a pessoa que está à frente desse órgão tem um compromisso muito grande com o assunto e tem também um entendimento muito grande sobre a questão feminina, a Dr<sup>a</sup> Rosiska -, que propõe um plano de ação nacional de gênero. Esse plano de ação nacional de gênero seria a implementação da plataforma de Beijing e trata de várias questões atinentes aos mais diferentes setores como saúde, educação, segurança, para uma verdadeira cruzada, a fim de oferecer condições de cidadania para as mulheres.

E podemos destacar aqui, do ponto de vista do combate à violência contra a mulher, que lamentavelmente o meu Estado aparece como sendo um dos recordistas. A implementação dessa plataforma indica algumas ações como, por exemplo, a revisão do Código Penal, para que tenhamos leis atualizadas e não tratemos mais as mulheres como incapazes e como tuteladas por seus maridos, por seus irmãos mais velhos ou até mesmo por seus filhos, já que parece que sempre somos consideradas inca-

pazes. Quando não é o marido o nosso tutor, se não o temos e somos viúvas ou separadas, automaticamente, muitas vezes, o filho mais velho assume essa posição. Quando não somos casadas, é o nosso irmão ou nosso pai que continua regendo a orquestra da dominação feminina. Então, há um processo de reformulação das leis, para que sejamos tratadas como pessoas capazes e não como seres que, por sua incompetência, devam ser tutelados por alguém.

Um outra idéia é a criação de albergues ou casas-abrigo para abrigarem aquelas mulheres, com seus filhos, identificadas como passíveis de serem assassinadas por seus ameaçadores. Sabemos que isso diminui e muito o número de assassinatos, porque, muitas vezes, quando a vítima está sendo constantemente ameaçada e não tem para onde ir, geralmente acontece que o ameaçador cumpre as suas promessas.

Nesse sentido, temos o exemplo da Inglaterra, que tem 300 casas de abrigo para essas mulheres, o que diminuiu muito o índice de violência. No Brasil, é ínfima essa possibilidade, porque o número dessas casas é muito pequeno.

Uma outra ação no combate à violência é o fortalecimento das delegacias das mulheres, porque muitas estão sucateadas; o que temos ali são delegadas trabalhando a ferro e fogo, sem as mínimas condições, muitas vezes discriminadas dentro do próprio sistema de segurança, com comentários do tipo "aquilo não é delegacia de mulheres, é delegacia de fuxico, onde as mulheres vão falar mal dos seus maridos" e não têm a devida atenção por parte do Poder Público. A plataforma que tenta implementar as resoluções de Beijing também está atenta para isso.

Um outro aspecto muito importante é o que se refere à questão da educação. O maior índice de pobreza na população do planeta recai sobre as mulheres. E um dos fatos identificados é que, muitas vezes, a desqualificação profissional, o não-acesso ao conhecimento ou ao dito saber sistematizado fazem com que tenhamos que ficar sempre em profissões secundárias. Muitas vezes, recebemos salários menores por atividades iguais, mesmo quando temos o mesmo nível de competência profissional – todos sabemos que não existe essa diferença de inteligência entre os dois sexos.

Como disponho de cinco minutos, Sr. Presidente, faço apenas esse registro, porque o Estado de São Paulo coloca o Acre como um dos Estados com maior índice de violência contra a mulher, pro-



porcionalmente falando. Na verdade, o desemprego, a falta de condições sociais e a desagregação econômica e social do meu Estado têm levado a uma desagregação de valores. Pessoas que moravam nas suas colocações, famílias inteiras hoje estão em periferias, vivendo nas piores condições, em lugares onde não há acesso à educação, a condições dignas de vida; é um espaço propício para que atitudes dessa natureza aconteçam e proliferem com uma força muito grande, o que é lamentável.

Parabenizo aqui tanto as ações que estão sendo feitas por pessoas ligadas a instituições, quanto o próprio trabalho do movimento de mulheres no sentido de que estas deixem de ser vítimas desse tipo de atitude, que muitas vezes chega até à sua eliminação física.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF/FG Nº 276/97

Brasília, 5 de fevereiro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular e do Deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 1.531-2, de 30 de janeiro de 1997, que "Dá nova redação aos arts. 24, 26 e 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos".

Aproveito a oportunidade para apresentar minhas cordiais saudações,

Atenciosamente — **Fernando Gabeira**, Líder do PV.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — A Presidência designa o Deputado Gilney Viana para integrar, como suplente, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.531-2, de 30 de janeiro de 1997, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF. Nº 30/97-GLPFL

Brasília, 6 de fevereiro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Gilberto Miranda pelo Senador Francolino Pereira, como Suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar as irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996".

Cordialmente — Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1997**

**Altera os arts. 28, 29 e 77 da Constituição Federal, de modo a suprimir o segundo turno das eleições para Prefeitos, Governadores e Presidente da República.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º Os arts. 28, **caput**, 29, II e 77, § 2º da Constituição Federal passam a ter a seguinte redação:

"Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, será realizada noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente, considerando-se eleito o candidato que, registrado por partido político, obtiver maior número de votos, não computados os em branco e os nulos.

Art. 29. ....

I — ....

II — eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, considerando-se eleito o candidato que, registrado por partido político, obtiver maior número de votos, não computados os em branco e os nulos.

Art. 77. ....



§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maior número de votos, não computados os em branco e os nulos."

Art. 2º Ficam revogados os §§ 3º, 4º e 5º do art. 77.

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O sistema de eleições em dois turnos, inédito no Brasil até ser instituído pela Constituição de 1988, traduz o zelo da Assembléia Constituinte no sentido de respeitar os direitos das minorias, atitude plenamente justificável num momento em que se encerrava o processo de transição de um regime político autoritário para um regime democrático.

A prática eleitoral, todavia, revelou que esse sistema, aliado à grande pulverização partidária, não atende satisfatoriamente às exigências de um processo político democrático. De fato, não favorece a escolha do eleitor, pois não lhe permite a identificação da ideologia política representada pelo candidato e pela legenda sob a qual se inscreveu, principalmente porque as alianças que se fazem para enfrentar o segundo turno acabam por descaracterizar matizes ideológicos e partidários.

Ademais, constitui um estímulo ao aparecimento de legendas partidárias sem representatividade, as chamadas "legendas de aluguel", e à adoção de práticas políticas oportunistas, o que de nenhum modo favorece a consolidação dos partidos e da democracia no País.

Finalmente, a eleição em dois turnos eleva o gasto público, por força da duplicação do processo eleitoral, sobrecarregando a Justiça Eleitoral e o contribuinte, além de elevar o custo financeiro do pleito, tornando-o menos democrático, por privilegiar os candidatos com maior disponibilidade de recursos.

A presença proposta de emenda à Constituição tem por objetivo corrigir essa situação, incentivando a prática de acordos partidários mais transparentes, o fortalecimento do sistema partidário e a consolidação da democracia em nosso País.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 1997 – 1º Segnatário: Senador **Francisco Escórcio** – Senador **Beni Veras** – Senador **Edilson Lobão** – Senadora **Regina Assumpção** – Senadora **Junia Marise** – Senador **Freitas Neto** – Senador **Ernandes Amorim** – Senador **Leomar Quintanilha** – Senador **Teo-**

**tônio Vilela Filho** – Senador **Coutinho Jorge** – Senador **Waldeck Ornelas** – Senador **Ramez Tebet** – Senador **Humberto Lucena** – Senador **Antonio Carlos Valadares** – Senador **Ney Suassuna** – Senador **Jader Barbalho** – Senador **Renan Calheiros** – Senador **Elcio Alvares** – Senador **Lúcio Coelho** – Senador **Carlos Patrocínio** – Senador **Gilberto Miranda** – Senador **José Agripino** – Senador **Casildo Maldaner** – Senador **Hugo Napoleão** – Senador **José Serra** – Senador **Nabor Junior** – Senador **Francelino Pereira** – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Bernardo Cabral** – Senador **Valmir Campelo** – Senador **João França** – Senador **José Bianco**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

Parágrafo único. Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

### CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País.

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitos;

### CAPÍTULO II Do Poder Executivo

#### SEÇÃO I

#### Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente, auxiliado pelos Ministros de Estado.



Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria de votos, não computados os em branco e os nulos.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência designa o Deputado Gilney Viana para integrar, como suplente, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.531-2, de 30 de janeiro de 1997, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 1997**

##### **Cria a Área de Livre Comércio do Município de Barcarena, Estado do Pará, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada a Área de Livre Comércio – ALC, de Barcarena, Estado do Pará, a qual compreende a extensão integral do Município do mesmo nome.

Art. 2º Fica instituído regime fiscal especial para a ALC de Barcarena, definido nesta lei.

Parágrafo único. Podem beneficiar-se do regime, referido no **caput** deste artigo as empresas autorizadas a operar na ALC.

Art. 3º A entrada, na ALC de Barcarena, de mercadorias de procedências estrangeira far-se-á com suspensão do Imposto de Importação, e do Imposto sobre Produtos Industrializados, convertida em isenção, quando forem elas destinadas a:

I – venda na mesma ALC, para consumo e uso dentro de seu perímetro;

II – beneficiamento e transformação industrial de matérias-primas minerais e demais origens extrativas, bem como agrícolas e da pecuária;

III – operação de atividades de turismo e demais serviços na mesma ALC.

IV – agropecuária e psicultura.

V – atividades de construção e reparos navais;

VI – bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pela Secretaria da Receita Federal; e

VII – exportação.

Art. 4º Excetuados os casos previstos no art. 3º, as mercadorias de proveniência estrangeira, que saírem da ALC, de Barcarena para o restante do País, estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação sendo tratadas, para efeitos fiscais e administrativos, como importações normais.

Art. 5º As importações de mercadorias destinadas à ALC de Barcarena ficam sujeitas aos procedimentos normais de importação, necessários ao desembaraço aduaneiro.

Art. 6º Os bens nacionais ou nacionalizados que entrarem na ALC de Barcarena estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados quando destinados às atividades indicadas no art. 3º

Parágrafo único. Ficam asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativos às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados na ALC.

Art. 7º Excluem-se dos benefícios fiscais assegurados por esta lei, os seguintes produtos:

I – armas e munições;

II – veículos de passageiros, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes;

III – bebidas alcoólicas;

IV – produtos de perfumaria, toucador e cosméticos;

V – fumo e seus derivados.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à ALC de Barcarena, assim como para as mercadorias dela procedentes.

Art. 9º O Banco Central do Brasil estabelecerá os procedimentos cambiais aplicáveis às transações realizadas no âmbito da ALC de Barcarena.



Art. 10. O limite global para as importações da ALC de Barcarena será determinado pelo Poder Executivo, conforme os critérios aplicados em relação às demais Áreas de Livre Comércio autorizados a funcionar no País.

Art. 11. A Secretaria da Receita Federal exercerá a vigilância na ALC de Barcarena e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da ALC de Barcarena.

Art. 12. As isenções e benefícios instituídos por essa Lei valerão pelo prazo de vinte e cinco anos a contar da implantação da Área de Livre Comércio.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Todos os Estados da região Norte foram contemplados com a criação, nos últimos anos, de Áreas de Livre Comércio – ALC em seus territórios a saber:

I – *Acre*: as ALC de Brasília/Epitaciolândia e de Cruzeiro do Sul (Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994);

II – *Amapá*: a ALC de Macapá/Santana (Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991);

III – *Amazonas*: a ALC de Tabatinga (Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989);

IV – *Rondônia*: a ALC de Guajará-Mirim (Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1989);

IV – *Roraima*: As ALC de Bonfim e Pacaraima (Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991);

2. A instalação exclusiva na região Norte se justifica por várias razões:

I) é a região mais distante dos grandes centros produtores e consumidores do País; a enorme distância e a precariedade do sistema de transporte encarecem os produtos ali ingressados ou fabricados;

II) a possibilidade de desvio, para outras regiões mais povoadas e desenvolvidas do País, de mercadorias estrangeiras importadas, com isenção de impostos, para consumo local, torna-se diminuta;

III) a concentração dos investimentos industriais na zona franca de Manaus, com regime fiscal muito mais favorável que o vigente no resto da Amazônia, dificultou o surgimento de pólos industriais em outras áreas, cujo desenvolvimento ficou restrito à exploração de matérias-primas;

IV) as ALC contribuem para descentralizar a atividade comercial e industrial, estimulando a atividade econômica e turística em núcleos menores, espalhados pelo vasto território amazônico, com potencial de desenvolvimento.

3. É necessário, contudo, reparar a injustiça cometida contra o Pará, único Estado nortista privado de ALC. O projeto que ora apresento à consideração dos meus Pares, visa, justamente, reparar esta injustiça, ao propor a criação da ALC de Barcarena.

Este município apresenta condições de infraestrutura propícias ao desenvolvimento industrial: porto (Vila do Conde), rodovia, energia (Tucuruí) e mão-de-obra. Dispõe de um importante complexo industrial produtor de alumina e alumínio, mas está relegado à condição de mero exportador destas matérias-primas. Os benefícios fiscais previstos no projeto, idênticos aos concedidos às ALC, permitirão o aproveitamento local de suas matérias-primas, através da progressiva instalação de indústrias manufatureiras de derivados do alumínio e de outros produtos conexos.

4. A zona franca de Manaus caracteriza-se por ser mera montadora de produtos fabricados no exterior, o que propicia uma evasão de divisas, perpetuando um falso crescimento desenvolvimentista, pois, com sua adoção, a capital e o Estado do Amazonas continuam sendo apenas exportadores de matéria-prima.

Já a ALC de Macapá não passa de um pólo de comercialização de produtos importados fabricados pelos países asiáticos, europeus e americanos, fortalecendo, portanto, a economia estrangeira e contribuindo sobremaneira para o sucateamento da indústria nacional.

Nesse quadro desalentador, a ALC de Barcarena se caracterizaria pela instalação de um pólo industrial de fabricação de bens intermediários e de consumo com aproveitamento da matéria-prima e da mão-de-obra existente na região, criando uma área de competição internacional propiciada pela sua localização privilegiada e pelos insumos existentes na Amazônia.

5. Estas são as razões que me levam a confiar no apoio dos meus Pares.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 1997. –  
Senador **Ademir Andrade**.



## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 7.965 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1989

*Cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências*

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória n. 112 (1), de 27 de novembro de 1989, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único, do artigo 62, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

*Das Finalidades e Localização da Área de Livre Comércio de Tabatinga*

Art. 1.º É criada, no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas, área de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste daquele Estado.

Art. 2.º O Poder Executivo fará demarcar, à margem esquerda do rio Solimões, uma área contínua com superfície de 20 km<sup>2</sup> (vinte quilômetros quadrados), envolvendo o perímetro urbano da Cidade de Tabatinga, onde se instalará a Área de Livre Comércio de Tabatinga — ALCT, que incluirá espaço próprio para o entrepostamento de produtos a serem nacionalizados ou reexportados.

Parágrafo único. Considera-se integrada à ALCT a faixa de superfície dos rios a ela adjacentes, nas proximidades de seus portos, observadas as disposições dos Tratados e Convenções Internacionais.

## CAPÍTULO II

*Do Regime Fiscal*

Art. 3.º A entrada de produtos estrangeiros na ALCT far-se-á com suspensão dos Impostos sobre a Importação e sobre Produtos Industrializados, quando destinados:

- I — ao seu consumo interno;
- II — ao beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;
- III — à agropecuária e à piscicultura;
- IV — à instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza;
- V — à estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do Território Nacional;
- VI — às atividades de construção e reparos navais;
- VII — à industrialização de outros produtos em seu território, segundo projetos aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus, consideradas a vocação local e a capacidade de produção já instalada na região;
- VIII — à estocagem para reexportação.

§ 1.º Excetua-se do regime fiscal previsto neste artigo, e não gozarão de isenção, os seguintes produtos: armas e munições, perfumes, fumos, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e bens finais de informática.

§ 2.º O regime de que trata este artigo alcança apenas os produtos entrados pelo porto, aeroporto ou posto de fronteira da Cidade de Tabatinga, exigida consignação nominal a importador estabelecido na ALCT.



§ 3.º As obrigações tributárias suspensas nos termos deste artigo se resolvem, efetivando-se a isenção integral nos casos dos incisos I a VIII, com o emprego do produto nas finalidades previstas nos mesmos incisos.

§ 4.º A bagagem acompanhada procedente da ALCT, no que se refere a produtos de origem estrangeira, será desembaraçada com isenção de tributos, observado o limite correspondente ao estabelecido para a Zona Franca de Manaus.

Art. 4.º Os produtos nacionais, destinados à ALCT, para fins de que trata os incisos I a VII do artigo 3.º, gozarão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI.

Parágrafo único. A isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação dependerá de convênio celebrado nos termos da Lei Complementar n. 24 <sup>(2)</sup>, de 7 de janeiro de 1975.

Art. 5.º O limite global para as importações através da ALCT será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no ato em que o fizer para a Zona Franca de Manaus.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos através da ALCT, destinadas exclusivamente à reexportação, vedada a remessa das divisas correspondentes e observados, quando reexportadas, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 6.º A remessa de produtos nacionais para a ALCT, destinados aos fins de que trata o artigo 3.º ou ulterior exportação, será, para os efeitos fiscais, equivalente a uma exportação.

Art. 7.º A exportação de produtos da ALCT, qualquer que seja sua origem, está isenta do Imposto sobre a Exportação.

Art. 8.º O produto estrangeiro estocado na ALCT, quando sair para qualquer ponto do Território Nacional, fica sujeito ao pagamento de todos os impostos, salvo nos casos de isenção prevista em legislação específica.

### CAPÍTULO III

#### *Da Administração da Área de Livre Comércio de Tabatinga*

Art. 9.º A ALCT ficará sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

Parágrafo único. É o Poder Executivo autorizado a adequar as estruturas administrativas da Superintendência da Zona Franca de Manaus, visando a atender às disposições desta Lei.

### CAPÍTULO IV

#### *Disposições Finais*

Art. 10. Compete à Secretaria da Receita Federal a vigilância das áreas limites das ALCT e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência da Polícia Federal.

Art. 11. O Poder Executivo adotará providências no sentido de prover os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da ALCT.

Art. 12. Aplica-se à ALCT, no que couber, a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, especialmente os Decretos-Leis ns. 288 <sup>(3)</sup>, de 28 de fevereiro de 1967, 356 <sup>(4)</sup>, de 15 de agosto de 1968, 1.435 <sup>(5)</sup>, de 16 de dezembro de 1975, 1.455 <sup>(6)</sup>, de 7 de abril de 1976, 2.433 <sup>(7)</sup>, de 19 de maio de 1988, e 2.434 <sup>(8)</sup>, de 19



de maio de 1988, com suas alterações posteriores e respectivas disposições regulamentares.

Art. 13. As isenções previstas nesta Lei vigorarão pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

LEI N. 8.210 – DE 19 DE JULHO DE 1991

Cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, no Município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, uma área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo noroeste daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar, na margem direita do rio Mamoré, uma área contínua com a superfície de 82,50km<sup>2</sup>, envolvendo, inclusive, o perímetro urbano da Cidade de Guajará-Mirim, onde será instalada a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim – ALCGM, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Considera-se integrante da ALCGM toda a sua superfície territorial, observadas as disposições dos tratados e das convenções internacionais.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas à ALCGM serão obrigatoriamente destinadas a empresa autorizada a operar nessa área.

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras na ALCGM far-se-á com a suspensão do Imposto sobre a Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção, quando as mercadorias forem destinadas a:

I – consumo e venda interna na ALCGM;

II – beneficiamento, no território da ALCGM, quando se tratar de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III – agricultura e piscicultura;

IV – instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

V – estocagem para comercialização no mercado externo;

VI – atividades de construção e reparos navais; e

VII – quando se tratar de bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados na ALCGM, gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas a tributação no momento de sua internação.



§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

- a) armas e munições de qualquer natureza;
- b) automóveis de passageiros;
- c) bens finais de informática;
- d) bebidas alcoólicas;
- e) perfumes;
- f) fumo e seus derivados.

Art. 5º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas na ALCGM por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do Território Nacional é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

Art. 6º A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora da ALCGM, para empresas ali sediadas, é equiparada à exportação.

Art. 7º O Poder Executivo, regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à ALCGM, bem como para as mercadorias dela procedentes.

Art. 8º O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações da ALCGM, criando mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.

Art. 9º O limite global para as importações através da ALCGM será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no mesmo ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio.

§ 1º (Vetado).

§ 2º A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos pela ALCGM, destinados exclusivamente à reexportação, vedada a remessa das divisas correspondentes e observados, quando reexportados tais produtos, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 10. (Vetado).

Art. 11. (Vetado).

Art. 12. A Secretaria da Receita Federal exercerá a vigilância na área da ALCGM e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da ALCGM.

Art. 13. As isenções e benefícios da ALCGM serão mantidos durante vinte e cinco anos.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

LEI N. 8.256 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 1991

Cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim,  
no Estado de Roraima, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas, nos municípios de Pacaraima e Bonfim, Estado de Roraima, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal espe-



cial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar as áreas contínuas com a superfície de vinte quilômetros quadrados, envolvendo, inclusive, os perímetros urbanos dos municípios de Pacaraima e Bonfim, onde serão instaladas as áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB), incluindo locais próprios para entrestopamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes das áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a operarem nessas áreas.

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras nas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) far-se-á com suspensão do Imposto sobre a Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando forem destinadas a:

I – consumo e venda interna nas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB);

II – benefício, em seus territórios, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III – agropecuária e piscicultura;

IV – instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

V – estocagem para comercialização no mercado externo;

VI – (vetado);

VII – bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo por intermédio do Departamento da Receita Federal.

§ 1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados nas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB), gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação.

§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

a) durante o prazo estabelecido no artigo 4º, inciso VIII, da Lei n. 7.232<sup>(1)</sup>, de 29 de outubro de 1984, bens finais de informática;

b) armas e munições de qualquer natureza;

c) automóveis de passageiros;

d) bebidas alcoólicas;

e) perfumes;

f) fumos e seus derivados.

Art. 5º As importações de mercadorias destinadas às áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) estarão sujeitas a guia de importação ou documento de efeito equivalente, previamente ao desembaraço aduaneiro.

Parágrafo único. As importações de que trata este artigo deverão contar com a prévia anuência da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Art. 6º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas nas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) por empresas estabelecidas

(1) Leg. Fed., 1984, pág. 534.



em qualquer outro ponto do território nacional é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

Art. 7º A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) para empresas ali sediadas, é equiparada à exportação.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas às áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB), assim como para as mercadorias delas procedentes.

Art. 9º O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações das áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB), criando mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.

Art. 10. O limite global para as importações através das áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no ato que o fizer para as demais áreas de livre comércio.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos pelas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB), destinados exclusivamente à reexportação, vedada a remessa de divisas correspondentes e observados, quando reexportados, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 11. Estão as áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, que deverá promover e coordenar suas implantações, sendo, inclusive, aplicada no que couber, às áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB), a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, com suas alterações e respectivas disposições regulamentares.

Parágrafo único. A SUFRAMA haverá preço público pela utilização de suas instalações e pelos serviços de autorização, controle de importações e internamentos de mercadorias nas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) ou destas para outras regiões do País.

Art. 12. As receitas decorrentes das cobranças dos preços públicos dos serviços de que trata o parágrafo único do artigo 11 desta Lei, nas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB), serão parcialmente aplicadas em educação, saúde e saneamento, em proveito das comunidades mais carentes da zona fronteira do Estado de Roraima, consoante projetos específicos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA.

Art. 13. O Departamento da Receita Federal exercerá a vigilância nas áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro das áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB).

Art. 14. As isenções e benefícios das áreas de livre comércio de Pacaraima (ALCP) e Bonfim (ALCB) serão mantidos durante vinte e cinco anos.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

#### LEI N. 8.857 – DE 8 DE MARÇO DE 1994

**Autoriza a criação de áreas de livre comércio nos Municípios de  
Brasília e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre,  
e dá outras providências**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos Municípios de Brasília, Estado do Acre, com extensão para o Município de Epitaciolândia, Estado do



Acre, e no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, Áreas de Livre Comércio de exportação e importação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das respectivas regiões.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar as áreas contínuas com a superfície de 20 km<sup>2</sup>, envolvendo, inclusive, os perímetros urbanos dos Municípios de Brasília e Epitaciolândia e do Município de Cruzeiro do Sul, onde serão instaladas as Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS, respectivamente, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes das Áreas de Livre Comércio de Brasília, com extensão para o Município de Epitaciolândia – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS – todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a operar nessas áreas.

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS far-se-á com a suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando as mercadorias forem destinadas a:

I – consumo e vendas internas nas Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS;

II – beneficiamento, em seus territórios, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III – agropecuária e piscicultura;

IV – instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

V – estocagem para comercialização no mercado externo;

VI – industrialização de produtos em seus territórios;

VII – bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo por intermédio da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS, gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação.

§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo;

a) durante o prazo estabelecido no inciso VIII do artigo 4º da Lei n. 7.232<sup>(1)</sup>, de 29 de outubro de 1984, aos bens finais de informática;

b) a armas e munições de qualquer natureza;

c) a automóveis de passageiros;

d) a bebidas alcoólicas;

e) a perfumes;

f) ao fumo e seus derivados.

Art. 5º As importações de mercadorias destinadas às Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS estarão sujeitas à Guia de Importação ou documento de efeito equivalente, previamente ao desembaraço aduaneiro.

(1) Leg. Fed., 1984, pág. 534.



Parágrafo único. As importações de que trata este artigo deverão contar com a prévia anuência da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Art. 6º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas nas Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do Território Nacional é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

Art. 7º A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS, para empresas ali sediadas, é equiparada a exportação.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas às Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS, assim como para as mercadorias delas procedentes.

Art. 9º O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações das Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS, criando mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.

Art. 10. O limite global para as importações através das Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos pelas Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS destinados exclusivamente à reexportação, vedada a remessa de divisas correspondentes, e observados, quando reexportados, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 11. Ficam as Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, que deverá promover e coordenar suas implantações, aplicando-se-lhes, no que couber, a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, com suas alterações e respectivas disposições regulamentares.

Parágrafo único. À SUFRAMA haverá preço público pela utilização de suas instalações e pelos serviços de autorização, controle de importações e internamentos de mercadorias nas Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS ou destas para outras regiões do País.

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. A Secretaria da Receita Federal exercerá a vigilância nas Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS e a repressão do contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro das Áreas de Livre Comércio de Brasília – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS.

Art. 14. (Vetado).

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.



## LEI N. 8.387 – DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Dá nova redação ao § 1º do artigo 3º aos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n. 288<sup>(1)</sup>, de 28 de fevereiro de 1967, ao “caput” do artigo 37 do Decreto-Lei n. 1.455<sup>(2)</sup>, de 7 de abril de 1976 e ao artigo 10 da Lei n. 2.145<sup>(3)</sup>, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do artigo 3º, os artigos 7º, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 1.435<sup>(4)</sup>, de 16 de dezembro de 1975, e 9º do Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

§ 1º Excetua-se da isenção fiscal prevista no “caput” deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quanto a estes (Posições 3303 a 3307 da Tarifa Aduaneira do Brasil – TAB), se destinados, exclusivamente, a consumo interno na Zona Franca de Manaus, ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico.

.....  
Art. 7º Os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das Posições 8711 a 8714 da Tarifa Aduaneira do Brasil – TAB, e respectivas partes e peças, quando dela saírem para qualquer ponto do Território Nacional, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre a Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira neles empregados, calculado o tributo mediante coeficiente de redução de sua alíquota “ad valorem”, na conformidade do § 1º deste artigo, desde que atendam nível de industrialização local compatível com processo produtivo básico para produtos compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil – TAB.

§ 1º O coeficiente de redução do imposto será obtido mediante a aplicação da fórmula que tenha:

I – no dividendo, a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de produção nacional e da mão-de-obra empregada no processo produtivo;

II – no divisor, a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de produção nacional e de origem estrangeira, e da mão-de-obra empregada no processo produtivo.

§ 2º No prazo de até doze meses, contado da data de vigência desta Lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo os coeficientes diferenciados de redução das alíquotas do Imposto sobre a Importação, em substituição à fórmula de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º Os projetos para produção de bens sem similares ou congêneres na Zona Franca de Manaus, que vierem a ser aprovados entre o início da vigência desta Lei e o da lei a que se refere o § 2º, poderão optar pela fórmula prevista no § 1º.

§ 4º Para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos automóveis, tratores e outros veí-



culos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das Posições 8711 a 8714 da Tarifa Aduaneira do Brasil – TAB, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA até 31 de março de 1991 ou para seus congêneres ou similares, compreendidos na mesma posição e subposição da Tarifa Aduaneira do Brasil – TAB, constantes de projetos que venham a ser aprovados, no prazo de que trata o artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a redução de que trata o “caput” deste artigo será de oitenta e oito por cento.

§ 5º A exigibilidade do Imposto sobre a Importação, de que trata o “caput” deste artigo, abrange as matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem empregados no processo produtivo industrial do produto final, exceto quando empregados por estabelecimento industrial localizado na Zona Franca de Manaus, de acordo com projeto aprovado com processo produtivo básico, na fabricação de produto que, por sua vez, tenha sido utilizado como insumo por outra empresa, não coligada à empresa fornecedora do referido insumo, estabelecida na mencionada região, na industrialização dos produtos de que trata o parágrafo anterior.

§ 6º O Poder Executivo fixará os processos produtivos básicos, com base em proposta conjunta dos órgãos competentes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, no prazo máximo de cento e vinte dias, contado da data de vigência desta Lei; esgotado este prazo, a empresa titular do projeto de fabricação poderá requerer à SUFRAMA a definição do processo produtivo básico provisório, que será fixado em até sessenta dias pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, “ad referendum” do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

§ 7º A redução do Imposto sobre a Importação, de que trata este artigo, somente será deferida a produtos industrializados previstos em projeto aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA que:

I – se atenha aos limites anuais de importação de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, constantes da respectiva resolução aprobatória do projeto e suas alterações;

II – objective:

- a) o incremento de oferta de emprego na região;
- b) a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores;
- c) a incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estado da arte e da técnica;
- d) níveis crescentes de produtividade e de competitividade;
- e) reinvestimento de lucros na região; e
- f) investimento na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico.

§ 8º Para os efeitos deste artigo, consideram-se:

a) produtos industrializados os resultantes das operações de transformação, beneficiamento, montagem e recondicionamento, como definidas na legislação de regência do Imposto sobre Produtos Industrializados;

b) processo produtivo básico é o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto.

§ 9º Os veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres, suas partes e peças, excluídos os das Posições e Subposições 8711 e 8714 da Tabela Aduaneira do Brasil – TAB, e respectivas partes e peças, industrializados na Zona Franca de Manaus, quando dela saírem para qualquer ponto do Território Nacional, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre a Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos, de origem estran-



geira e neles empregados, conforme coeficiente de redução estabelecido neste artigo, ao qual serão acrescidos cinco pontos percentuais.

§ 10. Em nenhum caso o percentual previsto no parágrafo anterior poderá ser superior a cem.

Art. 9º Estão isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do Território Nacional.

§ 1º A isenção de que trata este artigo, no que respeita aos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, que devam ser internados em outras regiões do País, ficará condicionada à observância dos requisitos estabelecidos no artigo 7º deste Decreto-Lei.

§ 2º A isenção de que trata este artigo não se aplica às mercadorias referidas no § 1º do artigo 3º deste Decreto-Lei.”

Art. 2º Aos bens do setor de informática, industrializados na Zona Franca de Manaus, serão concedidos, até 29 de outubro de 1992, os incentivos fiscais e financeiros previstos na Lei n. 8.248<sup>(5)</sup>, de 23 de outubro de 1991, atendidos os requisitos estabelecidos no § 7º do artigo 7º do Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada por esta Lei.

§ 1º Após 29 de outubro de 1992, os bens referidos neste artigo, industrializados na Zona Franca de Manaus, quando internados em outras regiões do País, estarão sujeitos à exigibilidade do Imposto sobre a Importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos, de origem estrangeira e nele empregados, conforme coeficiente de redução estabelecido no § 1º do artigo 7º do Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 1º desta Lei.

§ 2º Os bens de que trata este artigo são isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na forma do artigo 9º do Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada por esta Lei.

§ 3º Para fazer jus aos benefícios previstos neste artigo, as empresas que tenham como finalidade a produção de bens e serviços de informática deverão aplicar, anualmente, no mínimo cinco por cento do seu faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, sendo que, no mínimo, dois por cento do faturamento bruto deverão ser aplicados em convênio com centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino, oficiais ou reconhecidas, devendo ainda comprovar a realização das seguintes metas:

I – programa de efetiva capacitação do corpo técnico da empresa nas tecnologias do produto e do processo de produção; e

II – (vetado).

Art. 3º O “caput” do artigo 37 do Decreto-Lei n. 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. As mercadorias estrangeiras importadas para a Zona Franca de Manaus, quando desta saírem para outros pontos do Território Nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos exigíveis sobre importações do exterior.”

(5) Leg. Fed., 1991, pág. 695.



**Art. 4º** Será mantido, na escrita do contribuinte, o crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, incidente sobre matérias-primas, produtos intermediários, material de embalagem e equipamentos adquiridos para emprego na industrialização de produtos que venham a ser remetidos para a Zona Franca de Manaus.

**Art. 5º** O artigo 10 da Lei n. 2.145, de 29 de dezembro de 1953, alterado pelo artigo 1º do Decreto-Lei n. 1.416<sup>(6)</sup>, de 25 de agosto de 1975, e pelo artigo 1º da Lei n. 7.690<sup>(7)</sup>, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. A licença ou Guia de Importação ou documento equivalente será emitida mediante o pagamento de emolumento, conforme tabela elaborada anualmente pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, como ressarcimento dos custos incorridos nos respectivos serviços.

§ 1º O emolumento será devido na emissão de documento relativo a quaisquer produtos, independentemente do regime tributário ou cambial vigente da qualidade do importador ou do país de origem da mercadoria.

§ 2º Não será exigido o emolumento nos casos de:

.....  
j) importação de quaisquer bens para a Zona Franca de Manaus;

l) importação de quaisquer bens para as áreas de livre comércio administradas pela SUFRAMA.

§ 3º Os recursos provenientes do emolumento referido neste artigo serão recolhidos à conta do Tesouro Nacional, como receita orçamentária da União, nos termos do Decreto-Lei n. 1.755<sup>(8)</sup>, de 31 de dezembro de 1979.”

**Art. 6º** (Vetado).

**Art. 7º** (Vetado).

**Art. 8º** Estarão isentas do pagamento de taxas, preços públicos e emolumentos, devidos a órgãos, autarquias, ou quaisquer entidades da Administração Pública, direta ou indireta, as importações de partes, peças, componentes, matérias-primas, produtos intermediários e outros insumos, vinculados à fabricação exclusiva na Zona Franca de Manaus de produtos destinados à exportação para o exterior.

**Art. 9º** (Vetado).

**Art. 10.** (Vetado).

**Art. 11.** É criada, nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

§ 1º O Poder Executivo demarcará, no prazo de noventa dias, área contínua onde será instalada a área de livre comércio, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

§ 2º Aplica-se à área de livre comércio, no que couber, o disposto na Lei n. 8.256<sup>(9)</sup>, de 25 de novembro de 1991.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13.** Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Assuntos Econômicos -- decisão terminativa)

(6) Leg. Fed., 1975, pág. 500; (7) 1988, pág. 1.046.



**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O projeto será publicado e remetido à comissão competente, devendo ter a sua tramitação iniciada a partir de 17 de fevereiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.507-16, adotada em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
Francisco Escórcio	Freitas Neto
Francelino Pereira	Romero Jucá
	PSDB
Sérgio Machado	Artur da Távola
	PPS
Roberto Freire	
	PPB
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Inocêncio Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	José Múcio Monteiro
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Geddel Vieira Lima	Darcísio Perondi
	Bloco (PPB/PL)
Odelmo Leão	Gerson Peres

**PSDB**

José Aníbal Adroaldo Streck

**PDT**

Matheus Schmidt Sílvio Abreu

**PSB**

Fernando Lyra Alexandre Cardoso

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-2-97 – instalação da Comissão Mista

Até 11-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 20-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-3-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.508-14, adotada em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
João Rocha	Edison Lobão
Júlio Campos	Jonas Pinheiro



	PSDB
Sérgio Machado	Artur da Távola
	PSL
Romeu Tuma	
	PDT
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Inocência Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	José Múcio Monteiro
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Geddel Vieira Lima	Darcísio Perondi
Bloco (PPB/PL)	
Odelmo Leão	Gerson Peres
PSDB	
José Aníbal	Adroaldo Streck
PCdoB	
Sérgio Miranda	Aldo Rebelo
PPS	
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-2-97 – instalação da Comissão Mista

Até 11-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 20-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-3-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.511-7, adotada em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na

região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
PMDB	
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PFL	
Bernardo Cabral	Romero Jucá
Odacir Soares	Jonas Pinheiro
PSDB	
Sérgio Machado	Artur da Távola
PT	
José Eduardo Dutra	Benedita da Silva
PTB	
Valmir Campelo	Emília Fernandes

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Inocência Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	José Múcio Monteiro
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Geddel Vieira Lima	Darcísio Perondi
Bloco (PPB/PL)	
Odelmo Leão	Gerson Peres
PSDB	
José Aníbal	Adroaldo Streck
PV	
Fernando Gabeira	
PMN	

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-2-97 – instalação da Comissão Mista



Até 11-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 20-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-3-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.522-4, adotada em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês ano, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
Bernardo Cabral	José Bianco
Carlos Patrocínio	Edison Lobão
	PSDB
Sérgio Machado	Artur da Távola
	PSB
Ademir Andrade	Antônio Carlos Valadares
	PPS
Roberto Freire	

#### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Inocêncio Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	José Múcio Monteiro
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Geddel Vieira Lima	Darcísio Perondi

#### Bloco (PPB/PL)

Odelmo Leão	Gerson Peres
	PSDB
José Aníbal	Adroaldo Streck
	PT
José Machado	Nilmário Miranda
	PDT
Matheus Schmidt	Sílvio Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-2-97 – instalação da Comissão Mista

Até 11-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 20-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-3-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.523-4, adotada em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
Romero Jucá	Francisco Escórcio
José Alves	José Agripino
	PSDB
Sérgio Machado	Artur da Távola



PPB  
Epitácio Cafeteira      Leomar Quintanilha

PSL  
Romeu Tuma

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Inocência Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	José Múcio Monteiro

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)  
Geddel Vieira Lima      Darcísio Perondi

Bloco (PPB/PL)  
Odelmo Leão      Gerson Peres

PSDB  
José Aníbal      Adroaldo Streck

PSB  
Fernando Lyra      Alexandre Cardoso

PCdoB  
Sérgio Miranda      Aldo Rebelo

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-2-97 – instalação da Comissão Mista

Até 11-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 20-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-3-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.524-4, adotada em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra

PFL  
José Bianco      José Agripino  
Freitas Neto      Bernardo Cabral

PSDB  
Sérgio Machado      Artur da Távola

PDT  
Sebastião Rocha      Darcy Ribeiro

PT  
José Eduardo Dutra      Benedita da Silva

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Inocência Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	José Múcio Monteiro

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)  
Geddel Vieira Lima      Darcísio Perondi

Bloco (PPB/PL)  
Odelmo Leão      Gerson Peres

PSDB  
José Aníbal      Adroaldo Streck

PPS  
Sérgio Arouca      Augusto Carvalho

PV  
Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-2-97 – instalação da Comissão Mista

Até 11-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade



Até 20-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-3-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.565-1, adotada em 5 de fevereiro de 1997 e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
Waldeck Ornelas	José Bianco
Francelino Pereira	Romero Jucá
	PSDB
Sérgio Machado	Artur da Távola
	PTB
Valmir Campelo	Emília Fernandes
	PSB
Ademir Andrade	Antonio Carlos Valadares

#### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Inocêncio Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	José Múcio Monteiro
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Geddel Vieira Lima	Darcísio Perondi
	Bloco (PPB/PL)
Odelmo Leão	Gerson Peres

PSDB

José Aníbal

Adroaldo Streck

PMN

Bosco França

PT

José Machado

Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 6-2-97 – instalação da Comissão Mista

Até 11-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 20-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-3-97 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Encerrou-se o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1996, que aprova a Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 1992.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Senadores Júlio Campos e Benedita da Silva enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fazer reforma agrária é uma operação complexa. Não basta distribuir terra. É necessário conceder ao agricultor os meios para trabalhar a gleba, efetuar o plantio, garantir a colheita e entrar nos mecanismos de comercialização. Enfim, reforma agrária é o fim de uma política de redistribuição de renda no campo, combinada com a melhoria da produção agrícola. Se o projeto, ou a política, não considerar, cuidadosamente, cada uma dessas etapas, o conjunto pode ser ruinoso e deixar de atender aos objetivos maiores.



O mundo ocidental está cheio de exemplos de políticas de reforma agrária que não foram bem sucedidas. Em Portugal, logo após a revolução dos cravos vermelhos, em 1974, iniciou-se um movimento de repartição da terra, basicamente no sul daquele país. As glebas foram entregues a agricultores que não dispunham de mecanismos de crédito para plantio, colheita e comercialização. Alguns anos depois, as terras retornaram a seus proprietários originais, porque a agricultura portuguesa sofreu uma violenta e repentina queda tanto na produtividade quanto na produção.

Na América do Sul, o exemplo mais radical e conhecido ocorreu no Peru, ao tempo do governo Alvarado. Ocorreu a distribuição de terras, mas não aconteceu a criação dos mecanismos financeiros que entregariam aos agricultores os meios para plantar, colher e vender sua produção. De novo, em pouco tempo, as terras retornaram aos antigos proprietários. O país experimentou um momento de escassez de produtos agrícolas, enfrentou enormes dificuldades políticas no campo e restou a sensação de perda de tempo, desperdício de meios e inutilidade de uma política considerada a solução para diversos problemas nacionais.

Nos países de economia planificada, como era a União Soviética, a reforma agrária manteve um padrão de baixa produtividade e reduzida produção. O gigante comunista, mesmo nos períodos de apogeu, foi um dos maiores importadores de produtos agrícolas do mundo. A maneira coletivizada de produzir não gerou a quantidade de produtos necessária para abastecer o mercado interno. Os demais países do Leste europeu que foram comunistas jamais realizaram uma reforma agrária no sentido estrito do termo. Ficaram a meio caminho entre a distribuição de terras e a coletivização. Não havia, é verdade, muita terra a ser distribuída aos camponeses da Europa Central.

Os Estados Unidos do século 19 realizaram, talvez, a única reforma agrária que ofereceu resultados consistentes ao longo do tempo. Ela aconteceu em paralelo à conquista do Oeste, que, em verdade, consistiu na abertura de uma nova e imensa fronteira agrícola. O homem branco percebeu que havia espaço e oportunidade para conquistar novos territórios e se lançou na aventura. Levou o gado, a família e foi estabelecendo fazendas, sítios e criando comunidades. Foi a época, também, de uma fortíssima migração de europeus para o novo país da América do Norte.

O sistema financeiro se incumbiu de financiar o desenvolvimento dessas pequenas comunidades,

que se consolidaram como cidades, rodeadas de unidades produtivas. Pode-se dizer, ainda, que a geografia ajudou. As imensas planícies permitiram que, na ausência de acidentes naturais pronunciados, o homem trabalhasse a terra e nela buscasse, primeiro o seu sustento, depois a comercialização dos produtos por ela oferecidos. A conquista do Oeste norte-americano solucionou os problemas de superpovoamento das principais cidades européias e abriu uma nova perspectiva na produção agrícola mundial.

O Brasil tem oscilado, historicamente, entre os vários modelos de reforma agrária. Já experimentou mais decepções que sucessos nos diversos modelos que empregou. E tem convivido, de maneira extremamente incômoda, com os massacres de posseiros nas áreas de crise. A falta de uma política consistente e presente, nesse importante segmento da vida brasileira, tem proporcionado esse espetáculo, quase diário, de confronto entre proprietários e camponeses.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Boa, Mato Grosso, realizou o encontro de trabalhadores rurais denominado Grito da Terra Brasil. Neste Congresso, por deliberação da maioria dos presentes, foi redigido um documento que visa a chamar a atenção das autoridades municipais, estaduais e federais relativamente ao acesso ao crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar PRONAF. Segundo o modelo atual, o acesso ao crédito é concedido somente aos proprietários de terras, deixando à margem grande número de famílias. De acordo com os dados do INCRA, 964 (novecentos e sessenta e quatro) famílias, embora assentadas dentro de projetos daquele Instituto, não estão em condições de se habilitarem para receber o benefício.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comecei afirmando que reforma agrária é operação complexa. Sem crédito, a política se frustra. Os agricultores de Água Boa afirmam, em seu documento, que, se não houver a desburocratização para acesso ao crédito, o festejado Programa de Agricultura Familiar não atingirá seus objetivos e existirá somente nas dispendiosas campanhas publicitárias do Governo Federal, sem efeito prático algum.

As medidas de simplificação das operações deverão ser repassadas urgentemente para os agentes financiadores, caso contrário a liberação dos recursos somente ocorrerá no tempo inoportuno. Sem acesso ao crédito, não se efetiva, verdadeiramente, a ocupação das áreas de assentamento e não se realiza a reforma agrária, que pretende dar



condições econômicas, sociais, de infra-estrutura para que os assentados possam permanecer na terra produzindo e vivendo em níveis mínimos de dignidade.

Eis aí, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um exemplo pronto e acabado dos impasses e das armadilhas que a política de reforma agrária provoca. É necessário que o crédito chegue aos assentados, caso contrário todo o esforço anterior no sentido de distribuir terras será invalidado. Peço ao Ministro da Reforma Agrária, ao Ministro da Agricultura e às autoridades do sistema financeiro nacional que sejam sensíveis aos reclamos dos agricultores de Água Boa. Eles querem apenas trabalhar e começar, com seu exemplo, dedicação e altivez, um projeto de reforma agrária que vai gerar os benefícios previstos. É fundamental que eles tenham acesso aos créditos do sistema financeiro.

Muito obrigado.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a violência em nossos dias está assumindo proporções alarmantes em todos os níveis da sociedade. Os ensinamentos acadêmicos, quero crer, já não estão mais servindo de base para que o homem dos tempos modernos pautar sua vida pelo respeito aos direitos do seu próximo.

Entendo que o Estado tem o dever de desenvolver uma melhor educação para seus cidadãos e contribuir para uma sociedade melhor organizada, onde os mesmos, apesar de sofrerem as consequências de mudanças governamentais no cotidiano, possam ter assegurado o direito à liberdade e à vida.

Diante do exposto, quero lamentar, profundamente, as cenas de violência transmitidas pela televisão, através do Programa FANTÁSTICO, em que uma ação policial na cidade de São Paulo provocou o assassinato violento de um pai de família e, acima de tudo, negro.

O mesmo, encontrando-se endividado por problemas pessoais, ameaçava a família, isolando-se na sacada do seu apartamento.

A Polícia, ao ser acionada, enviou um grupo para ações especiais. Ao chegar ao local, após ação estratégica em que cinco policiais desarmaram o rapaz, o mesmo foi executado, conforme declarações da própria esposa. Aquele homem, que se encontrava vestido de calça e camisa, ao ser assassinado foi jogado por vários policiais no alçapão do camburão daquela guarnição como se fosse um animal morto sendo lançado. As cenas pela televisão chocaram milhares de telespectadores em todo o país.

Apesar do Secretário de Segurança Pública de São Paulo declarar que em incursões desta natureza terminar bem ou em tragédia, e que aquela operação havia terminado em tragédia, é lamentável assistirmos pela TV o barbarismo policial. Aquele homem já estava dominado, sem qualquer resistência, alvejado na perna, inclusive, não havendo nenhuma necessidade da execução.

É preciso uma ação mais eficaz no que diz respeito ao preparo dos policiais militares em geral para que cenas de tal natureza não sejam transmitidas. Pois a mesma reflete o barbarismo e a violência policial.

A cada dia assistimos pela televisão, tomamos conhecimento através dos jornais, do crescente índice de violência. O aparelho policial existe para manter a ordem e proteger o cidadão, não para levá-lo à violência ou torná-lo vítima da mesma.

Fazemos um apelo para que seja feita justiça perante este acontecimento, conforme reclamos da própria família do trabalhador assassinado. E lançamos um apelo para que os governos estaduais desenvolvam uma melhor política no tocante à preparação dos seus policiais militares, visando a proteção do cidadão, a proteção da família.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência declara encerrados os trabalhos da Quarta Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Legislatura.

*(Levanta-se a sessão às 12h10min.)*

## RETIFICAÇÃO

### ATA DA 29ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA REALIZADA EM 5 DE FEVEREIRO DE 1997

(Publicada no DSF, de 6 de fevereiro de 1997)

Na página 3869, 1ª coluna, na **Justificação** do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1997:

**Onde se lê:**

.....  
b) quando, a critério do Banco Central do Brasil, a situação da entidade se houver normalização;  
.....

**Leia-se:**

.....  
b) quando, a critério do Banco Central do Brasil, a situação da entidade se houver normalizado;  
.....



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

**Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal,  
no período de 3 a 6 de fevereiro de 1997**

**4ª Sessão Legislativa Extraordinária**  
**50ª Legislatura**

**(Art. 269, II, do Regimento Interno)**



**PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO**

De iniciativa da Câmara dos Deputados .....	1
De iniciativa do Senado Federal .....	7
<b>Total .....</b>	<b>8</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1996** (nº 313/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes, assinado em Madri, em 15 de dezembro de 1995.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 3, de 1997**, que *autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Atas de Entendimentos de 19 de setembro de 1989, de 15 de abril de 1994, e de 12 de dezembro de 1995.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 7, de 1997**, que *autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar temporariamente os limites fixados nos arts. 3º e 4º, inciso II, da Resolução nº 69, de 1995, e a assumir as dívidas da extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso - COHAB/MT junto à Caixa Econômica Federal.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 8, de 1997**, que *autoriza o Município de Mogi Guaçu - SP a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de seiscentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais, no âmbito do Programa PRÓ-MORADIA.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 9, de 1997**, que *autoriza a Prefeitura Municipal de São João do Meriti (RJ) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BANERJ - no valor total de dois milhões novecentos e noventa e sete mil e setecentos e quarenta reais, cujos recursos serão destinados à execução de obras de saneamento, drenagem e pavimentação de ruas.*

**Sessão:** 04.02.97



**Projeto de Resolução nº 18, de 1997**, que *autoriza o Município do Rio de Janeiro a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-RIO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 19, de 1997**, que *autoriza o Estado de Mato Grosso a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do tesouro do Estado do Mato Grosso (LFTEMT), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre de 1997.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 20, de 1997**, que *dá nova redação às alíneas "a", "d" e "e" do art. 2º da Resolução nº 107, de 1996, do Senado Federal, que autorizou o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.*

**Sessão:** 04.02.97

### OUTRAS DELIBERAÇÕES

**Requerimento nº 120, de 1997**, da Senadora Emília Fernandes e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de sessão especial conjunta, no dia 5 de março próximo, destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher.

**Sessão:** 04.02.97

#### **Eleição do Presidente da Mesa do Senado Federal:**

Senador Antonio Carlos Magalhães:.....52 votos

Senador Íris Rezende:.....28 votos

Voto em branco:.....1 voto

**Total:.....81 votos**

**Reunião:** 04.02.97



**Eleição dos demais membros da Mesa do Senado Federal:**

Cargo	Senador(a) eleito(a)	"Sim"	"Não"	Abstenção	Total
1º Vice-Presidente	Geraldo Melo	76	0	3	79
2º Vice-Presidente	Júnia Marise	67	4	8	79
1º Secretário	Ronaldo Cunha Lima	78	0	1	79
2º Secretário	Carlos Patrocínio	76	2	1	79
3º Secretário	Flaviano Melo	70	5	4	79
4º Secretário	Lucídio Portela	74	2	3	79
1º Suplente	Emília Fernandes	71	5	3	79
2º Suplente	Lúdio Coelho	74	3	2	79
3º Suplente	Joel de Holanda	76	2	1	79
4º Suplente	Marluce Pinto	64	8	4	76

**Reunião: 04.02.97**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS**  
(3 a 6 de fevereiro de 1997)

**Sessão Não Deliberativa..... 1**

**Sessão Deliberativa ..... 1**  
- Extraordinária ..... 1

**Total..... 2**

**Reuniões Preparatórias ..... 2**

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL**  
(3 a 6 de fevereiro de 1997)

**MATÉRIAS CONSTANTES DAS CONVOCAÇÕES.....59**

- Projetos de Lei \* ..... 26
- Propostas de Emenda à Constituição \* ..... 3
- Projetos de Decreto Legislativo (art. 49, I - CF) ..... 10
- Projeto de Decreto Legislativo (art. 166 - CF) ..... 1
- Projetos de Resolução (art. 52 - CF) ..... 16
- Mensagem sobre operação de crédito (art. 52 - CF) ..... 1
- Ofícios "S" (art. 52 - CF) ..... 5

\* Incluindo as matérias que tramitam em conjunto



**MATÉRIAS APRECIADAS.....8****Matérias aprovadas ..... 8**

Projetos aprovados e enviados à promulgação ..... 8

- Acordos internacionais ..... 1
- Operações de crédito ..... 7

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SGM/38/97	Diretora da Subsecretaria de Arquivo	Devolve volume X-original dos Autos do Processo de "Impeachment" contra o Presidente da República, e encaminha o último volume, XI-original, encadernado no mesmo padro, pela Secretaria-Geral da Mesa.



**Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal  
na 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª  
Legislatura  
(consolidada)**

**(6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997)**

**PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO**

De iniciativa do Senado Federal .....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados .....	1
De iniciativa do Presidente da República ....	1
<b>Total.....</b>	<b>3</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1995** (nº 1.579/96, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que *dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências.*

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1996** (nº 693/95, na Casa de origem), que *dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.*

**Sessão:** 23.01.97

**Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1996-Complementar** (nº 172/93-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.*

**Sessão:** 28.01.97



**PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO**

De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	10
De iniciativa do Senado Federal .....	21
<b>Total .....</b>	<b>31</b>

**Projeto de Resolução nº 118, de 1996**, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Resolução nº 4, de 1997**, que concede à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ elevação temporária do limite a que se refere o art. 7º, I, da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, para que a referida Estatal possa contratar, com garantia da União, operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de até cento e cinquenta milhões de reais de principal, destinando-se os recursos ao financiamento do Projeto de Ampliação e Modernização do Porto de Sepetiba, e dá outras providências.

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Resolução nº 6, de 1997**, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo com a Corporación Andina de Fomento - CAF, no valor equivalente a até oitenta e seis milhões de dólares norte-americanos, destinados ao financiamento parcial do Projeto de Melhoramento e Pavimentação da Rodovia BR-174

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Resolução nº 10, de 1997**, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de quatrocentos e vinte milhões de dólares norte-americanos, destinados à execução do Projeto Sul de Trens Metropolitanos de São Paulo; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação.

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1996** (nº 259/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994.

**Sessão:** 21.01.97



**Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1996** (nº 286/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da emenda ao Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em 11 de agosto de 1992.*

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 1996** (nº 295/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que Prestem Serviço à Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, em 24 de fevereiro de 1988.*

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1996** (nº 294/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 25 de março de 1996,*

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Resolução nº 2, de 1997**, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até setenta e oito milhões de dólares norte-americanos.*

**Sessão:** 23.01.97

**Projeto de Resolução nº 5, de 1997**, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até quinhentos milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.*

**Sessão:** 23.01.97

**Projeto de Resolução nº 11, de 1997**, que *autoriza a operação de crédito constante do Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Paraíba.*

**Sessão:** 28.01.97

**Projeto de Resolução nº 12, de 1997**, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 350,000,000.00, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde - REFORSUS.*

**Sessão:** 28.01.97



**Projeto de Resolução nº 13, de 1997**, que *autoriza o Estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.*

**Sessão: 28.01.97**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1996** (nº 287/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Brasília, em 8 de fevereiro de 1996.*

**Sessão: 28.01.97**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1996** (nº 292/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 9 de abril de 1996,*

**Sessão: 28.01.97**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1996** (nº 298/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 22 de maio de 1996.*

**Sessão: 28.01.97**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 1996** (nº 322/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.*

**Sessão: 28.01.97**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1996** (nº 315/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 20 de março de 1996.*

**Sessão: 28.01.97**

**Projeto de Resolução nº 147, de 1995**, de autoria do Senador Edison Lobão e outros senhores Senadores, que *altera a Resolução nº 70, de 1995, que autoriza os Estados a contratarem operações de crédito previstas no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.*

**Sessão: 30.01.97**



**Projeto de Resolução nº 14, de 1997**, que *autoriza o Estado de Goiás a contratar operação de crédito sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.*

**Sessão:** 30.01.97

**Projeto de Resolução nº 15, de 1997**, que *autoriza a operação de crédito constante do Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.*

**Sessão:** 30.01.97

**Projeto de Resolução nº 16, de 1997**, que *autoriza o Estado de Rondônia a contratar operação de crédito sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.*

**Sessão:** 30.01.97

**Projeto de Resolução nº 17, de 1997**, que *retifica a alínea "e" do art. 2º da Resolução nº 5, de 1996, do Senado Federal, alterando as datas de vencimento do principal da operação de crédito autorizada por aquela Resolução.*

**Sessão:** 30.01.97

**Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1996** (nº 313/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes, assinado em Madri, em 15 de dezembro de 1995.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 3, de 1997**, que *autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Atas de Entendimentos de 19 de setembro de 1989, de 15 de abril de 1994, e de 12 de dezembro de 1995.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 7, de 1997**, que *autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar temporariamente os limites fixados nos arts. 3º e 4º, inciso II, da Resolução nº 69, de 1995, e a assumir as dívidas da extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso - COHAB/MT junto à Caixa Econômica Federal.*

**Sessão:** 04.02.97

**Projeto de Resolução nº 8, de 1997**, que *autoriza o Município de Mogi Guaçu - SP a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal,*



*no valor de seiscentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais, no âmbito do Programa PRÓ-MORADIA.*

**Sessão: 04.02.97**

**Projeto de Resolução nº 9, de 1997**, que *autoriza a Prefeitura Municipal de São João do Meriti (RJ) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BANERJ - no valor total de dois milhões novecentos e noventa e sete mil e setecentos e quarenta reais, cujos recursos serão destinados à execução de obras de saneamento, drenagem e pavimentação de ruas.*

**Sessão: 04.02.97**

**Projeto de Resolução nº 18, de 1997**, que *autoriza o Município do Rio de Janeiro a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-RIO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.*

**Sessão: 04.02.97**

**Projeto de Resolução nº 19, de 1997**, que *autoriza o Estado de Mato Grosso a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do tesouro do Estado do Mato Grosso (LFTEMT), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre de 1997.*

**Sessão: 04.02.97**

**Projeto de Resolução nº 20, de 1997**, que *dá nova redação às alíneas "a", "d" e "e" do art. 2º da Resolução nº 107, de 1996, do Senado Federal, que autorizou o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.*

**Sessão: 04.02.97**

### **PROJETO APROVADO E ENVIADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

De iniciativa do Presidente da República .... 1
<b>Total..... 1</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1996** (nº 7.865/86, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes, e dá outras providências.*

**Sessão: 21.01.97**



## MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal .....	2
<b>Total.....</b>	<b>2</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1996**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo e dá outras providências*.

**Sessão:** 21.01.97

**Projeto de Lei do Senado nº 200, de 1996**, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *define o crime de porte de arma*.

**Sessão:** 21.01.97

## OUTRAS DELIBERAÇÕES

**Requerimento nº 10, de 1997**, da Senadora Benedita da Silva e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene do Senado para prestar homenagem ao transcurso do centenário do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

**Sessão:** 08.01.97

**Requerimento nº 11, de 1996**, do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial do Senado destinada a homenagear o jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

**Sessão:** 08.01.97

**Requerimento nº 15, de 1997**, do Senador Guilherme Palmeira, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de pesar pela morte do ex-governador de Alagoas, Dr. Lamenha Filho, ocorrida em Maceió, no último dia 3 de janeiro.

**Sessão:** 09.01.97

**Requerimento nº 18, de 1997**, do Senador Antônio Carlos Magalhães e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens pelo falecimento do jornalista José Carlos Bardawil.

**Sessão:** 13.01.97



**Requerimento nº 55, de 1997**, da Senadora Emília Fernandes e do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Antônio Sarmanho Vargas, ex-Prefeito de Porto Alegre-RS e ex-Secretário de Estado da Agricultura.

**Sessão:** 16.01.97

**Requerimento nº 108, de 1997**, da Senadora Benedita da Silva e do Senador Artur da Távola, solicitando, nos termos regimentais, seja prestada homenagem de pesar pelo falecimento do escritor e acadêmico Antonio Callado, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro.

**Sessão:** 29.01.97

**Requerimento nº 112, de 1997**, do Senador Joel de Hollanda e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da Academia Brasileira de Letras, em data a ser oportunamente marcada.

**Sessão:** 30.01.97

**Requerimento nº 113, de 1997**, do Senador Josaphat Marinho, solicitando, nos termos regimentais, inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento de Josaphat Paranhos de Azevedo, ex-deputado federal e estadual pela Bahia.

**Sessão:** 30.01.97

**Requerimento nº 120, de 1997**, da Senadora Emília Fernandes e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de sessão especial conjunta, no dia 5 de março próximo, destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher.

**Sessão:** 04.02.97

**Eleição do Presidente da Mesa do Senado Federal:**

Senador Antonio Carlos Magalhães:.....52 votos

Senador Íris Rezende:.....28 votos

Voto em branco:.....1 voto

**Total:.....81 votos**

**Reunião:** 04.02.97



**Eleição dos demais membros da Mesa do Senado Federal:**

Cargo	Senador(a) eleito(a)	"Sim"	"Não"	Abstenção	Total
1º Vice-Presidente	Geraldo Melo	76	0	3	79
2º Vice-Presidente	Júnia Marise	67	4	8	79
1º Secretário	Ronaldo Cunha Lima	78	0	1	79
2º Secretário	Carlos Patrocínio	76	2	1	79
3º Secretário	Flaviano Melo	70	5	4	79
4º Secretário	Lucídio Portela	74	2	3	79
1º Suplente	Emília Fernandes	71	5	3	79
2º Suplente	Lúdio Coelho	74	3	2	79
3º Suplente	Joel de Holanda	76	2	1	79
4º Suplente	Marluce Pinto	64	8	4	76

**Reunião: 04.02.97**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS**  
(6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997)

**Sessões Não Deliberativas.....11**

**Sessões Deliberativas .....17**

- Ordinárias ..... 8

- Extraordinárias ..... 9

**Total.....28**

**Reuniões Preparatórias ..... 2**

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL**  
(6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997)

**MATÉRIAS CONSTANTES DAS CONVOCAÇÕES.....59**

- Projetos de Lei \* ..... 26
- Propostas de Emenda à Constituição \* ..... 3
- Projetos de Decreto Legislativo (art. 49, I - CF)..... 10



- Projeto de Decreto Legislativo (art. 166 - CF) ..... 1
- Projetos de Resolução (art. 52 - CF)..... 16
- Mensagem sobre operação de crédito (art. 52 - CF)..... 1
- Ofícios “S” (art. 52 - CF)..... 5

\* Incluindo as matérias que tramitam em conjunto

**MATÉRIAS APRECIADAS.....37**

**Matérias aprovadas ..... 35**

Projetos aprovados e enviados à sanção ..... 3

Projetos aprovados e enviados à promulgação ..... 31

- Acordos internacionais ..... 10
- Operações de crédito ..... 19
- Regulamentação de operações de crédito ..... 1
- Assuntos administrativos..... 1

Projeto aprovado e enviado à Câmara dos Deputados ..... 1

- Projeto de Lei da Câmara aprovado com emendas..... 1

**Matérias enviadas ao arquivo ..... 2**

Matérias declaradas prejudicadas e encaminhadas ao arquivo ..... 2

CONGRESSO NACIONAL - 1997  
 RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA  
 (Convocação - PERÍODO DE 6 DE JANEIRO A 6 DE FEVEREIRO)

PLV à sanção.....	- Total: 1
PLN à sanção.....	- Total: 1

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Janeiro	4/97-CN (nº 27/97, na origem)	MP nº 1.564 Publ. no D.O. de 09.01.97	Autoriza o Poder Executivo a abrir, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário até o limite de R\$ 14.000.000,00, para atender aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.	22-1-97, às 18h30min	Aprovado o PLV nº 1, de 1997. Lei nº 9.435 - publicada no DOU de 6-2-97
Janeiro	403/96-CN (nº 820/96, na origem)	PL nº 8/96-CN Leitura 30.08.96	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1997.	29-1-97, às 19 horas	Aprovado o substitutivo com errata. À sanção

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 6 DE JANEIRO A 6 DE FEVEREIRO DE 1997

MP - aprovada e encaminhada à sanção.....	01
Projeto de Lei do Congresso Nacional (Orçamento da União - 1997).....	01
Total de matérias apreciadas.....	02



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária Da 50ª Legislatura, realizada Em 28 de janeiro De 1997, às 10:53 horas.**

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e oito de janeiro de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francelino Pereira com a presença dos Senadores Onofre Quinan, Jonas Pinheiro, Jefferson Peres, Lauro Campos, Fernando Bezerra, Vilson Kleinübing, Esperidião Amin, Osmar Dias, Valmir Campelo, Carlos Patrocínio, Francisco Escórcio, Lúdio Coelho, Ney Suassuna, João Rocha, Geraldo Melo, José Serra, Pedro Simon, Ramez Tebet, Ademir Andrade, Eduardo Suplicy, Joel de Hollanda, Freitas Neto e José Bianco. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Carlos Bezerra, Jader Barbalho, José Fogaça, Gilberto Miranda, Beni Veras, Leomar Quintanilha e Júnia Marise. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir passa a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para que para que leia o parecer, de autoria do Senador Carlos Bezerra, favorável, nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 005, de 1997**, que encaminha solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso - LFTMT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. Discutem o parecer os Senadores Esperidião Amin, Vilson Kleinübing, Jefferson Peres, Valmir Campelo, Ney Suassuna, Francisco Escórcio, Carlos Patrocínio, Geraldo Melo, João Rocha e Lauro Campos; sendo a matéria retirada de pauta, até que sejam cumpridas exigências documentais. A seguir o Presidente concede a palavra ao Senador Esperidião Amin para que leia seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 004, de 1997**, que encaminha solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SP) para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. No decorrer da discussão é concedida vista aos Senadores Francisco Escórcio e Eduardo Suplicy. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Presidência concede a palavra ao Senador Ney Suassuna para que leia seu parecer, favorável

nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 114, DE 1996**, que encaminha solicitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-RIO, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. Discutem o parecer os Senadores Lauro Campos e Esperidião Amin, sendo a matéria retirada de pauta por solicitação do relator. Em seguida o Senador Jonas Pinheiro procede a leitura de seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 006, de 1997**, que encaminha o Parecer DEDIP/DIARE-97/044, de 17.01.97, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Mato Grosso. Usam da palavra para discutir os Senadores Esperidião Amin, Geraldo Melo, Vilson Kleinübing, José Serra, Jonas Pinheiro e Carlos Patrocínio. Finda a discussão, é aprovado o parecer do relator, sendo acolhida sugestão do Senador Esperidião Amin no sentido de que seja acrescido o seguinte Parágrafo ao Artigo 1º do Projeto de Resolução proposto: § 1º O contrato autorizado nos termos deste artigo será submetido à Comissão de Assunto Econômicos, para apreciação no prazo de 15 (quinze) dias, sendo ainda definida sua aplicabilidade às demais matérias de igual natureza. A seguir, a Comissão conclui pela apresentação de um Requerimento de Urgência para o **Projeto de Resolução nº 147/95**, que altera a Resolução nº 70/95, que autoriza os Estados a contratarem operações de crédito previstas no Programa de Apoio à Reestruturação ao Ajuste Fiscal dos Estados. A seguir é concedida a palavra ao Senador Onofre Quinan para que proceda a leitura de seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 007, de 1997**, que encaminha o Parecer DEDIP/DIARE-97/045, DE 17.01.97, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Goiás. Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado com a inclusão da sugestão proposta pelo Senador Esperidião Amin. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Senador Ney Suassuna para que proceda a leitura de seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 008, de 1997**, que encaminha o Parecer DEDIP/DIARE-97/046, DE 17.01.97, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado com a inclusão da sugestão proposta pelo Senador Esperidião



Amin. Dando continuidade à reunião é concedida a palavra ao Senador Ney Suassuna para que leia seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 010, de 1997**, que encaminha o Parecer DEDIP/DIARE-97/057, de 21.01.97, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Paraíba. Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado com a inclusão da sugestão proposta pelo Senador Esperidião Amin. A seguir, o Senador José Bianco procede a leitura do parecer de autoria do Senador Ramez Tebet, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 009, de 1997**, que encaminha o Parecer DEDIP/DIARE-97/047, de 17.01.97, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Rondônia. Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado com a inclusão da sugestão proposta pelo Senador Esperidião Amin. Dando prosseguimento aos trabalhos a Presidência concede a palavra ao Senador Carlos Patrocínio para que leia seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício s nº 011, de 1997**, que encaminha pedido do Governo do Estado do Tocantins, referente às Resoluções nºs 5 e 28 de 1996 do Senado Federal, que concederam autorização ao Governo daquele estado a contratar operação de crédito junto ao Programa Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER III, a ser implantado no Município de Pedro Afonso, naquele Estado, no valor de R\$ 34.000.000,00, bem como solicita que seja retificada a alínea e do artigo 2º, da Resolução nº 5/96. Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Francelino Pereira**, Presidente, em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Declaro aberta a reunião.

Processo de interesse do Governo do Estado do Mato Grosso. O Senador Carlos Bezerra não está presente. Eu pediria ao Senador Jonas Pinheiro que fizesse a leitura do relatório.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – (*Leitura de parecer.*)

Portanto, o relatório do Senador Carlos Bezerra conclui que se encontram atendidas as condições estabelecidas na Resolução nº 69/95, e que é a fa-

vor do parecer, ao atendimento do pleito do Governo do Estado de Mato Grosso, nos seguintes termos.

A seguir vem o projeto de resolução a ser submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para discutir.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, duas observações preliminares. A primeira é de que a justificativa para a não-apresentação do documento que certifica a quitação perante a Receita Federal, falta essa salientada no ofício do Presidente do Banco Central, à pág. 2, da Ordem do Dia, quer dizer, a suposta satisfação a esse quesito que se encontra na parte final do relatório parece-me insuficiente. Trata-se do antepenúltimo parágrafo, ou seja, antes da apresentação do projeto de resolução. Considere-o insuficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Qual é a página do parecer?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Página 5 do parecer.

Sr. Presidente, sou Relator de um projeto de um assunto semelhante, designado por V. Exª, e gostaria de perseguir um critério que, durante o ano passado, a Comissão chegou a esboçar e depois não sustentou, no sentido da redução desse facilitário de autorizarmos a rolar, pura e simplesmente 100%, ou seja, 100% mais capitalizado.

As minhas observações são as seguintes: primeiro, considero insatisfatória a forma pela qual se pretendeu suprir a falta de certidão de quitação de tributos federais, assinalada pelo Presidente do Banco Central em seu expediente; segundo, não posso concordar com 100% da rolagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Continua em discussão. (Pausa.)

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, gostaria de dar uma explicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, Mato Grosso está entre os nove primeiros Estados que estavam fazendo a rolagem de sua dívida, portanto, para ficar adimplente com o Governo Federal.

Quanto a esse documento com o parecer do Presidente do Banco Central, acredito que já estejam satisfeitos os quesitos porque Mato Grosso já



assinou a sua rolagem de dívida com 30 anos de prazo e com dois anos de carência. A dívida do Estado que estava sendo paga até 35%, comprometida a sua receita em pagamento, já está reduzida como os demais Estados da Federação, já reduziram isso para 15%, conforme o acordo já assinado com o Governo Federal.

Portanto, gostaria de pedir a compreensão do nobre Senador Esperidião Amin, já que esse assunto está incluído em vários outros Estados. Acredito que a situação do Banco Central já esteja ultrapassada em função da rolagem da dívida que já foi feita no Estado de Mato Grosso.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing, pela ordem de solicitação à Mesa.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dialogar um pouco com o Presidente e com os Senadores sobre essa questão.

Ponto nº 1 – não podemos aprovar, em hipótese alguma, nenhum tipo de operação de um Estado que não apresentou os documentos necessários para se habilitar ao processo de rolagem ou de emissão de qualquer dívida. É condição para ser examinada. Está na lei. Já estamos descumprindo a Constituição há muito tempo. Agora, vamos começar a descumprir as leis. Então, vai dar gaita. É inconstitucional rolar juros. É claro como água. Rolamos cem por cento.

Não sei por que estamos examinando esse processo. Para aprovar um projeto que é inconstitucional e que não cumpre a lei? É condição que o Estado se habilite, que apresente os certificados de quitação. Isto em qualquer bodega, em qualquer armazém, em qualquer lugar: só se faz um contrato de empréstimo se forem apresentados alguns documentos que provem que não tenho meu nome no SPC. Quer dizer, vale para o dono da venda, vale para o eleitor comum e não vale para o Governo?

Podemos até dar uma oportunidade para São Paulo e apresentar isso no Plenário. Podemos fazê-lo até hoje no final da tarde. Mas esse documento tem que ser apresentado, senão estaremos descumprindo a lei.

Segundo aspecto: Seria importante, para restabelecer a dignidade do Senado – não hoje, porque estaríamos criando um problema muito sério para Mato Grosso, para São Paulo, para outros Estados – , que avisássemos aos Governadores que as próximas rolagens só serão autorizadas por nós, confor-

me combinamos na última reunião. Eles devem prestar contas das resoluções que demos a eles para emitir precatório. Eles têm que prestar contas ao Senado de uma autorização que o Senado deu a eles para a emissão de precatório. Não precisa ser hoje, Senador Jonas Pinheiro. O que estou sugerindo valeria para a próxima. Acho que Mato Grosso nem tem precatório.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Não, não é o caso de Mato Grosso.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Mas deveríamos adotar isso como critério. A terceira observação é a seguinte: já está aqui no parecer do Senador Jonas Pinheiro que isso se dará através de ofertas públicas. Tomara que o Governador de Mato Grosso e outros Governadores façam efetivamente através de ofertas públicas e não através de taxas de sucesso. Que seja, efetivamente, através de ofertas públicas.

A minha opinião aqui é a seguinte: deveríamos perseguir a meta de 98% até para manter um aspecto de constitucionalidade. Está difícil definir os juros, já que o Senado votou que eles podem ser de, no máximo, 12% ao ano. Se definirmos 2%, provavelmente estaremos querendo dizer que uma parte dos juros está sendo paga. Outro aspecto: que tenham pelo menos os documentos para se habilitar ao processo. Que entregue aqui o certificado de quitação. Caso contrário, como é que vamos dizer para o eleitor comum, para o dono do armazém da esquina que ele é obrigado a prestar contas, a apresentar documentos para pegar um empréstimo em qualquer Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, se os governos não precisam cumprir a lei? Devemos estabelecer, através de uma carta da Comissão, ou até fazer constar da próxima resolução, que os Governadores não aleguem que não conhecem a nossa decisão. Para rolar títulos públicos, para conseguir novas autorizações, eles têm que prestar contas anteriores. Prestar contas significa: autorizamos tanto, gastei tanto e fiz isso. Basicamente isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Vilson Kleinübing?

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Pois não.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – É muito rápido. Concordando com o Senador Vilson Kleinübing, solicitei ao Consultor que me estava assessorando na elaboração do projeto de resolução, que preparasse uma disposição geral sobre essa prestação de contas. Ou seja, a partir da aprovação dessa emenda à Resolução 69, todas as rolagens, digamos, do segundo semestre – isso vigoraria a partir de 1º de junho – teriam que tramitar com a prestação de con-



tas, no caso dos Estados e Municípios que tiveram a emissão na forma do art. 33 da Constituição Federal. Ou seja, a sua rolagem só tramitará com a prestação de contas, certificada pelo Tribunal de Contas, dos títulos emitidos para pagamento de precatório. Esse era o aparte que gostaria de oferecer ao Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sim, autorização de emissão de rolagem de dívida pública.

Já pedi para elaborar a emenda à Resolução 69/95.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, eu não teria muito a acrescentar ao que disseram os Senadores Esperidião Amin e Vilson Kleinübing. No entanto, o expediente do Presidente do Banco Central é do dia 21, com base no parecer do Dedip, que é do dia 15 deste mês. Em três parágrafos do ofício, o Dr. Gustavo Loyola aponta falta de enquadramento da Resolução nº 69, do Senado, que é de um ano e um mês. A Resolução nº 69 é de dezembro de 1995, em substituição à anterior, que estava talvez caduca.

Sr. Presidente, não se trata de formalismo. Já vimos em que deu a falta de cuidados desta Comissão e do Senado no caso dos precatórios. Segundo a conclusão expressa do Presidente do Banco Central:

"Em síntese, considerando as restrições apontadas nos §§ 2, 4 e 5, saliento que o pleito se encontra em desacordo com os preceitos estabelecidos pela Resolução nº 69/95, do Senado Federal".

Aprovamos isso é uma falta de respeito para conosco. Não sei para que baixar a Resolução.

**O SR. VALMIR CAMPELO** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Valmir Campelo.

**O SR. VALMIR CAMPELO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria também somar a minha voz à dos nobres Senadores Vilson Kleinübing e Esperidião Amin.

Entendo que sempre temos problemas dessa natureza com relação à Resolução nº 69 e nº 70. Penso que na próxima administração, quem vier presidir, juntamente com os componentes, terá que rever o problema dessa resolução, determinando uma norma que sirva para todos, uma norma que seja clara.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Já existe uma norma.

**O SR. VALMIR CAMPELO** – Exatamente com essa mudança da resolução. Também acho que o

processo precisa vir melhor instruído do Banco Central. Verificamos algumas falhas. Muitas vezes o Banco manifesta-se dizendo que está tudo bem, mas, quando chega aqui, não está.

Precisamos modificar alguma coisa com relação a isso. Precisamos normatizar o problema dos precatórios, a rolagem da dívida, para que sirva de norma para todos. Quando chegar aqui a proposta, os pareceres devem ser uniformes com relação a isso, porque se tornará mais fácil para nós. É um assunto altamente técnico. Acredito que não há nenhum segredo com relação a isso; basta encaixarmos e aperfeiçoarmos a Resolução nº69 e nº70, do Senado Federal.

Era essa a contribuição que eu gostaria de dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, acho que os Estados merecem toda consideração, porque estão passando por uma fase muito difícil. Mas também é muito difícil para a Comissão votar a matéria sabendo que faltam documentos.

O que poderíamos fazer era, em caráter de urgência urgentíssima, solicitar essa complementação de documento. Dessa forma, poderíamos, ainda esta semana, fazer uma reunião extraordinária, de forma a não deixar o governo em dificuldade.

Realmente, fica difícil para essa Comissão votar, tendo em vista que a documentação não está completa.

Tenho a maior simpatia pelo Senador Jonas, que é um homem lutador, trabalhador, e pelo Estado que representa, mas, lamentavelmente, o processo não está completo.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, o argumento que já trouxemos é o de que o Estado do Mato Grosso, com certeza, é um dos que mais padece, sobretudo, com o advento do Plano Real. É um Estado altamente produtor, principalmente de produtos de exportação. Hoje, a dificuldade que o Estado tem com o seu déficit de receita é extraordinário em função da isenção que tem os impostos para exportação.

Portanto, o Estado de Mato Grosso é uma das unidades que mais merecem o apoio desta Casa, sobretudo porque tem levado a sério o seu programa de ajuste econômico.

Por isso, o Estado de Mato Grosso foi contemplado com essa reorganização dos Estados brasileiros como um dos primeiros a assinar esse protocolo.



Com certeza, Sr. Presidente, assinado esse protocolo, não existe mais inadimplência, porque todas as pendências que o Governo do Estado de Mato Grosso tinha para com o Governo Federal, por certo estarão enquadradas nessa rolagem total da dívida do Estado no valor de R\$739 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, haverá uma discriminação, no caso de uma não aprovação do Estado de Mato Grosso, e em quase todos os outros Estados em situação idêntica.

Caso a rolagem da dívida de Mato Grosso não seja aprovada, não sei como votaremos a rolagem dos outros Estados, sobretudo aqueles que estão tendo dificuldades tanto quanto o Estado de Mato Grosso.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Escórcio.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Sr. Presidente, solidarizo-me com o Senador Jonas Pinheiro porque sei das dificuldades de um Estado pobre – o meu Estado também é muito pobre e já teve sua dívida rolada. Quero enaltecer o zelo que o Senador Vilson Kleinübing teve para com o processo. Foi feita uma proposta para que não reste nada de negativo para o Estado e que, no Plenário, pudesse ser apresentada a documentação que está faltando, para que, nessa hora, nada possa ser negativo para o Estado de Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comungo com as mesmas preocupações dos eminentes Senadores Vilson Kleinübing, Valmir Campelo, Jefferson Péres, Esperidião Amin, Ney Suassuna; enfim, todos estamos preocupados com o andamento desses processos no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Em algum momento temos de dar um basta nisso. Para que isso ocorra, temos em curso a CPI dos Precatórios – uma comissão instituída, encarregada de analisar as diversas sugestões apresentadas pelos governadores e pelos Senadores por intermédio de proposições, projetos de resolução. Temos essa Comissão Temporária Especial em curso. Por isso, teremos que dar um basta nessa questão, como o que aconteceu durante o ano passado, já no começo desse ano. Acontece, Sr. Presidente, que derrubamos um projeto de resolução, uma posição do Governo, que

tirava do Senado, da Comissão de Assuntos Econômicos, toda essa prerrogativa de dar parecer sobre essas questões da rolagem da dívida, que chamo de Proar – Programa de Ajuste e Reestruturação dos Estados, vamos dar esse nome. Temos o Proer, então, vamos chamá-lo de Proar.

No caso, poderíamos aprovar essa solicitação do Estado de Mato Grosso com o compromisso, talvez até solicitando a apresentação o mais urgente possível de toda documentação, porque seria, na realidade, não uma discriminação, mas o Estado de Mato Grosso iria, efetivamente, ser olhado de maneira diferente, como sempre tem ocorrido. Em algum momento teremos de dar um basta nisso. Acho que quando concluirmos o trabalho da CPI dos Precatórios e desta Comissão que presido – o Senador Carlos Bezerra é o Relator –, haveremos de modernizar esta Comissão e tratar as matérias com todo rigor.

Concedo um aparte ao eminente Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, é fundamental que ao menos exijamos o documento. É um documento de quitação de impostos. Nenhuma empresa neste País pode fazer uma operação de empréstimo se não mostrar que está com os impostos em dia. Se não fizermos isso com os governos, acabou tudo. Estamos dizendo para todo mundo que estamos discriminando o povo e beneficiando o administrador público.

Outra coisa que não agüento mais é choro de governador. Nunca vi tanto dinheiro na mão de governador como nessa gestão. Tínhamos que administrar a outra gestão em que a receita era 40% menor do que hoje. E, naquela época, a dívida não rolava aqui, porque o Banco Central não deixava rolar. Na época, como Governador, tive que pagar títulos, amortizá-los, resgatá-los e até tirá-los do mercado. Isso não acontece mais. Já estamos rolando até juros!

Creio que a Comissão deve estabelecer um critério de, pelo menos 2% para caracterizarmos a constitucionalidade; se o Plenário mudar, a responsabilidade é do Plenário. Amortizar 2%; os relatores fariam com pelo menos 2%. E apresenta o documento!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Apresentam antes de aprovar?

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Evidentemente. Mas, como vamos dizer para o dono da venda da esquina que ele fará uma operação em que não precisa apresentar quitação de nada? Meu Deus do céu, vai-se chegar a isso!



**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** – Sr. Presidente, eu não havia concluído a minha fala, apenas concedi um aparte ao Senador Vilson Kleinübing. Então, eu poderia sugerir que aprovássemos isso aqui, condicionando a aprovação do Plenário à apresentação dos documentos, ou seja, à apresentação da documentação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, pedirei vista, se tal ocorrer. Não posso concordar que nós que somos um órgão técnico, diante de uma constatação do Banco Central... O Banco Central escreveu em três itens da sua comunicação que não há nenhuma discriminação. Tem que ler o que veio. Se em mais algum Estado, em mais alguma prefeitura, o Banco Central assinalar uma dessas três inadimplências, não é discriminação, é uma situação diferente. Ser justo ou pretender sê-lo é dar o tratamento correspondente à respectiva situação. No caso do ofício do Banco Central, que não é um ofício do ano passado mas de 21 de janeiro – faz uma semana -, estão apontadas três faltas. Se isso está superado, vou pedir vista. E o Estado de Mato Grosso vai ter dois ou cinco dias para mandar a atualização, e eu, com o maior prazer, cumprirei aquilo que é a regra da Casa – Resolução 69/95, que já foi mudada uma porção de vezes concessivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Senador, já existe o pedido de vista, portanto.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, se levar para a votação, vou pedir vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Então, sou obrigado a colocar em votação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Faço um apelo à razão.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Sr. Presidente, parece-me que já foi aprovado aqui nessa Comissão rolagem igual a essa e não sei se essa exigência foi feita.

**O SR. GERALDO MELO** – Não foi.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Pois é. Então, temos uma discriminação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Acho que quem afirma tem que dizer qual é o exemplo. Não posso aceitar, Sr. Presidente, é que alguém diga que eu já fiz isso. Isso eu não aceito.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Olha, o que a Mesa pode informar, pelo menos do meu conhecimento pessoal, é que a Comissão tem votado observando os 98%. E quando chega ao Ple-

nário, quando há interesse, faz-se um requerimento ao Plenário, para os 2%. Assim é que se tem feito.

Agora, esse caso é diferente, porque está faltando documento.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Tentei fazer uma série histórica de todas as aprovações de 1995/96, de quem saiu com 100% e de quem saiu com 98%. Tenho aqui a série histórica e posso tirar xerox, apresentar a todos. Vou dar um exemplo de todas as aprovações do final do ano passado, da resolução, dos ofícios. As três do Estado de São Paulo e as três do Município de São Paulo foram todas com 98%. Já tivemos casos aprovados pela Comissão ou pelo Banco Central com 51%, como foi o Estado do Paraná, que recebeu 98%; aqui está a série histórica, posso entregar tudo. As últimas aprovações foram de 98%.

Agradeço à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

**O SR. GERALDO MELO** – Sr. Presidente, muitas vezes aqui, nas discussões e assuntos de interesse do Governo do Estado, tenho tomado posição extremamente simpática ao atendimento aos pleitos dos Governos estaduais, pela sensibilidade que temos, nós todos, ex-Governadores, para os problemas que vivem sobretudo os Estados pobres.

A discussão aqui está envolvendo dois ex-Governadores – os Senadores Vilson Kleinübing e Esperidião Amin – e quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sou o terceiro que vou nesse caso me associar à posição deles, porque não se trata apenas de manifestar a nossa solidariedade, o nosso cuidado em relação a um Estado pobre.

Esta Comissão não tomou posição alguma que, em momento algum, finalizasse o propósito dos Senadores de levar um Estado a bancarrota, a começar pela extrema flexibilidade que teve com Estados grandes, especialmente o Estado de São Paulo, que de todos os Estados do Brasil, hoje, é aquele talvez cuja situação financeira mostra uma administração menos equilibrada e mais destemperada da Federação. E, apesar disso, a Comissão teve com relação ao Estado de São Paulo o tratamento que era necessário dar, até porque não se poderia levar o Estado de São Paulo a uma situação de insolvência nas mãos de um Governador que não foi o construtor dessa situação e que está lá exatamente para encontrar os caminhos para São Paulo sair dessa situação, como presumo que seja a grande responsabilidade de todos os Governadores hoje. Agora, o



mínimo que se pode esperar é que o Senado Federal, que estabeleceu regras flexíveis com relação ao problema da dívida dos Estados, que tem tido toda essa flexibilidade, que instituiu as exigências, que são exigências mínimas, a serem satisfeitas pelos Governos dos Estados, exija pelo menos aquilo que disse que deve ser exigido.

Dou aqui, encerrando a minha intervenção, um pequeno exemplo com base em um comentário que o Senador Vilson Kleinübing acaba de fazer. Minha família tem uma empresa do setor açucareiro, como sabe esta Casa. As empresas do setor açucareiro no Nordeste receberam determinação legal de realizar uma despesa pagando aos seus fornecedores um sobrepreço diferente do preço unificado da cana-de-açúcar em todo o Brasil. Diz o Governo na lei: pague em uma quinzena que lhe indenizo na outra.

Isso, que já foi causa de uma grande erosão financeira por conta do descompasso que 15 dias representava nos níveis de inflação que tivemos, terminou levando a uma situação em que o Tesouro deixou de pagar. Essa empresa a que estou me referindo, desejando pagar dívidas ao Tesouro Nacional e parcelar obrigações junto à Previdência Social, em um ano de tremendas dificuldades financeiras, requereu que a União lhe entregasse os títulos que, de acordo com um processo dessa altura, tinha direito de receber. Solicitou, então, que não lhe desse dinheiro e que aquilo fosse aplicado no pagamento de suas dívidas perante a Previdência e perante a Receita Federal. Isso não foi possível, porque ela só poderia receber o seu dinheiro para pagar a Previdência e a Receita se tivesse as respectivas certidões. Então, uma empresa que foi obrigada pelo Governo a realizar uma despesa, que foi comunicada, mediante documento formal, que é credora de uma determinada quantia, para pagar os seus impostos - não é para rolar dívida alguma - não pode fazê-lo porque o Governo não lhe paga, já que ela está atrasada.

E nós, em relação ao próprio Poder Público, queremos estabelecer exceções que não estabelecemos em relação ao cidadão e nem em relação à empresa. Foi o mesmo que ocorreu, por exemplo, no caso do parcelamento das dívidas da Previdência, em que se parcelou a dívida de todo mundo, exceto a parcela retida dos trabalhadores, que se considera apropriação indébita e que tinha que ser paga à vista - salvo se a apropriação indébita tivesse sido praticada pelo Governo. Se foi o Governo, este pode parcelar; se foi a empresa privada ou se foi o cidadão comum, não pode parcelar.

Então, diante disso, como tem sido esse o espírito de todo o discurso que vim ao Senado para fazer, não tenho o direito de achar que o Senado pode concordar em que se faça nenhum tipo sem olhar o processo concretamente, nem esse nem nenhum, à falta dos documentos essenciais que o próprio Senado relacionou.

Sr. Presidente, a minha proposta seria que se baixasse esse processo em diligência e, numa negociação com as Lideranças, concluída a instrução adequada do processo com os documentos necessários, se concordasse em que o processo fosse levado ao Plenário, em regime de urgência, para que lá tivesse um parecer em plenário substituindo a própria comissão. Quanto à aprovação prévia, sem a apresentação dos documentos - compreendo o drama do Governador Dante de Oliveira, estou solidário com S. Ex<sup>a</sup> - não tenho o direito de concordar.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador João Rocha.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Sr. Presidente, estamos discutindo um assunto importantíssimo neste momento, porque não envolve só o Estado de Mato Grosso. Estamos autorizando o Governo do Estado do Mato Grosso a rolar sua dívida mobiliária e há duas semanas autorizamos o Governo Federal a assumir a colocação de todos os títulos de São Paulo e de Sergipe. Então, já temos indicada pelo menos uma norma, uma definição do Governo Federal que, a partir do momento que rolou a dívida de São Paulo, que assumiu a sua dívida mobiliária, superior a praticamente R\$30 bilhões, a partir desse momento, gerou um compromisso de que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e todos aqueles Estados, que colocaram ou que têm títulos mobiliários no mercado, serão automaticamente transferidos ao Banco Central.

Hoje mesmo a imprensa registra que o Banco Central já assumiu, nesse total de dívida de aproximadamente US\$180 bilhões, US\$40 bilhões de dívida mobiliária. Desses US\$40 bilhões, praticamente US\$30 bilhões de São Paulo, o que corresponde a uma receita anual administrada do Tesouro, tirando o gasto com pessoal, e o Governo tem em torno de US\$86 bilhões. Tirando o gasto com pessoal de US\$46 bilhões, sobram US\$40 bilhões, que é exatamente aquilo que rolou de dívida do Governo do Estado de São Paulo.

Não vejo se realmente essa discussão tem um sentido mais profundo. O Senador Esperidião Amin colocou que, em 1996, rolaram dívidas de Mato Grosso, do Espírito Santo, de todos os Estados. Hoje temos um acordo com o Governo do Estado de



Goiás, que vai seguir exatamente o mesmo critério. Qual é o critério básico? O Governo está assumindo a dívida mobiliária do Estado de Goiás, está assumindo a dívida dos Governos estaduais junto à Caixa Econômica Federal, junto ao BNDES, em resumo, a partir desse momento a União está assumindo todas as dívidas mobiliárias e escriturais de todos os Estados do País. Todas as dívidas mobiliárias foram assumidas. Assumiu a de São Paulo, trocou os títulos; o Governo assume; prazo de 30 anos. Está federalizando toda essa dívida.

Estou estranhando muito o sentido dessa discussão, porque o Governo já deu o precedente.

**O SR. GERALDO MELO** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO ROCHA** – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Espiridião Amin, estava de licença quando nós votamos São Paulo, quando votamos Sergipe, do qual fui relator. Então, o que vamos votar para o Estado de Goiás, amanhã, vamos votar para Mato Grosso. A União está assumindo tudo. Quem vai exigir esse critério da colocação, até para segurança, é a União, porque ela coloca aqui: juro de 6% ao ano, prazo de amortização mensal pelo IGP de 30 anos. Essa dívida de Mato Grosso também vai entrar nesse pacote. Quem vai ser credor dos Estados é a União, através do Banco Central. A partir do momento em que o Governo já abriu o precedente para Sergipe – não me recordo bem, mas acho que também para São Paulo, para Minas, para o Rio Grande do Sul -, essa exigência que estamos fazendo do Governo do Estado de Mato Grosso é infundada.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Senador João Rocha, queria lembrar aos colegas que vamos discutir logo o Item nº 4, de interesse do Estado de Mato Grosso, que estabelece exatamente a operação de crédito relativamente ao acordo que foi assinado. De maneira que o item que estamos discutindo, que é o nº 3, não é semelhante ao nº 4, mas é preciso que se tenha em vista também esse nº 4, do Estado do Mato Grosso, cujo Relator também é o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Concedo o aparte ao Senador Geraldo Melo.

**O SR. GERALDO MELO** – Só para deixar claro, Senador João Rocha, que a minha posição não é contrária à rolagem nem é contrária, muito menos ainda, a que a União aplique a Mato Grosso a política e os acordos que está fazendo com o resto do País. Sabemos que, se retirássemos da dívida interna a dívida da União, as dívidas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, da Prefeitura de São

Paulo e da Prefeitura do Rio, a dívida interna brasileira não seria problema. Portanto, não posso ser contra. Apenas sou contra a nós aprovarmos sem que se exija a formalidade da situação de regularidade, que se exige de todo cidadão brasileiro e de toda empresa privada; que, por se tratar de Governo, não se exija. Com relação a rolar, estou de acordo; com relação a que o Governo estenda sua política a Mato Grosso, estou de acordo; mas também estou de acordo em que se exija os documentos que se exigem de todo mundo.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Em resumo, queria colocar que, se retardarmos essa aprovação para amanhã ou daqui a uma semana, isso não trará prejuízo algum para o Governo do Estado do Mato Grosso. Vamos chegar à conclusão de que o que aconteceu com São Paulo e outros Estados vai acontecer com Mato Grosso. O Governo Federal vai assumir a colocação desses títulos e o Banco Central será o agente do Tesouro na aquisição de responsabilidade dos títulos no mercado. Quero colocar que, se atrasarmos uma semana, dez dias, quinze dias, isso não trará problema nenhum ao Governo do Mato Grosso, como a nenhum outro Governo, porque, por analogia, por princípio, o Governo não terá nenhuma condição de negar para Mato Grosso o que já concedeu a outros Estados do País.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Senador, gostaria de fazer uma intervenção. A questão dos protocolos que os governos estaduais estão fazendo com a União, que já aprovamos – inclusive, defendi isso no plenário -, é absolutamente correta. Sabe por que a União está fazendo isso? Porque está difícil a administração dos títulos públicos. Ao se fazer esse tipo de acordo com os Estados, vamos impedir que os Estados possam emitir novos títulos. Não teremos mais esses desencontros e esses debates dentro da Comissão porque os Estados que fizerem esse acordo não podem mais emitir títulos; pelo contrário, dentro de uma regra, terão que começar a resgatar.

Em síntese, o que a União está dizendo é que não temos tido a competência suficiente para, junto com o Banco Central, administrar a dívida dos Estados. E ele tomou para si essa administração, federalizando a dívida.

**O SR. (Não Identificado)** – Nem a competência.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Nem a dela, mas a dela também é um absurdo, porque o Senado não tem capacidade de administrar ou de fixar regras para os títulos públicos federais, só via Orça-



mento. E via Orçamento, V. Ex<sup>as</sup> sabem, a União propõe e é aprovado.

O que estamos colocando hoje é que ninguém vai impedir a rolagem, nem o acordo; mas, por favor, apresente o documento de que está em dia.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Também temos uma preocupação, ilustre Senador Vilson Kleinübing. A partir do momento em que os Estados ficaram líquidos – São Paulo, hoje, é um dos Estados mais líquidos do País -, ao invés de fazer dívida mobiliária, começamos a buscar outros instrumentais de endividamento. Esses Estados em que o Governo já conseguiu rolar 6% a 30 anos vão ficar com a posição líquida muito grande, começando a gerar endividamentos novos. Nesse período em que o Governo fez acordo, devemos ter gerado dívidas nos recursos externos. Portanto, esse cuidado devemos ter, se desejamos resolver o problema dos Estados, do País. O dinheiro do Tesouro é nosso, sai do contribuinte.

Queria só colocar que, se não decidirmos o Mato Grosso hoje, impreterivelmente, na semana que vem, ou daqui a duas, estará resolvido o problema do Mato Grosso, como dos outros Estados. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Pediria ao Plenário que examinasse o item nº 4, cujo Relator também é o Senador Jonas Pinheiro. Embora não sejam idênticos, há uma correlação entre as duas matérias.

Com a palavra o Senador Lauro Campos.

**O SR. LAURO CAMPOS** – *(Fora do microfone)* Quero manifestar minha inteira concordância com a preocupação que perpassa hoje nesta Comissão, e não apenas hoje, mas já em relação a alguns... *(inaudível)* ...respeito desses problemas que estão surgindo com as dívidas estaduais.

Essa questão é das mais sérias, uma vez, que ao tentar livrar-se ou reduzir esse problema estadual, vemos que a dívida pública federal aumentou de 50,5 bilhões para 176 bilhões, em dois anos do Plano Real. De modo que devemos considerar que essas dívidas não foram voluntárias. Se os Estados não tivessem endividado, estradas não teriam sido feitas, a saúde não teria sido cuidada, mesmo mal cuidada como está, como também a educação e outros setores.

De modo que nos encontramos naquela situação de crise em que não podemos escolher entre o primeiro e o segundo melhor, **the first and the second best**; temos que escolher entre o péssimo e o pior ainda; é essa a situação em que nos encontramos. Isso não justifica que sejamos displicentes em

relação a esse problema e joguemos água benta em todos os pedidos que temos que examinar.

Parece-me que a proposta do Senador Geraldo Melo, a de transformarmos em diligência o presente processo para que sejam esclarecidos esses pontos falhos, é indispensável para que possamos votar conscientemente o pedido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Vamos encerrar a discussão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Como falei, Sr. Presidente, contingenciei a minha colocação. Se não houver um acordo no sentido de que se aguarde que o Estado do Mato Grosso supra os itens 2, 4 e 5 do Ofício do Presidente do Banco Central antes da deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos, peço vista. Se o parecer é mantido, peço vista.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Sr. Presidente, antes de tomar uma decisão, gostaria de indagar se esta semana ainda haverá reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Até proponho que seja convocada uma reunião extraordinária, caso seja suprido. Disponho-me a abrir mão do prazo do pedido de vista, desde que se estabeleça o seguinte: vai ter uma sessão extraordinária quinta-feira... Agora, caso contrário pedirei vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Informo ao Senador Jonas Pinheiro que não há reunião marcada. Poderemos marcar e V. Ex<sup>a</sup> é quem dirá se será possível concluir essa diligência para ser votado quinta-feira, o que seria muito difícil, seria mais provável na terça-feira.

**O SR. (Não Identificado)** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. (Não Identificado)** – Se por acaso esses documentos chegarem, eles poderão ir direto ao plenário sem passar pela Comissão?

**O SR. (Não Identificado)** – Não. Só com requerimento de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Há o requerimento. Inclusive o item nº 4 já está na Ordem do Dia de hoje para ser votado com parecer em plenário. Então o item nº 4 que trata da operação de crédito de interesse de Mato Grosso, um processo muito importante, teve um requerimento da Liderança para ser votado em regime de urgência, o que



aconteceu também com o item que trata do Estado da Paraíba.

Então podemos considerar que esses itens já estão na Ordem do Dia de hoje em regime de urgência urgentíssima.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – O item nº 4 vem concretizar aquilo que o Governo Federal está propondo que é a rolagem da dívida. Inclusive verificamos, embora não esteja em discussão, porque já vai direto para o plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Ele vai direto para o plenário, mas vamos propor a discussão aqui para quando chegar ao plenário...

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Evidentemente o item 4 não será discutido aqui....

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Sim. Já está requerido para o plenário, mas nada impede.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Pode ir diretamente para o plenário porque há um requerimento aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Qual seria a consequência disso, já que terá parecer em plenário em relação à decisão que iremos tomar no item nº 3...

Sr. Presidente, entendo que nessa situação de rolagem que se enquadra o Estado, estou vendo que o Estado de Mato Grosso é um dos primeiros que está entrando com o processo de ajuste de contas de todos os estados brasileiros, vamos encontrar várias situações como a que estamos encontrando com o Estado de Mato Grosso.

Também não sou contra o pedido de vista do eminente Senador Esperidião Amin, desde que esta Comissão, como já disse o próprio Senador Esperidião Amin, que ele pode fazer nesse mesmo pedido de vista, requeira uma reunião extraordinária para discutir esse assunto e evidentemente virão outros assuntos depois disso.

Se concordamos que poderá haver uma outra reunião nesta semana para discutir este assunto, com certeza nada teria a opor. O que não podemos é que nesta rolagem de dívida os Estado de Mato Grosso, como qualquer outro, venha a ser prejudicado pelo tempo que temos para a conclusão desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Então V. Exª está concordando com o pedido de vista, no pressuposto de que a Comissão ainda se reúna para apreciar o processo imediatamente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Permita-me, Sr. Presidente. Não posso aceitar que se diga que

estamos discriminando algum Estado. O Estado não apresentou...

**O SR. JONAS PINHEIRO** – (Inaudível. Fora do microfone)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não sei. Mostre-me qual é o outro. Falar não adianta.

Quero saber: está faltando documento; não cumpriu a prescrição da Casa. Não há discriminação alguma dizer: "Olha, está na tua mão para completar". Seria eu discriminatório se dissesse que iria votar contra. Mas não quero votar contra. Quero votar a favor. Só quero que o processo esteja completo.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – A minha posição é que peça vista, mas que tenha logo uma reunião, pois será o tempo suficiente para juntarmos o processo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Posso fazer uma sugestão? Retire o processo.

É o que estou dizendo desde o começo. Não quero pedir vista. Retira-se o processo, completa-se o processo e pede uma reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – O tempo está-se esgotando e ainda estamos no item 1.

A Mesa vai decidir no sentido de retirar o processo da pauta até que se cumpra a diligência e faremos a reunião tão logo seja a diligência cumprida.

A Mesa já havia se comprometido com o Senador Esperidião Amin para Relator o processo de interesse da Prefeitura de São Paulo e, depois, voltaremos ao item nº 1 da pauta.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – (Fora do microfone) – Eu acho que é ótimo... da Prefeitura Municipal de São Paulo.

**O SR. GERALDO MELO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. GERALDO MELO** – É porque o Sr. Senador Jonas Pinheiro acaba de me informar que S. Exª está com urgência e irá direto para o Plenário. Neste caso, a nossa decisão é inócua porque o que se, apesar....

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não é inócua não – é só ler o protocolo.

Sr. Presidente, sobre o item 4 eu tenho uma observação a fazer. Acho que o Sr. Senador Geraldo Melo ainda não leu o Protocolo. O que o Banco Central está impingindo ao Senado, se for aprovado como está escrito, o Senado vai deixar passar sem o devido exame porque o Banco Central está nos mandando um Protocolo de Acordo. Não é um acor-



do e, no Projeto de Resolução que está sendo apreciado, nós não estamos tomando a cautela devida de que o acordo será submetido ao Senado. Senador, quando chegar o item 4, eu gostaria de ponderar o seguinte: nós estamos autorizando a assinatura de um Protocolo sem saber os valores. Penso que nós devemos autorizar, sou a favor, mas com cautela de colocar, aqui, o acordo. Cada acordo tem que ser submetido à Casa.

**O SR. GERALDO MELO** - Nós não podemos nos bater aqui. Por essa razão, nós não aceitamos aquela...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Isto é para o item nº 4.

Sr. Presidente, eu já posso relatar?

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) - Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, eu tenho ouvido de físico, um defeito de infância. Eu gostaria que o nosso Senador ouvisse o que eu vou falar. Se alguém desejar pedir vista, eu quero dizer que aceito com o maior prazer. O prazer é meu e isso ninguém irá me tirar. Não será o azedume de ninguém que vai me tirar o prazer; nem o azedume e nem a diligência frenética de ninguém que irá me tirar o prazer. O prazer é meu e o azedume é de outros. Se alguém quiser pedir vista, eu fico feliz da vida. Só quero dizer o seguinte: este processo ao qual me foi deferida a incumbência de relatar está completo. Não falta nenhum item na sua instrução e tanto é que o ofício do Banco Central salienta que está absolutamente completo. É um ofício diferente daquele que lemos há pouco. O ofício do Banco Central - eu vou ler - diz:

"Tendo em vista a solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo e em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 16 da Resolução nº 69, de 14 de dezembro 1995, do Senado Federal, encaminho a V. Ex<sup>a</sup> o Parecer do Dedip de 8 de janeiro de 1997, acerca da manifestação do Banco Central, relativa ao pedido de emissão de Letras cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1997.

Cabe ressaltar que, considerando o critério estabelecido no art. 27 da citada Resolução, o município possui margem de resgate"(ou seja, o município possui condições de rolar e administrar dívida), "sendo indicado pelo Banco Central o percentual de 91.6 para a rolagem pleiteada."

Em função disso, eu apresentei um relatório das condições de rolagem de 1996. Foi concedido até 100 e, no mínimo, 98% da rolagem. No meu Pro-

jeto de Resolução, eu estou propondo que seja 98, ou seja, que seja dado o mínimo que foi dado até agora: 98% a rolagem para o Município de São Paulo, que, repito, corresponde ao menor percentual aprovado pelo Senado, conforme série histórica que alcancei aos Srs. Senadores.

O relatório já está apresentado. O Senador Pedro Simon pode se servir do chimarrão, infelizmente não posso ajudá-lo. E os termos da resolução...

**O SR. PEDRO SIMON** - A emenda está aí?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Penso que a parte mais importante é o art. 1º, em que fica destacado que o município estará autorizado a rolar tudo menos 2%, ou seja, 98%.

É o parecer.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** - Sr. Presidente, peço vista do processo porque quero ficar mais atento ao que São Paulo está fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) - Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - Sr. Presidente, referente a esta solicitação do Município de São Paulo, eu gostaria de fazer algumas observações.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, penso que está encerrado.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - Serei breve, Sr. Presidente, mais a título de colaboração.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Regimentalmente, Sr. Presidente, se for concedida vista, só gostaria que V. Ex<sup>a</sup> dissesse por que prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) - Sim, mas quero ter preferência de ouvir...

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) - É o mesmo assunto.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - Se me permite, até para colaborar com o Sr. Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) - O Senador é paulista e, como o assunto é do interesse de São Paulo, quero conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, solicitando a rapidez necessária.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - O Tribunal de Contas do Município registra que a remuneração dos Vereadores continua pendente de decisão judicial. O Banco Central indica a disponibilidade para resgate de 8,4% e acentua que seria recomendável a utilização de qualquer disponibilidade de recurso para a amortização de parte dessa dívida. Dos R\$415 milhões a serem rolados, aproximadamente R\$350 milhões referem-se a títulos emitidos para pagamento de precatórios. Esse valor é extrema-



mente elevado, já que deve referir-se a títulos emitidos em 1992, pelo prazo de cinco anos; mas, naquele ano, não foi emitido esse montante.

Além disso, a Resolução 69/95 determina que os títulos emitidos para pagamento de precatórios não são passíveis de rolagem. A Comissão tem que considerar que apenas os títulos emitidos após a Resolução devem respeitar esta determinação, ainda que a questão não tenha sido analisada com maior rigor.

Avalio que seja adequado o pedido de vista para que se verifique a origem dos títulos emitidos para pagamento de precatórios.

Portanto, eu também gostaria de juntar-me ao pedido de vista, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – A vista está concedida.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, só gostaria de saber o prazo pelo qual V. Ex<sup>a</sup> vai conceder vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Pelo prazo regimental, são de cinco dias, até cinco dias.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Eu gostaria de fazer uma ponderação. Não pedi vista no processo de Mato Grosso, onde faltavam documentos. Havia razões formais e processuais para se pedir vista ou baixar em diligência. Houve um acordo com o Senador Jonas Pinheiro, que ficou com um prazo para suprir aquilo que faltava.

Neste caso de São Paulo, não tenho nada a comentar, não me consta que esteja faltando um documento, mas alguém pediu vista, penso que é de direito.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Eu pedi vista.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – É do direito pedir vista. Qualquer pessoa que sinta aqui, provisoriamente ou durante todo o mandato, tem o direito de pedir vista, e eu respeito. Eu só queria ponderar, e aí sim será discriminar, se deixamos o prazo de Mato Grosso em aberto para não prejudicá-lo, ou seja, se o Senador Jonas Pinheiro tiver os dados que faltam, ele poderá trazer hoje e pedir uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para amanhã, e eu concordarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Da mesma forma, os Senadores Francisco Escórcio e Eduardo Suplicy poderão devolver até amanhã o processo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Se V. Ex<sup>a</sup> concedeu um pedido de cinco dias para São Paulo, penso

que, assim, o Município de São Paulo estará sendo prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Mas é do Regimento: até cinco dias. Faço um apelo aos dois Senadores para que devolvam amanhã o processo, porque se trata de assunto urgente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Mas um é apelo e o outro V. Ex<sup>a</sup> fixa. V. Ex<sup>a</sup> pode fixar 24 horas e é o que peço.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Sou eu ou V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não. Eu peço.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – A informação que estou recebendo é que o título de Mato Grosso vence em fevereiro e o de São Paulo, em março. O Regimento estabelece o prazo de até 5 dias e eu não quero alterar o Regimento. Faço um apelo aos dois Senadores que solicitaram vista que devolvam o processo em 24 horas. É um apelo que estou fazendo.

O Senador Eduardo Suplicy pediu vista também.

São vistas coletivas, com devolução em 24 horas.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, justamente quando pedi a palavra era para que pudesse o Relator esclarecer – e quem sabe possa fazê-lo o quanto antes – qual o ano em que foram emitidos os títulos referidos para o pagamento de precatórios. Isso não está esclarecido e talvez possa o relator obter com bastante brevidade esta informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Quero esclarecer ao Plenário que o Senador pelo Maranhão já solicitou vista e parece não desistir, de maneira que não fará efeito qualquer desistência por parte do Senador Eduardo Suplicy, se é que V. Ex<sup>a</sup> está pensando nisso. Então, está mantida a vista e encerrada a discussão. Vamos passar ao item nº 1.

Rio de Janeiro, Senador Ney Suassuna.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho visto que temos ficado muito tensos quando se coloca aqui a questão das dívidas. Quero, como um estudioso da matéria, fazer aqui uma última ponderação sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Muito bem.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Em primeiro lugar – e o Senador Jonas Pinheiro, que nos acom-



panha há muito tempo, vai, inclusive, concordar com o que estou dizendo aqui – no momento que estamos estabelecendo uma regra para pagamento de títulos públicos, estamos evitando a discriminação. Prestem atenção: os Estados de menor receita – para não dizer estado pobre, estado rico – nunca emitiram títulos; são devedores da União. E, nessa condição, têm dívida fundada e, assim, pagam mensalmente um percentual da sua receita sobre isso.

Quem está discriminando é a própria Comissão, quando rolamos 100%, sempre os títulos dos ricos. É a Comissão que tem feito isso. Com esse acordo que a União está fazendo agora – não é isto, Senador Jonas Pinheiro? – estaremos acabando com a discriminação, pois a dívida será totalmente federalizada, todos vão ter o mesmo tratamento e todos vão pagar o mesmo percentual. A única discriminação que podemos provocar, agora neste acordo, é permitir que os Estados que emitiram títulos para pagamento de precatório tenham incluído esta operação no acordo geral. Isto é até proibido pela resolução.

Os títulos emitidos para pagamento de precatório não são roláveis, têm que ser resgatados no seu ato. E, salvo engano, já passou aqui o Estado de Pernambuco; aquela que está **sub judice**, sob exame da CPI sobre emissão de títulos, no caso de Pernambuco, acabou entrando na rolagem geral. E isso é proibido pelo Senado da República, daí por que eu estava no início alertando.

Então vejamos, não vamos impedir que Mato Grosso faça o seu acordo, para isso só tem que cumprir os documentos. O Estado vai poder fazer seu acordo, o que vai evitar discriminação.

Eu queria dar esse depoimento para ficar muito claro. O momento em que impomos a São Paulo um acordo em que ele vai começar a pagar títulos, aí é que vai acabar a discriminação. São Paulo antes rolava 100% e a dívida fundada nada representava para ele.

Era esse o espírito que eu queria deixar registrado na cabeça e na mente de cada senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Muito bem.

Passamos ao item nº 1.

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, trata-se da dívida mobiliária da cidade do Rio de Janeiro. Na página nº 1 diz-se que "o pleito encontra-se adequadamente instruído quanto à documentação encaminhada ao Senado Federal, nos termos do art. 3º." E isso está ratificado na página nº 7, onde o

Banco Central diz que todas as certidões foram entregues. O Banco Central também analisou e verificou que a cidade do Rio de Janeiro poderia, ou melhor, deveria pedir a rolagem de apenas de 88,01% da dívida. Nós estamos pedindo a rolagem de 88,01% da dívida, nenhum centavo a mais.

Além do mais, o trânsito do processo caducou, por dois ou três dias, no INSS. Imediatamente liguei para o Rio de Janeiro e pedi que fosse substituído. Está chegando e hoje mesmo estará substituído, embora estivesse certo quando deu entrada no Banco Central. Mas vence de tantos em tantos dias.

É uma operação inteiramente correta e estamos pedindo, no limite determinado pelo Banco Central, apenas a rolagem da dívida da prefeitura do Rio de Janeiro, que está tão bem que foi a única que conseguiu empréstimo externo neste País.

Por esta razão, o nosso parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos, para discutir.

**O SR. LAURO CAMPOS** – Srs. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, parece-me que uma determinação contida na Resolução nº 69 do Senado não foi cumprida. Por emenda de minha autoria tomou-se obrigatória a apresentação de comprovação de que está sendo cumprida a Constituição no que diz respeito aos percentuais pagos aos Srs. Deputados e Vereadores. Quer dizer, o Estado que estiver solicitando a rolagem da dívida deverá anexar a comprovação de que os vencimentos dos Deputados não ultrapassam os 80% estabelecidos na Constituição; e a mesma coisa se aplica aos Vereadores.

Portanto, falta esse documento e a minha preocupação é evitar que aconteçam casos como, por exemplo, o que ocorre em Contagem, onde um Vereador, de acordo com os jornais da região, recebe R\$17 mil por mês. Na terra do Sr. Newton Cardoso! Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que o Senador Ney Suassuna é um homem razoável e, diante do precedente criado por Mato Grosso e da questão suscitada sobre São Paulo, defendo o princípio da isonomia. Processos dessa natureza serão apreciados quando supridas as dúvidas, seja por retirada seja por vista. Não há meio termo. Nenhum vai ser aprovado aqui. Não tem conversa. Ou o Senador Ney Suassuna retira o



processo, para que seja cumprida a diligência suscitada pelo Senador Lauro Campos, ou vou pedir vista.

**O SR. NEY SUASSUNA** – O processo tem autorização legislativa e a declaração de que os Vereadores gastam apenas 10% da arrecadação, o que é razoável e está dentro do normal. Aliás, 0,10%.

Sr. Presidente, retiro a matéria, e vou agir igual aos demais. Somos Srs. Senadores e não podemos ficar brincando. Retiro e volto a aguardar também a extraordinária. Não é justo, porque toda a documentação está correta. Mas retiro e entro no mesmo jogo. É uma pena.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Foi retirado o projeto da pauta.

**O SR. LAURO CAMPOS** – Sr. Presidente, eu gostaria de reafirmar que exigir o cumprimento da lei não é brincadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Item nº 4.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, estou me baseando na afirmação do Senador Lauro Campos de que está faltando um documento e o Senador Ney Suassuna não o apresentou. Por isto, repito o que falei: ou S. Ex<sup>a</sup> pede o prazo que foi concedido a Mato Grosso para ele próprio suprir a diligência ou serei obrigado a pedir vista. Não há nenhuma jocosidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – A matéria foi retirada e a Mesa quer lembrar que o próprio Ney Suassuna informou que faltava um processo, ou que o processo caducara, e ele solicitou esse documento ao Rio de Janeiro. Ele deve chegar a qualquer momento, mas não está na Casa. A diligência se prende especificamente ao item referido pelo Senador Suassuna, sem prejuízo da observação feita pelo Senador Lauro Campos.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro. Mato Grosso.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, uma preliminar. Este processo está em regime de urgência. Discute-se aqui ou ele vai direto ao plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – A Comissão pode decidir sobre o processo, até por economia processual. Se a Comissão se pronunciar aqui, está dispensada de pronunciar-se no plenário. Se a Comissão votar o processo, num sentido ou noutro, o parecer já está dado e com isso se evita que ele seja dado no plenário, como se tivesse havido um gesto desidioso da Comissão, que não teria deliberado no tempo devido.

**O SR. JONAS PINHEIRO** - Sr. Presidente, não sei quantos projetos já passaram por aqui nas mes-

mas condições. Este projeto está dentro da nova determinação de ajuste das dívidas dos Estados. Ele não vai aumentar dívida. É dívida já fundada. Ele está apenas adequando todas as dívidas ao espaço de 30 anos, o que vai acontecer com todos os Estados brasileiros.

Portanto, este projeto que estamos discutindo é uma operação de crédito a ser firmada entre o Estado de Mato Grosso e a União. O processo informa o valor da dívida mobiliária do Estado existente no dia 30 de junho de 1996, de dois empréstimos junto ao Banco do Brasil, os empréstimos do Banco do Estado, da Caixa Econômica Federal, atualizados na forma das cláusulas estipuladas no protocolo de acordo; os encargos de 6% ao ano, a atualização do saldo devedor mensalmente, pelo IGP, o prazo de trinta anos; a garantia, que é a receita própria de transferências constitucionais, os créditos de que trata a Lei Complementar nº 87/96, e as transferências do Fundo de Participação dos Estados; as condições de pagamento, a amortização extraordinária com o crédito que o Governo tem, através do PRO-DEI, de ICM junto às empresas que têm apoio através deste programa; a amortização de parcelas mensais, pela Tabela Price, limitadas a 15% da receita líquida real mensal do Estado – portanto, o Estado não vai poder comprometer mais do que 15% da sua receita no pagamento da dívida.

Vale destacar também que a operação de crédito sob exame insere-se no âmbito do programa de reestruturação e ajuste fiscal de longo prazo dos Estados, levado a efeito pela União, e enquanto tal previamente autorizada pela Resolução nº 70/95, do Senado Federal.

Exige tão somente a referida Resolução nº 70/95 que os Estados observem os seguintes dispositivos da Resolução nº 69 do Senado Federal, por ocasião da assinatura do contrato do financiamento, que exige autorização legislativa; certidões negativas de quitação de tributos federais e de liquidação da situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; declaração de adimplência junto ao Sistema Financeiro Nacional; dois credores internos; comprovação de cumprimento do disposto nos arts. 107 e 217 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 32, de 1995, assim como do pleno exercício da competência tributária conferida pela Constituição Federal.

Portanto, nos termos da Resolução nº 70, de 1995, do Senado Federal, a realização da referida operação de crédito pelo Estado de Mato Grosso subordina-se tão-somente ao cumprimento e comprovação das exigências e condições já mencionadas.



Como destacado no parecer do Banco Central do Brasil, a operação de crédito inserida no protocolo de acordo entre o Governo Federal e o Estado de Mato Grosso viabiliza o alongamento do prazo da dívida e a redução dos seus encargos, e induz o ajuste fiscal, em decorrência dos compromissos do Estado consignados no protocolo de acordo. Até que a meta fiscal seja atingida, o Estado não emitirá nova dívida mobiliária e somente contrairá dívidas caso mantenha a relação dívida-receita na trajetória acordada.

Já não há aqui o óbice levantado pelo nobre Senador Esperidião Amin de que, segundo o Banco do Estado, não estão comprovados os documentos, porque o próprio Banco Central esclarece a finalidade da rolagem.

A operação de crédito em exame trata, na verdade, de um processo de refinanciamento de dívida já contraída, que, enquanto tal, não implicará no aumento do montante do endividamento do Estado.

Nesse contexto, diante da natureza estratégica que o protocolo de acordo entre o Governo Federal e o Estado de Mato Grosso representa para o plano de estabilização em curso e para o ordenamento das finanças públicas estaduais, reafirmamos a autorização do Senado Federal à celebração da operação de crédito em tela, nos termos do projeto de resolução apresentado.

Sr. Presidente, é este o relatório do eminente Senador Carlos Bezerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – O parecer é favorável.

Em discussão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Com muita atenção li o projeto de resolução, que não desmente o que levantamos. O art. 3º confirma que nem o Banco Central tem os documentos que V. Ex<sup>a</sup> recebeu a incumbência de buscar.

Diz o art. 3º do projeto de resolução:

"O Estado deverá, por ocasião da assinatura do contrato de refinanciamento, apresentar:

a) certidão negativa de débito junto ao INSS; certidão de quitação de tributos federais; certificado de regularidade de situação do FGTS e declaração de adimplência junto ao Sistema Financeiro Nacional."

Segundo o Banco Central, não existem esses documentos, razão pela qual encaminharam-nos em outro processo.

O art. 3º ainda exige mais:

"(.....)

c) comprovação do cumprimento do disposto nos arts. 27 e 212 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, assim como do pleno exercício da competência tributária."

Não se trata de nenhuma brincadeira, o Banco Central e o Ministério da Fazenda farão essas exigências.

Assim, aquilo que o Senador Lauro Campos mencionou como sendo exigível – e que o Senador Ney Suassuna assumiu como sendo responsabilidade sua suprir, com relação ao Rio de Janeiro -, no caso de Mato Grosso continua em aberto.

Gostaria apenas de incluir à sua deliberação, ao seu parecer, uma sugestão, e peço socorro ao Senador Vilson Kleinübing e a outros, porque considero perigoso o art. 1º, que diz estar o Estado do Mato Grosso autorizado a contratar operação de crédito sob o amparo do programa tal. E depois? Pretende-se, por acaso, que o Senado não conheça o acordo?

Se é isso que está escrito, sou contra, porque o protocolo, por ser protocolo, é algo genérico, não tem valores, não tem parcelas, não tem os números nem da dívida nem do parcelamento da dívida. A rigor, ao dizer amortização de parcelas mensais...

**O SR. JOSÉ BIANCO** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Pois não.

**O SR. JOSÉ BIANCO** – Nobre Senador, acho que o art. 3º esclarece: "O Estado deverá, por ocasião da assinatura do contrato de refinanciamento, apresentar para encaminhamento ao Senado Federal os seguintes documentos..."

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Mas só os documentos. Eu quero ver o acordo. Isso que é pior. Se é para encaminhar ao Senado apenas o que está faltando, sou contra. Quero ver o acordo. Acho que o Senado tem que aprovar não esse protocolo prévio, sujeito a essa diligência – depois será suprido o encaminhamento dessas certidões. Acho que o Senado quer apreciar o acordo, ou seja, qual vai ser o valor da prestação mensal e o equivalente à total da composição de dívida e aprovar. Sabe por quê? Porque estaremos comprometendo gestões futuras.

**O SR. GERALDO MELO** – Eu queria sugerir a V. Ex<sup>a</sup> que solicite ao Presidente da Comissão que



distribua aos membros da Comissão os protocolos já autorizados.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Insisto: não posso achar que o Senado esgotou o assunto. Se o Senado ainda vai apreciar o acordo... Pelo que está escrito aqui, o Senado vai receber essa cópia da autorização legislativa, vai receber a certidão negativa de débitos e vai receber a comprovação do cumprimento do dispositivo constitucional e da Lei Complementar nº 82. E mais nada.

**O SR. JOSÉ BIANCO** – Ele limita a amortização em 15%, Senador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Quero receber o acordo para aprová-lo ou não. Repito: quero saber quanto cada Estado do Brasil vai ficar devendo.

Ouçõ o Senador Geraldo Melo.

**O SR. GERALDO MELO** – Senador Esperidião Amin, quando este assunto começou a ser tratado, chegou a ser apreciada – acho que V. Ex<sup>a</sup> estava de licença – a minuta de uma resolução que foi proposta a esta Casa e que o Senado praticamente rejeitou, sem nem ao menos votá-la, porque aquilo causava indignação na medida em que previa que o Senado desse uma autorização em branco à União, aos Estados e ao Distrito Federal para contraírem financiamentos etc. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, porque o que está chegando aqui é a resolução com a mesma carta branca, desmembrada por Estado. Realmente, não acho que o Senado deva interferir no processo como um elemento de mera complicação inútil. Agora, se esta Casa tem, entre outras, a responsabilidade de autorizar que um determinado Estado ultrapasse o limite técnico de endividamento, se depende de nós fazer isso, como é que vamos lidar com esse assunto daqui para frente, se aprovarmos que o Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, assine um acordo com a União, sem o Senado saber que acordo é esse? Qual será o valor desse endividamento? E se daqui a seis meses nos chega, cercada de todas as prioridades do mundo, uma solicitação nova do Governo do Rio Grande do Norte que não colida com isso, na realidade, a Comissão não tem os elementos para apreciar a questão. Sinceramente, não compreendo onde reside o problema e onde está a dificuldade de se dar, em relação a este caso, o conjunto de informações que acho que o Senado tem o direito de receber. Isso dificulta o processo? Não sei por quê. O fato de revelar dificulta? Sinceramente não compreendo. Então, a minha tendência é fazer minhas as palavras do Senador Esperidião Amin, porque fui daqueles que se indignaram com aquela proposta e cheguei a dizer a V. Ex<sup>a</sup> que ali

cabia acrescentar àquela proposta de resolução, uma emenda, pela qual o Senado entrasse de recesso até que tudo aquilo fosse cumprido, porque, se não temos o que fazer nessa área, então, não sei o que estamos fazendo aqui. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Só para concluir, faço uma observação. Tenho uma proposta concreta a apresentar ao Relator, porque isso vai valer para Mato Grosso – não é para discriminar, pois vale para todos.

**O SR. GERALDO MELO** – E se ela for aprovada?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Se aprovarmos a diretriz, vamos saber se valerá ou não para os outros, para o que já aconteceu.

Quero dizer, de sã consciência, que não participei de nenhuma reunião em que se tenha apreciado isso. A culpa é minha. Gostei de apresentar a proposta concreta baseada no art. 1º do projeto de resolução. Está mal redigida, porque foi elaborada agora, mas este é o sentido dela.

O parágrafo único do art. 1º diz:

"A operação de crédito referida no **caput** deste artigo será submetida à aprovação do Senado Federal."

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, gostaria de voltar a fazer uma observação, que é a seguinte: no final do ano passado – está certo quem lembrou aqui esse fato -, houve a elaboração de uma resolução geral e os Líderes entenderam que ela não podia ser aprovada porque era uma carta em branco. Foi negociado com o Governo um protocolo, isto é, foi transformada a resolução como um todo em protocolos estaduais.

Relembro que fiz a defesa dos protocolos individuais e não do protocolo em si. Fiz a defesa, no plenário, de uma emenda apresentada pelo Senador Ademir Andrade, ou Senador José Eduardo Dutra, no sentido de impedir a privatização de empresas estaduais para o pagamento de dívidas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, talvez seja necessário o Presidente designar dois ou três Senadores da Casa para manterem um diálogo com as autoridades do Ministério da Fazenda, porque, em primeiro lugar, não pode ser incluído nesse processo de negociação os títulos de precatório. A nossa própria Resolução nº 69, diz:



"Os títulos de que trata o parágrafo anterior – que são os precatórios – não se incluem nos limites previstos no art. 4º e não são passíveis de refinanciamento.

Por não termos examinado aqui o acordo, aconteceu que para alguns Estados acabamos incluindo isso. Até poderemos incluir, se o Estado não tiver condições, mas teremos que fixar algumas regras para incluir. Vejam a discriminação que vamos provocar: os Estados que não contrataram o Vetor e que não pagaram taxa de sucesso vão ser prejudicados. Os Estados que contrataram o Vetor e a Divisa e pagaram taxa de sucesso ou, até, praticaram alguma corrupção, vão poder incluir esses títulos na rolagem, por 30 anos, com 6% ao ano. Isso precisa ser revisto.

Em segundo lugar, hoje mesmo, apreciamos a rolagem de Mato Grosso, com juros de 6%; para o do Rio de Janeiro, os juros são de 7,5%.

**O SR. (Não Identificado)** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Deve haver prazos diferenciados e percentuais sobre a receita também diferenciados. A medida que o Governo Federal está propondo é salutar. Espero que seja a última. Já ouvi um acordo desses no Governo Sarney e outro no Governo Collor, quando Ibrahim Eris era o Presidente do Banco Central.

**O SR. (Não Identificado)** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Houve outro no Governo Itamar, quando Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda. Vamos para o quarto acordo porque nenhum dos três anteriores foi cumprido. Esse é mais ou menos possível de ser cumprido. Esse é mais ou menos possível de ser cumprido, porque estabelece regras no sentido de se desfazer de ativos que não rendem nada para amortizar a dívida e, além disso, não permite que Estados façam novas dívidas.

Então, além do cuidado que o Senador Esperidião Amin demonstrou, queria propor, Sr. Presidente, a designação de alguns Senadores para fazer um contato com o Ministério da Fazenda, para saber se isso foi incluído, porque disseram que era proibido incluir nos precatórios. Em outros casos, tenho quase certeza de que dois Estados, naquele pacote final, acabaram incluídos, o que é proibido por nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador José Serra.

**O SR. JOSÉ SERRA** – Sr. Presidente, só para um esclarecimento. As diferenças de taxas de juros

entre a operação relacionada com o Mato Grosso e o Rio de Janeiro, Senador Vilson Kleinübing, ocorrem em função das diferenças na amortização extraordinária.

No caso do Mato Grosso, a amortização extraordinária é de 20%; no caso do Rio de Janeiro, é de 10%. Isso, portanto, reflete nos juros maiores no caso do Rio de Janeiro. É apenas uma estratégia, ou seja, o Rio amortiza menos e paga mais juros. E o outro Estado amortiza mais e paga menos juros.

Na verdade, não há qualquer espécie de discriminação em nenhuma das duas direções, porque se trata apenas de condições diferentes de amortização.

Quanto à questão mais geral, realmente, poderemos acrescentar o dispositivo que o Senador Esperidião Amin sugere. Aqui, de fato, trata-se de aprovar ou não uma diretriz geral de renegociação das dívidas de Estados. Hoje, está acontecendo, na prática – não sei se o próprio Senador Vilson Kleinübing mencionou –, é que os Estados não estão amortizando as suas dívidas.

No caso da dívida mobiliária, o Senador Esperidião Amin, no seu relatório, a respeito de São Paulo, mostra 98%; praticamente não há amortização nenhuma.

**O SR. GERALDO MELO** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ SERRA** – Mas no caso da mobiliária, não.

**O SR. GERALDO MELO** – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ SERRA** – É relativo, são os Estados que têm dívida mobiliária.

Agora, se rolo 100% da dívida mobiliária praticamente e não rolo a dívida fundada, essa é uma situação privilegiada.

Na verdade, já houve no passado, Senador Geraldo Melo, renegociação das dívidas fundadas e não da mobiliária. No final de 1991, houve duas renegociações, ou seja, os Estados que tinham dívidas fundadas também se beneficiaram de renegociação de seus prazos.

Aqui, trata-se de estabelecer um esquema viável, dentro de critérios gerais para todos, de transformar toda a dívida, de homogeneizá-la – dívida mobiliária e não mobiliária, dívida contratual, enfim, o conjunto de dívida de cada Estado –, sob determinadas condições que vão permitir inclusive, tenho certeza, maior amortização dessas dívidas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – V. Exª concede-me um aparte?



**O SR. JOSÉ SERRA – Pois não.**

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Só queria rememorar. V. Ex<sup>a</sup> era Ministro na época, quando foi aprovada a Resolução nº 70/95. Ela foi aprovada no Plenário do Senado contra o meu voto. Procurei argumentar que ela fechava o Senado, porque dava uma autorização genérica, vedando ao Senado a apreciação dos contratos subsequentes à autorização de dívida.

Propus – estou procurando localizar – a sua revogação. Meu projeto de resolução veio da Comissão de Assuntos Econômicos, foi despachado e não recebeu parecer ainda. Além da minha manifestação isolada, tramita no Senado um projeto de resolução que tem o seguinte sentido sobre a Resolução nº 70/95:

§ 2º – Os contratos autorizados nos termos deste artigo serão submetidos à Comissão de Assuntos Econômicos no prazo de 15 (quinze) dias, cujo parecer será objeto de deliberação pelo Plenário do Senado.

Ou seja, os filhotes da matriz – matriz é o acordo geral, é o módulo ou modelo de protocolo. Esse projeto de resolução não é meu. Ajudei a escrevê-lo, mas foi assinado pelos Líderes Edison Lobão, Sérgio Machado, Jader Barbalho, Epitácio Cafeteira e Valmir Campelo. A Resolução nº 70/95 é de 14 de dezembro; o projeto de resolução que propõe que cada contrato seja apreciado no prazo de 15 dias, determinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, e depois pelo Senado, é de 15 de dezembro de 1995. Na verdade, já estava escrito no dia 14, esperando publicação no **Diário do Congresso Nacional**, o que seria uma providência salutar. Não estou inventando coisa alguma. Estou insistindo, Senador José Serra, que o Senado tem que conhecer, porque é da competência da Casa ... que o que foi pactuado preto no branco...

**O SR. JOSÉ SERRA** – Trata-se, no caso, mais de verificar se a disposição geral foi cumprida...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – E aprovada.

**O SR. JOSÉ SERRA** – ...porque cada caso pressupõe um acordo determinado...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – ...uma proposta.

**O SR. JOSÉ SERRA** – ...que é negociado entre autoridade federal e autoridade estadual. Trata-se de se averiguar se esse critério geral foi cumprido, porque inclusive há limites para isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Tem um prazo de 15 dias para apreciar e depois submeter o contrato...

**O SR. JOSÉ SERRA** – Agora, há um ponto importante aqui, e talvez deva ser considerado em ou-

tro momento, que é a questão de dívida mobiliária e contratual.

Na verdade, nos últimos anos, os Estados ou Municípios que se financiavam por dívida mobiliária tiveram sua situação extremamente agravada pela evolução da taxa de juros, mas para os que tinham dívida contratual isso não aconteceu. Portanto, houve renegociações das dívidas contratuais, enquanto na mobiliária, na prática, nunca houve.

Digo isso apenas para que não se caracterize o seguinte: a dívida mobiliária constituiu uma situação de privilégio para quem a contraiu e a dívida contratual, uma situação de discriminação. Isso não aconteceu. Na verdade, os Estados e Municípios que estavam amarrados, que tinham uma parte importante da sua dívida relacionada com dívida mobiliária, ficaram em uma situação extremamente difícil e, na prática, não têm pago nada. A dívida vem sendo rodada papel em cima de papel. É preciso deter esse processo, consolidar toda a dívida e se estabelecer um cronograma, que inclusive fará com que, obrigatoriamente, os Estados gerem um superávit primário maior do que o gerado hoje. Por superávit primário entenda-se a diferença entre despesa e receita antes do pagamento dos juros.

Pelo que me expõe o Senador Esperidião Amin, essa é uma posição ampla, assinada pelos Líderes. Meu único receio é que, ao verificar caso por caso, não se estabeleça uma regra geral. O importante é que se enquadre dentro da norma geral e não se analisem valores absolutos em cada caso. A comparação caso com caso é praticamente impossível. O Senador Vilson Kleinübing agora mesmo mencionou a questão da taxa de juros que me intrigou. Casualmente olhei os documentos e verifiquei que, na verdade, são prazos diferentes, montantes diferentes de amortização. Apenas para que não criemos aqui, posteriormente, uma situação de casuísmo em que, número por número, simplesmente bloqueemos o processo de renegociação.

**O SR. GERALDO MELO** – V. Ex<sup>a</sup> me permite, Senador?

**O SR. JOSÉ SERRA** – Sim.

**O SR. GERALDO MELO** – Senador José Serra, diante dos comentários que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer, todos completamos a convicção de que a estruturação da dívida dos Estados dentro de um esquema uniforme, padronizado, permitirá que se ponha alguma ordem, o que é altamente salutar para o País. De minha parte, não há qualquer restrição com relação a isso, salvo em relação ao aspecto de o Senado aprovar sem o conhecimento dos valores que



estão destinados a cada Estado, pois isso interfere no exercício de uma tarefa fundamental do Senado que é a de controlar a capacidade de endividamento e, eventualmente, autorizar que essa capacidade seja desatendida, em situações específicas, em relação aos Estados e Municípios.

Por essa razão, proponho que apenas acrescentemos em algum lugar – um redator melhor que eu poderia estabelecer – que o contrato terá a sua vigência subordinada à prévia aprovação pelo Senado Federal, ou seja, a autorização para negociar o contrato estaria dada sem que fosse necessário policiarmos o Banco Central ou os Estados. As grandes diretrizes da negociação estão estabelecidas nessa minuta de resolução. A resolução propõe que os documentos devem ser encaminhados ao Senado. Mas esses documentos serão encaminhados ao Senado apenas para serem arquivados? Não, para apreciação. Imagino, então, que, ao encaminhá-los, também fosse encaminhada a minuta do contrato que será celebrado, e aí o Senado aprova cada uma delas, como vem fazendo nos demais casos.

**O SR. JOSÉ SERRA** – Permita-me, Senador – talvez ainda procurando uma alternativa intermediária. Não consegui redigir nada aqui nessa correria, mas talvez pudesse colocar um dispositivo no sentido de que os contratos sejam enviados à Comissão de Assuntos Econômicos. Caso algum deles seja considerado não ajustado às regras gerais, pede-se destaque e não o contrário, aprovar todos novamente. Ele apenas é enviado para conhecimento, e, havendo motivo para destaque, chamemos assim, face às diretrizes gerais, pede-se, e não contrário. Na verdade, nem temos condição e capacidade técnica para ver cada número, cada coisa. Trata-se, então, da norma geral de se chamar a atenção para como se poderia impugnar o desenvolvimento desse ou daquele contrato.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Senador José Serra, tentei fazer as três redações. A primeira, se fosse boa, viria ao encontro da proposta do Senador Geraldo Melo; mas a contratação, seus termos dependerão de aprovação no Senado... (Inaudível. Fora do microfone.)

Depois, tentei essa outra mais singela. E finalmente, vou apresentar a minha sugestão, uma tentativa minha: fico com a redação dada pelos Líderes. A redação dada pelos Líderes era para ser enxertada na 70/95 – os Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PPB e PTB. Há outros partidos eventualmente, mas isso aqui abrange 70% da representação do Senado representada.

Os termos da Resolução nº 70/95 os Senadores consideram aviltantes: "São os Estados autorizados a contratar as operações de crédito, inclusive os compromissos e condições previstas no programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e suas alterações." Prestem bem atenção! É importante, e o meu irrestrito apoio a V. Exª e a seus dignos sucessores. Foi por isso que os Líderes concordaram com a minha argumentação naquele dia. Como a proposta dos Líderes não tramitou, apresentei uma que pura e simplesmente revogava a Resolução nº 70/95 e que, infelizmente, também recebeu despacho de gaveta.

Não é, então, um assunto novo. Quando foi aprovado, percebemos: "Fica autorizado a assinar o Estado, deliberado pelo Executivo, e as alterações futuras; ou seja, um cheque em branco para os Estados e para a regra básica dos incentivos. Sem urgência, levou-se um ano para estruturar o protocolo. Isso não é urgente. Os primeiros protocolos estão chegando agora. O que o Executivo quer? Que aproveemos o protocolo e fiquemos de receber os documentos que estão faltando.

Por essa razão fico com a redação: "O contrato autorizado, no termo deste artigo, será submetido à Comissão de Assuntos Econômicos para apreciação no prazo de 15 dias, cujo parecer será objeto de liberação pelo Plenário do Senado Federal".

**O SR. JOSÉ SERRA** – A minha proposta é no sentido de que será examinado pela Comissão de Economia, que se constatar algum elemento esdrúxulo poderá encaminhar ao Plenário do Senado para apreciação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Essa Figura não existe no Regimento, não há nada terminativo na Comissão. A Comissão dá o parecer. Por que não pára aqui? Porque no Regimento do Senado nada pára. A Comissão emite um parecer dizendo que está conforme, não está conforme, vai para o Plenário. A instância decisória é sempre o Plenário. Não existe possibilidade de um processo terminar...

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Peço que o Senador Jonas Pinheiro fique atento, como está evidentemente. Estamos discutindo o caso de Mato Grosso, está se buscando uma solução genérica para todos. Não seria melhor caminho decidirmos pelo adiamento, ou outra solução, no caso de Mato Grosso?

E quanto à proposta de modificar essa resolução, seria discutida no plenário maior, com o relator, e não de certa forma improvisadamente, como estamos fazendo aqui.



A proposta da Mesa é no sentido de decidirmos aqui sobre a solicitação de Mato Grosso, cujo relator é o Senador Jonas Pinheiro, e, simultaneamente, seria apresentada uma proposição para ser discutida com a tramitação normal e não improvisadamente como está sendo feito aqui.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Estou com uma emenda aqui ao Projeto de Resolução.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Mas é uma emenda que vai se aplicar a todos os casos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Como não conseguimos fazer, vamos fazer cada caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Relator Jonas Pinheiro, para opinar sobre a proposta do Senador Esperidião Amin.

**O SR. JONAS PINHEIRO** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade o caso é de Mato Grosso, mas não é um caso específico de Mato Grosso. As 27 Unidades da Federação vão ser enquadradas exatamente nessa resolução que estamos discutindo. Por quê? Porque todas as Unidades da Federação estão escalonando as suas dívidas em 30 anos de prazo.

Essa discussão foge do âmbito do Estado de Mato Grosso, porque estou percebendo aqui as ponderações dos Senadores que estão tentando fazer uma adaptação à proposta de Mato Grosso, que vai servir para todos os Estados brasileiros. Não tenho nada a opor, desde que essas emendas venham para todos, porque Mato Grosso já assinou as suas contas no valor de R\$639 milhões.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Havia a intenção de ser uma regra geral. Todos os líderes assinaram incluindo a Resolução 70/95. Mas, infelizmente, não tramitou o projeto. O que eu estou pedindo é para incluir a de Mato Grosso, mas não só a de Mato Grosso, mas todos; para trás e para frente. É a minha proposta. Não posso agora, regimentalmente, apresentar proposta geral, tem que ser só para Mato Grosso. Se for aprovado nos dará a oportunidade de exigir dos outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Vamos concluir. O prazo já está se esgotando, vamos encerrar a reunião logo mais.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, só para completar. O Senador Vilson Kleinübing e, agora, o Senador João Rocha, assim como o Senador José Bianco, estão dizendo que o de Mato Grosso não é o primeiro que está sendo aprovado. Já houve a aprovação de outros Estados neste ajuste fiscal.

**O SR. JOÃO ROCHA** - Meia dúzia já.

**O SR. JOSÉ SERRA** - Não, no caso dos Estados, se já foi aprovado por esta Comissão, não se pode fazer outra coisa.

Se foi aprovado, evidentemente, não é justo o que foi ou não aprovado. Mas aquilo que foi aprovado já foi.

**O SR. (Não Identificado)** - Já foi aprovado, aqui, não vai retroagir.

**O SR. (Não Identificado)** – Discriminação com Mato Grosso. Porque tem uma exigência.

**O SR. GERALDO MELO** - Aqueles que já foram aprovados, ficarão numa situação...

**O SR. JOSÉ BIANCO** - Esta é uma outra resolução.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, o Relator é a favor de que isso se cumpra para todos os Estados. Se já houve Estados, onde foi aprovado neste mesmo momento em que estamos tratando do ajuste fiscal, evidentemente, o Relator é contra este enquadramento só de Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Um momento. O Relator Jonas Pinheiro não está de acordo em que se aprove para o Estado de Mato Grosso a introdução desse dispositivo proposto pelo Senador Esperidião Amin. Não é assim?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sim, se outros Estados já passaram e aprovaram....

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Então, a proposta que deve permanecer é o adiamento da decisão sobre Mato Grosso, e o Plenário decidir, especificamente sobre esse projeto em tramitação na Casa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Na verdade, Sr. Presidente, vai acontecer o seguinte: já está agendado para o Plenário de hoje. A nossa decisão sobre o significado, ou seja, levar ao Plenário do Senado este alerta da Comissão para que ele autorize a tramitação acelerada dessa emenda dos Líderes. Como não vamos deliberar, vou levar para o Plenário.

**O SR. JOSÉ SERRA** – Então, haveria duas hipóteses: ou se introduz um dispositivo no que se refere ao Estado de Mato Grosso ou se aprova o geral no plenário do Senado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – No plenário, não tem urgência, o processo não está excluído.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Senador José Serra, penso que o mais natural seria decidirmos, especificamente, sobre o caso de Mato Grosso pelo adiamento da discussão e solicitarmos



urgência para a tramitação desse projeto, a fim de ser decidido pelo...

**O SR. JOSÉ SERRA** – Não há necessidade, Presidente. Podemos aprovar o de Mato Grosso e aprovar a proposta de resolução pedindo urgência.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Requerido urgência, retiro da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Quero ouvir a opinião do representante de Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro. Se S. Ex<sup>a</sup> está de acordo com que se introduza esse dispositivo na resolução de Mato Grosso ou se não está. Se prefere que o Senado delibere de uma forma geral sobre esse projeto de lei que está tramitando no Congresso. A própria Comissão pode solicitar urgência.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, não sei se é o caso de outros Estados, mas o Estado de Mato Grosso já ajustou a sua dívida. O protocolo já está assinado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Então, V. Ex<sup>a</sup> não está de acordo com a aprovação desse dispositivo.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Estou relatando o processo para Mato Grosso.

Estou de acordo com qualquer introdução, desde que essa se estenda para todas as Unidades da Federação.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejo esclarecer ao Senador Jonas Pinheiro que não haverá acordo entre os Estados e a União enquanto não aprovamos esse dispositivo, porque é competência exclusiva do Senado deliberar sobre endividamento dos Estados. É nossa competência.

Pode ser feito qualquer acordo lá, mas ele só valerá quando passar por esta Casa.

Em segundo lugar, quero sugerir que, daqui para frente, coloquemos em todas as resoluções o que aí está.

Faço uma pergunta aos advogados – sou engenheiro. Pode-se fazer uma resolução dizendo "inclua-se nas resoluções tais o seguinte...?"

**O SR. JOSÉ SERRA** – Não é necessário.

**O SR. (Não Identificado)** – A própria redação, a própria forma como está redigido inclui todos.

**O SR. (Não Identificado)** – Ele ainda não foi colocado em pauta e não poderíamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Está com o relator. Não foi devolvido ainda.

**O SR. (Não Identificado)** – Sr. Presidente, poderíamos aprovar agora e solicitar urgência para Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do relator, ressalvado esse dispositivo, permaneçam sentados. (Pausa.)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, peço a palavra para prestar alguns esclarecimentos e talvez dar uma solução satisfatória.

Estou sendo informado de que nenhum contrato foi firmado.

**O SR. JOSÉ SERRA** – Não foi assinado nenhum contrato.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Portanto, se nós – e aí vem a minha sugestão objetiva – aprovarmos para o Mato Grosso e em seguida deliberarmos urgência para o Projeto de Resolução nº 147, todos os contratos – repito: eles não foram assinados ainda – serão submetidos a essa providência que os Líderes consideraram salutar em dezembro de 1995.

**O SR. JOSÉ SERRA** – O Senador Jonas Pinheiro diz que está de acordo.

**O SR. (Não Identificado)** – Sr. Presidente, acho que deveríamos votar aqui na Comissão esse Projeto de Resolução e depois os Líderes pediriam urgência para votá-lo em plenário, pois ele tem que ser votado lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – A Mesa adota o seguinte critério: votaremos agora o parecer do relator, sem prejuízo da emenda. Aprovada a emenda, o caso de Mato Grosso estará solucionado e aí solicitaremos urgência para a tramitação do projeto em plenário, porque do modo que está ele não chegará nunca ao plenário.

**O SR. GERALDO MELO** – Sr. Presidente, como esse processo está distribuído para um relator, consulto à Mesa se não seria necessário que requerêssemos agora a inclusão dele, extrapauta, sem parecer do relator, para ser aprovado pela Comissão e encaminhado em regime de urgência?

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Ele vai automaticamente, independentemente de relator, como está em urgência o projeto de Mato Grosso.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do relator, ressalvada a emenda proposta



pelo Senador Esperidião Amin, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a emenda proposta pelo Senador Esperidião Amin, cujo teor é o seguinte: "Os contratos autorizados, nos termos deste artigo da resolução, serão submetidos à Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciação, no prazo de 15 dias, cujo parecer será objeto de deliberação pelo Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Na pauta, a solicitação de urgência para tramitação do Projeto nº 147.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedida a urgência urgentíssima para o Projeto nº 147.

**Item nº 5.**

Concedo a palavra ao Senador Onofre Quinan, representante do Estado de Goiás.

O tempo está-se esgotando e eu pediria ao Plenário que atentasse para o parecer do Senador Onofre Quinan.

**O SR. ONOFRE QUINAN** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente do Banco Central do Brasil encaminhou a esta Comissão o Parecer Dedip nº 97/045, que trata de protocolo de acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Goiás.

*(Leitura do parecer.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – O parecer é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna para proferir parecer sobre os itens 6º e 9º, referentes, respectivamente, aos Estados do Rio de Janeiro e da Paraíba.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ambos tratam-se de operação de crédito a ser firmada entre o Estado do Rio de Janeiro e a União, e o Estado do Rio de Janeiro e a Paraíba. A diferença existe apenas em que a Paraíba terá taxa

de juros de 6% e o Rio de Janeiro terá uma taxa de 7,5%. Para ambos estamos aprovando o protocolo; entretanto, quando aprovado, o contrato e tudo o mais virão à Comissão de Economia.

Então, tendo em vista que ambos estão com toda a documentação em dia, ambos estão de acordo e para ambos exigiremos o conhecimento e nos manifestaremos sobre o contrato, o meu parecer é favorável em relação a ambos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, só para esclarecer, tanto no caso de Mato Grosso quanto no caso do Estado de Goiás em todos se inclui a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Em discussão o pedido relativo à Paraíba. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator e com a aprovação automática da emenda acrescida no caso de Mato Grosso queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em discussão o pedido relativo ao Rio de Janeiro. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Bianco, para relatar o pedido referente ao Estado de Rondônia.

**O SR. JOSÉ BIANCO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem maiores delongas, evidentemente com a emenda ao projeto de Rondônia também, só queríamos dizer que, de fato, é necessária essa negociação de dívida. Registro que, certamente, o Estado de Rondônia – aqui presente se encontra o Senador José Serra, ex-Ministro de Planejamento, que deve ter conhecimento disso – deve ser um dos Estados da Federação que menos dívida possui. Não possui dívida mobiliária. Não sei se, talvez por isso, pela pouca dívida ou porque o nosso Governador não soube negociar com as autoridades federais, vejo que todos os Estados renegociaram suas dívi-



das por 30 anos. O meu Estado renegociou as suas dívidas por 15 anos. Lamento que apesar dessa renegociação de dívida os nossos servidores públicos ainda continuam com seus salários atrasados.

Nosso parecer é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – O parecer do Senador José Bianco é pela aprovação.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio para relatar o pedido referente ao Estado de Tocantins.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, isso aqui é um assunto totalmente diferente. O Governo do Estado do Tocantins encaminhou ao Banco Central, e esse encaminhou ao Senado Federal, uma solicitação de prorrogação da data de vencimento dos acordos firmados entre o Governo do Estado de Tocantins e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para implantação do Prodecir III – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

O que ocorreu foi o seguinte: o Estado do Tocantins fez um acordo nipo-brasileiro para implantar o Prodecir III, que já está sendo implantado na cidade de Pedro Afonso. E, pela primeira vez, o Governo brasileiro exigiu uma contrapartida do Estado, ou seja, garantias para o empréstimo de US\$34 milhões. O projeto ficou um ano parado. Mas agora já foi implantado e, conforme solicitação do Banco Central, estamos pedindo a prorrogação de um ano nos vencimentos, mudando tão-somente a alínea e do art. 2º da Resolução nº 5, do Senado Federal, que diz o seguinte:

Art. 2º – (.....)

e) condições de pagamento do principal em 12 prestações anuais, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2000, e a última em 15 de agosto de 2.011.

A Resolução nº 5 estabelece 15 de agosto de 1999; e a última, em 15 de agosto de 2010.

Portanto, é a solicitação do Governo do Estado de Tocantins: já que houve um atraso na implantação do Prodecir, que também se prorrogue por mais um ano o vencimento das garantias oferecidas pelo Governo do Estado do Tocantins.

Portanto, o parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – O parecer é favorável.

Concedo a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, só para fazer um brevíssimo registro. Esse é o tipo de empréstimo que é bom aprovar. É um empréstimo vinculado a um programa de desenvolvimento com liberação mediante o cumprimento das parcelas, exige capacidade de investimento, capacidade de poupança do Estado e significa também aporte de recursos sob supervisão do governo japonês. Não é só dizer: passa; tem que passar como.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h10min.)*

**3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, Realizada em 30 de Janeiro de 1997, às 11:40 horas.**

Às onze horas e quarenta minutos do dia trinta de janeiro de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francelino Pereira com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Francisco Escórcio, Beni Veras, Vilson Kleinübing, Osmar Dias, Lauro Campos, Ney Suassuna, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, José Serra, Antônio Carlos Valadares, Eptácio Cafeteira, Leomar Quintanilha, Jonas Pinheiro, Calos Bezerra, João Rocha e Valmir Campelo. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Onofre Quinan, Jäder Barbalho, Ramez Tebet, José Fogaça, Gilberto Miranda, Freitas Neto, Carlos Patrocínio, Geraldo Melo, Ademir Andrade e Júnia Marise. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir passa a palavra ao Senador Ney Suassuna para que leia seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta, oferecido ao **Ofício nº 114, de 1996**, que encaminha solicitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-RIO, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária, vencí-



vel no 1º semestre de 1997. No decorrer da discussão usa da palavra o Senador Francisco Escórcio. Encerrada a discussão, procede-se a votação, sendo aprovado o parecer do relator. A seguir o Presidente concede a palavra ao Senador Francisco Escórcio e, posteriormente, ao Senador Eduardo Suplicy para que discorram a respeito do pedido de vista formulado na reunião anterior ao **Ofício s nº 004, de 1997**, que encaminha solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SP) para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997; no decorrer da discussão é apresentado **Requerimento nº 01-CAE/97**, solicitando informações complementares acerca da matéria em questão. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao relator da matéria, Senador Esperidião Amin que apresentou parecer, favorável nos termos de um PRS. Finda a discussão, procede-se a votação, sendo solicitada verificação de quorum pelos Senadores Eduardo Suplicy e Francisco Escórcio. Sendo constatada falta de quorum, a Presidência encerra a presente reunião, informando que fica adiada para uma próxima reunião a apreciação dos **Ofícios s nº 004 e 005, DE 1997**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, em conjunto com suas notas taquigráficas. — Senador **Francelino Pereira**, Presidente, em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) — Declaro abertos os trabalhos da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, que procederá a leitura do parecer relativo ao processo do Rio de Janeiro.

**O SR. RELATOR** (Ney Suassuna) — Sr. Presidente, na discussão do processo do Rio e Janeiro foi solicitada a apresentação da certidão negativa do NISSO, pois estava vencida no tramitar do processo.

Passo à Mesa a cópia do fax que a encaminha.

O nobre Senador Lauro Campos, do PT, solicitou fosse verificado o cumprimento da norma de que os parlamentares municipais, os vereadores, recebiam menos de 85%, que é constitucional. Passo à Mesa, além da certidão do Tribunal de Contas, a certidão da Câmara de Vereadores, que fez duas resoluções para esta Legislatura e para a passada, di-

zendo que os vencimentos não ultrapassariam os 75%.

Está, portanto, sanado o problema de documentação.

O nosso pedido aos Srs. Senadores é que aproveamos a rolagem da dívida do primeiro semestre de 1997 que vence sábado. Portanto, na segunda-feira, eles precisam da aprovação.

O relatório é favorável, tendo em vista que a documentação está completa e todos os demais itens foram cumpridos.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) — Em discussão. (Pausa.)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, não pedi vista de processo algum, nem de Mato Grosso nem do Rio de Janeiro. No entanto, ponderei que se tratava de processo incompleto. Estando completo, como atesta e demonstra o Senador Ney Suassuna, meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) — Passamos à discussão do segundo item.

A votação será no final dos trabalhos.

O segundo item diz respeito a São Paulo. É Relator o Senador Esperidião Amin.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESENTE** (Francelino Pereira) — Concedo a palavra ao Senador Francisco Escórcio.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou novo nesta Casa. Aprendi a admirar, respeitar os nobres Senadores, inclusive há alguns pelos quais tenho admiração especial, como é o caso do Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin, pedi vista do processo de rolagem da dívida do Município de São Paulo porque precisava me inteirar mais sobre a matéria, um vez que V. Exª me ensinou a tomar os cuidados necessários. Seguindo orientação de V. Exª, analisei o processo e fiz uma solicitação técnica a esta Casa, que passo aos Srs. Senadores.

Depois, recebi um ofício dirigido ao Dr. Pedro Sampaio Malan, enviado pelo Senador Bernardo Cabral, em que diz: "recomendar que não seja objeto de renegociação em contrato firmado entre a União, Estados e Municípios, as dívidas estaduais, municipais contraídas por títulos emitidos com base na seguinte Resolução do Senado Federal...

Quanto à Prefeitura Municipal de São Paulo, de que estamos tratando, "Os procedimentos relacionados à autorização, emissão e negociação de títulos referidos, emitidos no amparo do art. 33 da Constituição Federal, para pagamento de precató-



rios judiciais, sob investigação na CPI, que passo aos nobres Senadores.

Ao começar estudar o processo, percebi que não o tinha recebido em sua totalidade. Solicitei, então, ao Banco Central cópia do mesmo, e hoje fui atendido. Mesmo assim, para não trazer nada de negativo para São Paulo, uma vez que eu sabia que havia sido marcada esta reunião, enviei o seguinte ofício:

"Sr. Presidente, Senador Francelino Pereira, ao cumprimentá-lo, solicito a V. Ex<sup>a</sup> o original do processo com todas as peças que compõem o Ofício-S nº 4, de 1997, relacionado à rolagem da dívida do Município de São Paulo, pois o material que foi entregue em meu gabinete trata-se de cópia incompleta em que faltam peças fundamentais para uma análise criteriosa."

Até ontem não havia recebido as peças do processo que estavam faltando, Sr. Presidente.

Dei entrada nesse pedido hoje, às 9h14min. O Secretário foi ao meu gabinete e levou as peças originais do processo na íntegra. Portanto, quero passar esta cópia aos Srs. Senadores para que dela tomem conhecimento.

Verificando as peças do processo que me faltavam, como a folha nº 4, comecei a analisá-lo com maior profundidade. Já que estou aqui para aprender – quero, inclusive, que os Senadores me auxiliem neste momento porque aprendi que, se tiver alguma dúvida, tenho que procurar solucioná-la -, quero ressaltar o seguinte: na página 4, tem-se: "operação sob análise 415844". Mais embaixo, lê-se "operação sob análise 64091". Se diminuirmos, vamos encontrar, coincidentemente, um número exatamente igual àquele dos precatórios que estão sendo objeto de uma CPI, ou seja, 351753.

Então, pergunto: se autorizarmos a emissão de novos títulos, embora a Resolução diz que não devem ser emitidos mais títulos, é só uma única vez?

Vamos mais à frente. O § 3 da Resolução nº 69 estabelece: "Os títulos de que trata o parágrafo anterior não se incluem nos limites previstos no art. 4º e não são passíveis de refinanciamento."

Vamos ver mais. Senador Esperidião Amin, V. Ex<sup>a</sup> estava atendo ao aconselhamento do Banco Central do Brasil, e este órgão nos oferece o seguinte conselho: "Com base nos números acima, pode ser verificado que o Município possui margem de resgate, sendo, portanto, indicado o percentual de 91,60% para a rolagem de sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1997. Como V. Ex<sup>a</sup>

está propondo 98% e ainda ontem V. Ex<sup>a</sup> nos dizia que estava de acordo com o Banco Central, a minha pergunta é a seguinte: o que vale, se o que o Banco Central está apontando aqui nos seus documentos diverge da relatoria de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira)  
Em discussão.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, eu gostaria de apreciar tanto o pedido de vista do Senador Francisco Escórcio quanto o requerimento, que V. Ex<sup>a</sup> me entregou informalmente, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Seria interessante, porém, que todos conhecessem o inteiro teor do referido requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para proceder à leitura do seu requerimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Banco Central as seguintes informações referentes ao item que estamos examinando:

"1º – Tendo em vista a solicitação da Prefeitura da cidade de São Paulo para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo, cujos recursos serão utilizados no giro de sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1997, informar quanto dessa dívida é proveniente de títulos emitidos para pagamento de precatórios e a data da emissão dos títulos que serão substituídos;

2º – O Banco Central certificou-se de que os recursos obtidos com a colocação no mercado dos títulos, que agora estão vencendo, foram efetivamente utilizados para o pagamento de precatórios judiciais?

Justificativa:

Considerando que, na última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais, foi aprovada recomendação no sentido de que não seja objeto de renegociação, em contrato firmado entre a União e Estados e Municípios, as dívidas estaduais e municipais constituídas para pagamentos de precatórios, em decorrência de tais dívidas estarem sob investigação por parte da CPI, e considerando que a dívida do Município de São Paulo aumentou sensivelmente nos últimos anos em decorrência da emissão de títulos, as informações aqui solicitadas são de grande importância para que os Srs. Senadores possam cumprir com o disposto no art. 52 da Constituição Federal."



Gostaria de acrescentar, Sr. Presidente, que, no caso da solicitação do Município de São Paulo, não há urgência urgentíssima, pois esses títulos vencem em março. Seria adequado que a votação dessa matéria fosse feita com base na informação completa. Por isso sugiro que possamos solicitar ao Banco Central, com encaminhamento...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Peço um aparte para divergir dessa informação de que não há urgência.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** - Sr. Presidente, prefiro votar bem informado. Então, encaminho à Mesa, e V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, vai dirimir a questão. Eu gostaria que votássemos essa matéria com a informação adequada. Há o Regimento para V. Ex<sup>a</sup> decidir a respeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) - Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, vou falar, na condição de Relator, sobre as duas questões que foram suscitadas, que, na verdade, estão associadas. Tanto as dúvidas levantadas pelo Senador Francisco Escórcio quanto as levantadas pelo Senador Eduardo Suplicy têm uma associação.

Vou começar pela segunda colocação do Senador Francisco Escórcio.

Quanto ao Banco Central ter proposto que a rolagem devesse ser em torno de 91%, uma vez que o Município tem margem, quero dizer que me dei ao trabalho de efetuar um levantamento histórico de tudo o que foi deferido, no ano passado, com os respectivos percentuais indicados pelo Banco Central.

Vou dar um exemplo concreto em relação ao Estado do Paraná: em função da sua margem de capacidade de pagamento, o Banco Central propôs que o limite devesse ser 51%. O que o Senado aprovou? Noventa e oito por cento.

Ao Município do Rio de Janeiro foi proposto 86%, e nós aprovamos 98%. Houve casos, como é o de Mato Grosso hoje, em que o Banco Central disse que o Estado não tinha capacidade, e, no ano passado, foi aprovado 100%. Não há uma divergência, há um aconselhamento. O aconselhamento técnico do Banco Central, teoricamente, diz: podemos exigir do Estado até tanto, ou seja, no caso do Paraná, que ele pague 48% dos títulos e role só 51%. No caso de São Paulo, para ficar no limite da capacidade de pagamento, podemos exigir que pague 84% e role 91%.

No ano passado, juntamente com o Senador Vilson Kleinübing, sempre procuramos criar um critério. O único que conseguimos foi na Comissão, de 98%, com o menor número no giro de letras. Estou propondo para São Paulo o menor já acordado na Comissão, porque, freqüentemente e infelizmente, no Plenário, chega com 98% e passa para 100%, com o meu voto contra, com o voto contra do Senador Vilson Kleinübing e, às vezes, do Senador Jefferson Péres.

Alguns Senadores votam por 98%; a maioria tem votado por 100%. Não estou divergindo do Banco Central.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** - Com o meu voto contra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Com o voto contra do Senador Suplicy.

Sempre procuramos fazer com que o Estado pague alguma coisa. O máximo que temos conseguido é 98%. O Senador Ney Suassuna propôs, hoje, para o Rio de Janeiro e espero que o Senador Jonas Pinheiro proponha, também, para o Mato Grosso, 98%, para, ao menos, começarmos o ano de 1997 com menos "generosidade". Não é generosidade; é apenas licenciosidade de nossa parte. Autorizar um Estado que não tem capacidade de administração de suas letras, como disse na CPI o Senador José Serra, a emitir mais letras é conspurcar o mercado.

Eu queria esclarecer que tive o escrúpulo de apresentar, aos membros da Comissão, uma série histórica do ano de 1996, mostrando qual foi o parecer do Banco Central e o que o Senado Federal aprovou. Essa série está aqui.

A segunda dúvida coincide com a relação das dúvidas do Senador Eduardo Suplicy: e, na verdade, são duas. Primeiro, ambos desejam - o Senador Suplicy, sob a forma de requerimento, e o Senador Francisco Escórcio, sob a forma de uma nota técnica - saber "quanto dessa dívida, quanto desse volume é proveniente de títulos emitidos para o pagamento de precatórios e a data da emissão dos títulos que serão substituídos".

Considero essa uma diligência plausível. A Comissão deve aprová-la. Voto a favor. Entretanto, entendendo que ela não pode sobrestar a tramitação do processo, porque isso não faz parte do corpo da Resolução nº 69, de 1995. Ou seja, estou pedindo uma informação, que eu não adverti, previamente, que queria. Tenho para isso uma solução institucional, porque também tenho essa dúvida. Só estou a favor dessa questão, junto com o Senador Vilson Kleinü-



bing, que gostaria de acostar a nossa proposta de correção neste problema. Qual seria a proposta? No sentido de incluir na Resolução nº 69, de 1995, esta exigência. Qual a exigência? A de que, juntamente com o parecer do Banco Central, seja também enviada a certidão do Tribunal de Contas respectivo – no caso de São Paulo, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo; no caso da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; no caso dos Estados, o respectivo Tribunal de Contas -, dizendo o que efetivamente foi aplicado no pagamento de precatórios. Será muito importante para o Senado que esse documento passe a ser exigido institucionalmente, porque, nesse caso, prevalecerá o que fizemos na terça-feira. Se isso não estiver incluído no processo, isso não vai tramitar.

O que fizemos com os Estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro? A certidão não tramita. Pelo menos, algum Senador exigirá isso. Não se trata de uma discriminação – essa palavra foi utilizada na terça-feira -, mas de uma exigência do processo completo. Para isso, será necessário darmos curso a essa proposta de resolução, que faço chegar às suas mãos e que sanaria esse problema. Para não misturar as coisas, vou falar a respeito dessa proposta depois.

Finalmente, o Senador Eduardo Suplicy deseja saber se o Banco Central se certificou que os recursos obtidos com a colocação no mercado dos títulos que agora estão vencendo foram efetivamente utilizados para pagamento de precatórios. O Banco Central vai responder o mesmo que o Sr. Alkimar Moura respondeu na CPI, ou seja, que isso não é de sua responsabilidade. Essa resposta já foi dada. E nós só poderemos exigir isso do Tribunal de Contas se impusermos essa exigência na resolução. Por isso, volto à solução institucional.

O Senador Francisco Escórcio tem uma dúvida, que era a mesma do Senador Eduardo Suplicy. Tratava-se do segundo quesito do seu primeiro requerimento; S. Ex<sup>a</sup> a retirou do seu requerimento. A dúvida é se podemos permitir a rolagem...

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** – Um esboço.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Desculpe-me. Isso já estava assinado. Isso foi apresentado informalmente.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** – Apresentei essa dúvida ao Sr. Relator e dialoguei com S. Ex<sup>a</sup>. Ouvi ponderações e resolvi retirá-la do meu requerimento.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - É verdade. Mas faço referência a essa questão porque o Senador Francisco Escórcio continua com essa dúvida.

Podemos autorizar a rolagem de títulos emitidos para pagamento de precatórios? De acordo com a Resolução nº 69/95, a resposta a essa pergunta é afirmativa, exceto para os títulos destinados a precatórios emitidos posteriormente à vigência dessa resolução. O § 3º do art. 16 dessa disposição diz que os títulos de que trata o parágrafo anterior, que são os títulos destinados ao pagamento de precatórios, não se incluem nos limites previstos no art. 4º e não são passíveis de refinanciamento. Portanto, isso se dá a partir dessa vigência.

A Resolução nº 11, que versava sobre a matéria, não falava desse assunto. Nessa resolução, o texto correspondente ao § 3º encontra-se no art. 15 e não no art. 16 e diz o seguinte: "Os títulos de que trata o parágrafo anterior não se incluem nos limites previstos no art. 4º desta resolução." O refinanciamento não é proibido. Quando os títulos anteriores foram emitidos, não havia a proibição de refinanciamento.

Como último tópico, eu gostaria de esclarecer ao nobre Senador Francisco Escórcio que essa autorização, que poderá ser por nós aprovada, não infringe a recomendação da CPI. A CPI determina que essas Letras que estão sendo investigadas – Letras destinadas ao pagamento de precatórios de São Paulo, de Alagoas e de Campinas, autorizadas pela Resolução nº 85/94 – não podem ser incluídas no acordo de renegociação da dívida. O Senado autorizou, pela Resolução nº 70 e não através da Resolução nº 69, que os Estados pactuassem com esse acordo, que, inicialmente, estava posto sob a forma de protocolo.

Diga-se de passagem que o Senado tinha autorizado o cheque em branco. Com a aprovação pela Comissão da tramitação do Projeto de Resolução nº 147/95, que hoje será apreciado pelo Plenário do Senado, o acordo, quando assinado, ainda será fiscalizado pelo Senado Federal, coisa que não existia. Não se aplica à autorização para emitir Letras de Giro de Dívida Pública a recomendação que a CPI encaminhou ao Banco Central.

Por isso, Sr. Presidente, faço chegar à Mesa a Proposta de Resolução que altera a Resolução nº 69/95 e que vem ao encontro da preocupação dos Senadores Vilson Kleinübing, Francisco Escórcio e Eduardo Suplicy. A partir da aprovação dessa proposta, todos os processos de rolagem de dívida terão que ser acompanhados da certidão do Tribunal de Contas respectivo, com a afirmação de que o dinheiro dos títulos e dos precatórios foi aplicado conforme o exigido. Mas isso deve ser feito somente



após a aprovação dessa Resolução, do inciso X do art. 13 da Resolução nº 69 e sua respectiva adequação.

Sr. Presidente, por essa razão, considero que o processo está em condições de ser aprovado pelo Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos..

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Gostaria de comunicar ao Plenário que tenho um compromisso ao meio-dia e preciso cumpri-lo com um atraso mínimo. Vamos continuar com a discussão de São Paulo.

Encerrada a discussão.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, gostaria que fosse colocado em votação o Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Quero que V. Exª continue conosco. Vou ficar aqui e V. Exª também vai continuar.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, se for permitida a discussão sobre Mato Grosso, em relação à solicitação e ao pedido de vista do eminente Senador Esperidião Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Senador, não pedi vista.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sim, suspendeu a votação até que os documentos viessem à luz nesta Comissão. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um documento em que o Estado de Mato Grosso solicitava ao Ministro da Fazenda, relatando os problemas que encontrava no Estado, que o projeto da rolagem das Letras do Tesouro do Estado viesse para cá, e com certeza era preciso rolar essa dívida.

Pois bem. No dia 17 de janeiro de 1997, o Sr. Américo Cansado de Amorim, Secretário do Tesouro Nacional em exercício, respondendo esse documento do Sr. Governador, referiu-se a esse documento em ofício....

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Senador Jonas Pinheiro, em razão da escassez de tempo, gostaria que o nobre Relator dissesse apenas se estão sendo cumpridas as exigências.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sim, claro. Com esse documento do Tesouro Nacional entendemos que tenham sido cumpridas as exigências levadas a efeito por esta Casa na última reunião desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Em discussão.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor. É com relação à questão de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Por favor, não estamos discutindo São Paulo, estamos discutindo Mato Grosso.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Porque não deram chance.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Está em discussão Mato Grosso. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Item referente ao Rio de Janeiro. Relator: Senador Ney Suassuna.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Pois não.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** - Há **quorum** para a votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Se V. Exª vai exigí-lo, há **quorum** no livro. Nós só nos reunimos, só iniciei os trabalhos com a presença de **quorum**. Se V. Exª quer proceder de outra forma no momento da votação, cabe a V. Exª...

Em votação o processo relativo ao Rio de Janeiro.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, agora, o processo relativo a São Paulo.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Sr. Presidente peço verificação de **quorum** porque a matéria foi discutida, mas, na minha ótica, não foi esclarecida como deveria ser. O esclarecimento tem que vir do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – A verificação de **quorum** a que V. Exª se refere é evidentemente referente ao Rio de Janeiro.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Não, a São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Ainda não chegamos lá.

**O SR. (Não Identificado)** - Está em discussão o Rio de Janeiro, Sr. Presidente. S. Exª pede verificação de **quorum** com relação à matéria de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Não, a São Paulo, agora.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Rio de Janeiro é matéria vencida, Sr. Presidente. Estou pedindo de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - Como ainda está transcorrendo o prazo legal para o pedido de vista e foram solicitadas informações ao Banco Central que poderiam complementar a informação relativa à matéria de São Paulo, sugiro que possamos completar isso até a próxima terça-feira, quando votaremos essa matéria já com os dados do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – O requerimento de V. Ex<sup>a</sup> foi debatido, lido exaustivamente. V. Ex<sup>a</sup> sabe que o que deseja não está exigido na legislação. Trata-se, portanto, de uma solicitação que, no caso, não se enquadra. É claro que a Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, mas sem prejuízo da tramitação do processo, porque sua solicitação não é uma exigência da legislação atual.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - Sr. Presidente, de qualquer forma, gostaria que fosse encaminhado o meu requerimento e que, para essa matéria, houvesse **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – A Mesa decidiu que vai encaminhar a sua solicitação.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, estamos fazendo um apelo ao nobre Senador Francisco Escórcio para que retire o seu pedido de verificação de **quorum**, pois, se não houver **quorum**, a análise de vários projetos não será feita e há assuntos interessantes além desse que envolve São Paulo – com certeza também interessante -, que podem ser discutidos nesse final de ano. Há assuntos importantes a serem discutidos, sobretudo quanto à rolagem dessas letras que estão vencendo. Sendo assim, fazemos um apelo ao nobre Senador para que retire...

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Aceito a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Senador Vilson Kleinübing, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – O Senador Suplicy disse que também gostaria que houvesse **quorum**.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Eu gostaria sim, para termos as informações...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – O Senador Eduardo Suplicy é Senador por São Paulo e tem mais responsabilidade do que nós sob todos os aspectos. Se ele considera – quero que isso conste em Ata – como Senador de São Paulo, que não é importante nem urgente a aprovação de uma matéria que,

do ponto de vista da Resolução nº 69/95, está integralmente esclarecida, S. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito, mas arca com a responsabilidade política disso.

O Senador Suplicy tem todo o direito de pedir verificação de **quorum**. É um Senador exemplar, trabalhador; participou, em nome do Senado, do enterro do Senador Caxias. É um Senador exemplar; agora, não há um quesito juridicamente exigível que não esteja aqui esclarecido. Pode ser politicamente exigível, partidariamente exigível; pode ser que estejamos aqui vendo o terceiro turno da eleição de São Paulo, porque, do ponto de vista formal, não há o que perguntar, Sr. Presidente. Faço questão de que isso fique registrado em Ata. É um direito de S. Ex<sup>a</sup> pedir verificação de **quorum** mas com a responsabilidade política conseqüente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Eu gostaria de suspender por uns instantes a votação de São Paulo para procedermos à votação do Mato Grosso do Sul.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, aí a reunião cairia. Isso seria discriminar, Sr. Presidente. Se está pedindo verificação do **quorum** na apreciação do processo de São Paulo, caiu a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Mas o do Rio de Janeiro está resolvido.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – O do Rio de Janeiro passou. De boa-fé ninguém faria isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, com o pedido de verificação de **quorum**, não há mais o que discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Sim, mas o Senador Vilson Kleinübing pediu a palavra.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Quero fazer uma colocação especialmente ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Francisco Escórcio: 98% é uma tentativa, iniciada no ano passado, da própria Comissão, de estabelecimento de um mínimo de resgate de títulos. É uma luta interna nossa, uma luta dos membros da Comissão para se chegar a esse valor.

Veja bem, estamos cometendo injustiças. Um Estado bem administrado, uma Prefeitura bem administrada, que não tem dívidas...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Tinha capacidade de pagar até mais do que estamos dando.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – ... que não tem dívidas, estamos mandando resgatar mais. Um Estado mal administrado, um Estado que não controla



sua receita, sua despesa, que chega no limite de 100%, nós, por recomendação do Banco Central, estamos dando 100%. Estabeleceu-se 98% como mínimo. A rigor, todos os valores estão equivocados: 98%, 95%, 94%, 90%. Teríamos que estar autorizando de acordo com o que estabelece a Constituição: a rolagem do principal e o pagamento dos juros. Isso é o que diz a Constituição.

O segundo aspecto, Senador Suplicy, seria o seguinte: não há a mínima hipótese de se burlar na questão dos precatórios. A Resolução nº 69 expressa claramente. É nulo o ato do prefeito, é nulo o ato do governador se ele rolar dívidas de precatórios a partir da Resolução nº 69/95. Antes da Resolução nº 69/95, ele podia fazer isso, porque nada o impedia.

Além disso, o procedimento que estamos adotando – porque está de acordo com o pensamento nosso, com o do Senador Suplicy, com o do Senador Esperidião Amin, de todos nós – é o de estabelecer na Resolução que quem não prestar contas, para o futuro, não conseguirá rolar nada. Estaremos, assim, definindo uma regra para que isso seja resolvido.

Por isso peço: vamos votar, vamos limpar esta pauta. Do contrário, esta reunião vai acabar se transformando num discurso político, o que não é o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Senador Suplicy, concedo-lhe a palavra. Peço a V. Exª que seja rápido, porque já estou atrasado para um compromisso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, quando é para tratar do caso de Santa Catarina, os Senadores Esperidião Amin e Vilson Kleinübing têm mostrado uma energia fantástica, uma disposição incomum, muito superior a do "Senador Caxias" em qualquer episódio referente à luta pela justiça na terra no Brasil, pela distribuição da estrutura fundiária.

O Senador Esperidião Amin considerou corretas e adequadas as informações que solicitei. Gostaria de voltar ao assunto pelo motivo de essa matéria estar sendo objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito. E os dois têm sido extremamente diligentes, têm sido exemplos quanto a averiguar as coisas em profundidade, para obter informações quando se trata de Santa Catarina.

Então, cumpro com o dever que tenho para com a cidade onde moro. Trata-se, assim, do cumprimento de um dever de Senador.

Peço verificação de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Francelino Pereira) – Então, Senador Suplicy, teremos de encerrar os trabalhos porque, notoriamente, não há **quorum**.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h 15min.)*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,

**Criada através do Requerimento Nº 1.101, de 1996-Sf, destinada a "Apurar Irregularidades Relacionadas à Autorização, Emissão e Negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos Exercícios de 1995 e 1996".**

**Ata da 4ª reunião realizada no período da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, em 30 de Janeiro de 1997.**

Às quatorze horas e vinte e dois minutos dos trinta dias do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e noventa e sete, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Geraldo Melo (Vice-Presidente), Roberto Requião (Relator), Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Esperidião Amin, Vilson Kleinübing, Hugo Napoleão, Nabor Júnior, Casildo Maldaner e Edison Lobão, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a **"apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bernardo Cabral, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência coloca em votação o requerimento do Senhor Relator, Senador Roberto Requião, "de transferências dos sigilos fiscal, bancário e telefônico das seguintes pessoas jurídicas e de seus diretores, sócios e agentes: IBF, Vector, Divisa, Negocial, Perfil, Vitória, Paper, JHL, Áurea, Contrato DTVM, Olímpia DTVM e FN – Negócios e Participações S/A, bem como balancetes mensais de 1995 e 1996, dados cadastrais das juntas comerciais das empresas e das participações das pessoas físicas", que é aprovado por unanimidade. A seguir, a Comissão delega ao Senhor Relator-Adjunto, Senador Vilson Kleinübing, a tarefa de acompanhar, junto ao Banco Central e aos Tribunais, o andamento dos documentos solicitados pela Comissão. Logo após, a Comissão fixa o seguinte cronograma de depoimentos: dia 5 de fevereiro: Senhores Oscar Falk, Ex-Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Carlos Eduardo Ferreira, Assessor do Diretor Financeiro do Defin (Banco do Estado de



Santa Catarina) e Paulo Sérgio Prisco Paraíso, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina; dia 19 de fevereiro: Senhores Ibrahim Borges Filho, Presidente da IBF Factoring, Yoshiaki Nakano, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e Ariovaldo D'Ángelo, Diretor Financeiro do Banco do Estado de São Paulo; dia 20 de fevereiro: Senhores José Antônio de Freitas, Secretário das Finanças do Município de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, Coordenador da Dívida Pública do Município de São Paulo e Geraldo Biasoto Júnior, Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Campinas; e dia 26 de fevereiro: Senhores Jairo Cândido, Secretário de Economia e Planejamento da Prefeitura de Guarulhos, Roberto Sanchez, Secretário de Negócios da Fazenda da Prefeitura de Osasco e Eduardo Campos, Secretário de Finanças do Estado de Pernambuco, ficando a oitiva do Senhor José Pereira de Sousa, Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, para ser marcada posteriormente pela Comissão. Usaram da palavra no decorrer dos trabalhos os Senhores Senadores Roberto Requião, Vilson Kleinübing, Esperidião Amin, Casildo Maldaner, Geraldo Melo, e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece aos presentes e encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

*Anexo à Ata da 4ª Reunião de 1997 da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996", realizada em 30-1-97, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.*

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**.  
Vice-Presidente: Senador **Geraldo Melo**  
Relator: Senador **Roberto Requião**  
Íntegra de acompanhamento taquigráfico

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Está aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.

Consulto o eminente Relator e os eminentes Senadores Esperidião Amin, Casildo Maldaner, Vil-

son Kleinübing e Nabor Júnior, já que é esta uma reunião de trabalho, se a realizamos a portas fechadas, sem microfone. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimento do eminente Senador Casildo Maldaner, pedindo o depoimento do Sr. Fernando Ferreira de Melo Júnior, Presidente do Banco do Estado.

Em votação o requerimento.

**O SR. GERALDO MELO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Senador Geraldo Melo, V. Exª tem a palavra.

**O SR. GERALDO MELO** – Sr. Presidente, V. Exª está submetendo à aprovação o requerimento de convocação?

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Senador Geraldo Melo, estes requerimentos estão vindo da reunião passada. Como naquela reunião, ao final, eu havia solicitado a V. Exª o cumprimento de uma determinação em nome da Presidência, V. Exª teve de se ausentar. Por sua vez, o eminente Senador Relator também, e eu acabei ficando aqui na companhia do Senador Casildo Maldaner e do Senador Eduardo Suplicy até as 11 horas e 30 minutos da noite, mas não havia número para votar. Portanto, deixamos para esta reunião interna, porque foi uma solicitação do eminente Senador Vilson Kleinübing, para que não tomássemos esse tipo de decisão com a presença de depoentes.

Esses requerimentos são oriundos da última reunião, mas verifico que está chegando outro do Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, creio que o objetivo desta reunião não é apenas apreciar requerimentos, mas pediria que o primeiro tópico fosse a fixação de nosso regime de trabalho, pois só estamos nos reunindo para ouvir pessoas.

Todos nós temos pressionado o Presidente da Comissão por colher informações que dependem de depoimento e, sinceramente, não conhecemos todas as informações que já nos chegaram. Como Comissão, não conhecemos nada porque nunca nos reunimos para ler uma página do Relatório do Banco Central. Tenho conhecimento de que o Banco Central já enviou um dossiê muito grande, felizmente.

Não estou criticando o Relator nem ninguém. Felizmente, temos um Relator diligente trabalhando



nisso e dois Relatores-Adjuntos, mas as nossas reuniões não podem se limitar à oitiva, até porque elas têm sido pouco produtivas.

Então, proponho que, ouvido o Relator, seja estabelecido um regime de trabalho compreendendo a vista do plano de trabalho; temos que produzir um relatório. Esse relatório se divide nos tópicos do plano de trabalho. O primeiro tópico é: da legalidade, consistência das autorizações. Parece-me que já há elementos para conhecer essa primeira parte do relatório, porque as operações estão delimitadas – são oito -, todos os processos já são conhecidos. Penso que essa parte é de fácil vencimento. A segunda parte, que depende de manifestação do Tribunal de Contas respectivo, do Tribunal de Justiça, a última notícia que obtive do Senador Requião é que alguns tribunais já haviam respondido, mas a maioria não havia respondido.

E, finalmente, o grande emaranhado, digamos, da tramitação financeira dos títulos. Se ficarmos nos detendo, como até agora estamos sendo tentados, no emaranhado do roteiro financeiro desses papéis, não vamos tratar adequadamente do primeiro e do segundo tópico. Por isso, e assim encerro, tenho três sugestões a apresentar.

A primeira é que V. Ex<sup>a</sup>, ouvidos os membros da Comissão, estabeleça um regime de trabalho para nós. Terça-feira às 14h vamos nos reunir internamente, para conhecer e discutir sobre papéis, tratar do expediente, convocações, o que for necessário.

Segundo, acompanhar nessa reunião o que há sobre o relatório. Se um depoimento, digamos, do Relator, o que já tenho delineado para compor o meu relatório, o que está dependendo de diligência, do plano de trabalho, o que já vencemos e o que não. Temos um prazo finito.

Finalmente, as duas tarefas externas que temos são diligências e oitivas. Essas tarefas externas, vamos chamar assim, em que a televisão vai estar presente, teriam também o respectivo dia da semana ou dias – pode ser quarta ou quinta-feira – para se desenvolverem, mas sem prejuízo do processamento das informações.

Sr. Presidente, quando recebemos relatório de sigilo telefônico e de sigilo bancário, contábil e fiscal, se deixarmos isso tudo nas costas da assessoria e do Relator, ele vai fazer um belo relatório, mas não vamos saber o que contém. É para isso que gostaria de alertar.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra sobre a matéria?

Então, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, e a seguir solicitarei a manifestação do Relator.

Peço que quem queira manifestar-se sobre a matéria que o faça antes do Relator, para que ele possa responder a todos.

**O SR. GERALDO MELO** – Sr. Presidente, minha intervenção é na mesma direção daquela do Senador Esperidião Amin, porque queria confessar que me sinto totalmente perdido.

Conversando informalmente com o nosso prezado e querido amigo, o eminente Relator, Roberto Requião, estava dizendo que me sinto totalmente desinformado do que realmente a CPI sabe. Imaginava que pudéssemos ter a informação, em algum lugar, de qual é a situação de cada um dos estados. O Estado de Pernambuco tinha direito, tecnicamente, a emitir tanto. Emitiu quanto?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – É a primeira parte.

**O SR. GERALDO MELO** – A partir daí, em relação a esse Estado, podemos fazer ou complementar as informações ainda sem oitiva formal. Pode a Comissão dirigir-se ao governador de Estado, por escrito, dizendo o que encontramos e perguntar quais são as suas explicações.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – ...três para fazer uma diligência...

**O SR. GERALDO MELO** – Recebidas as respostas, se não ficarmos satisfeitos com os esclarecimentos, aí, sim, convocaremos quem quisermos.

Vi aqui na ata, cuja leitura foi dispensada, que estamos com três depoimentos marcados para o dia 5 e mais nove agendados, convocados, mas sem data. O que gostaria de propor é que não convocássemos mais ninguém até que concluíssemos a oitiva dos que já estão convocados, e que esse plano de trabalho estivesse de acordo com a estrutura aprovada pela Comissão e proposta pelo Relator – que todos consideramos um excelente plano de trabalho -, para que tudo pudesse seguir de forma eficiente, para que, ao final, cheguemos a resultados.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>: do que adianta termos cinco metros cúbicos de contas telefônicas? Elas estão aí, e daí? Se não vamos examiná-las, é melhor não pedi-las. Se pedimos e recebemos, temos de nos debruçar sobre esses documentos, procurar compreendê-los e chegar a algum lugar com essas informações.

Como tenho certeza de que estamos diante de um grupo de pessoas de responsabilidade, que estão interessadas no melhor e mais cabal esclarecimento desse assunto, complementaria a proposta



do Senador Esperidião Amin, sugerindo que, agora, só convocássemos alguém se houver uma razão materialmente clara e nítida de que é preciso convocá-lo imediatamente ou depois de havermos concluído a oitiva dos que já estão convocados.

Era essa minha intervenção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Com a palavra o eminente Relator.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Estamos falando a mesma linguagem, com alguma desinformação por parte dos Srs. Senadores membros da Comissão.

Estamos fazendo uma reunião de trabalho todas as terças-feiras, às 17 horas. O que ocorre é que os Srs. Senadores não têm comparecido às reuniões de trabalho. A reunião de trabalho foi marcada às terças-feiras pela Comissão, votada em plenário; foi estabelecida pelo conjunto dos Senadores que fazem parte da Comissão. Só têm aparecido nas reuniões os Senadores Vilson Kleinübing e Eduardo Suplicy. O Senador Esperidião Amin apareceu uma vez apenas.

Nessas reuniões, discutimos com a assessoria os processos que cada um dos assessores está encarregado de relatar. Temos extraído relatórios parciais que, por serem uma informação preliminar, não tenho trazido à Comissão, porque não vou trazer um relatório com o qual não sei se vou concordar e apor a minha assinatura ao fim e ao cabo.

Além disso, por que sugerimos a convocação dessas pessoas? Porque atravessamos uma fase de recesso de Tribunais de Conta e de Tribunais de Justiça. As informações do Banco Central têm chegado a conta-gotas: não recebemos nenhum dado sobre o Rio Grande do Sul e sobre Pernambuco e chegaram algumas informações pinçadas e incompletas sobre São Paulo. Isso dificulta a elaboração do relatório, mesmo preliminar.

Para que a Comissão não parasse, sugeri, então, que, sobre os documentos que fazem parte dos processos que tramitaram pela Comissão de Assuntos Econômicos, convocássemos secretários de Fazenda de Municípios e Estados na época em que os precatórios foram enviados ao Banco Central com o pedido de emissão de títulos. Por quê? Porque vamos pegar todos esses documentos e os secretários convocados, sob juramento, vão ter de dizer exatamente se confirmam ou infirmam os documentos que mandaram, alguns deles dúbios – dubiedade que foi aceita pelo Banco

Central, mas que não deixa clara sua verdadeira intenção.

Comparecendo a essas oitivas, que entendo devem ser muito breves, eles confirmam ou infirmam as informações. E quando recebermos as informações dos Tribunais de Contas e dos Tribunais de Justiça, teremos apenas que cruzar os dados e estabelecer uma consistência. Imediatamente, poderemos entregar os relatórios da primeira fase do processo, que é a investigação sobre se existiam precatórios, se a declaração pública editada de parcelamento também existiu, se os títulos emitidos serviram para pagar precatórios ou foram desviados.

Ouvidas essas pessoas sugeridas, teremos apenas que aguardar os relatórios dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais de Conta, que estão saindo do recesso, e teremos encerrada a primeira fase da CPI.

Isso não impede, no entanto, por falta de informações, para que a CPI não se paralise, que avancemos um pouco sobre a questão negocial; as denúncias surgem todos os dias, várias pessoas me procuram trazendo informações. É um caminho paralelo que, para mim, não é o principal nesse momento.

Em uma semana ouvimos todas essas pessoas e mais alguns três ou quatro que os Srs. Senadores pediram que sejam incluídos. Terminada essa oitiva, recebidos os documentos – se esses documentos não chegarem, teremos de começar a despachar assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Tribunais para tratar disso ou eu e o Senador Bernardo Cabral tentaremos, pessoalmente, agilizar esse processo.

O relatório inicial está pronto. Existe defeito formal ou não existe? O Banco Central examinou esses documentos ou não examinou? Os recursos foram utilizados para pagar precatório ou não? E inclui nessa primeira fase, se o Banco Central nos permitir, uma análise dos deságios oferecidos na primeira venda. Mas essa análise só será verdadeira quando soubermos sobre o comportamento do mercado na época, quanto de deságio outros títulos federais – que terão sempre um deságio menor – e outras espécies de títulos tinham no mercado, como eram tratados esses títulos, senão, qualquer avaliação será uma avaliação ligeira, para não dizer leviana.

Creio que esse processo vai indo muito bem. Só que parece que os Senadores não perceberam que toda terça-feira, às 17 horas, temos uma reunião de trabalho.



**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – A reunião de hoje foi antecipada por requerimento.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Alguns Estados pediram ao Relator a oportunidade de conversar pessoalmente. Não queriam uma audiência pública, não queriam a imprensa. Queriam conversar pessoalmente para dirimir dúvidas. Em vez de conversar pessoalmente, tenho conversado na presença dos seis assessores da Comissão. Temos dirimido algumas dúvidas e levantado outras tantas. Então, se não tivéssemos esses 10 dias de interrupção, Senador Geraldo Melo, ousaria dizer que em 20 dias esta comissão teria os relatórios primários, conforme o programa estabelecido desde o início.

Insisto: o Banco Central está demorando a trazer as informações.

**O SR. (Não identificado)** – O que pode ser feito pelos Tribunais de Justiça e pelos Tribunais de Contas?

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Os Tribunais de Justiça, por um erro da Comissão – assumimos eu e o Cabral esse erro -, acabaram não sendo intimados quando intimamos os Tribunais de Contas, porque houve o entendimento de que a intimação ao STJ e ao Presidente do Conselho da Magistratura seria suficiente e que ele tomaria a providência de convocar todos os tribunais. Realmente ele fez isso, mas não sei com que velocidade, e acabamos perdendo um pouco de tempo.

Acho que, neste momento, esse problema já está sanado. O Senador Bernardo Cabral já enviou documentos a todos os Tribunais de Justiça. E temos tido informações extremamente importantes, mas algumas dessas informações não podem vir a público, umas, porque prejudicariam a oitiva das testemunhas; outras, pelo risco de não serem verdadeiras e comprometerem Estados e Municípios sem que a comissão tenha uma base fática para fazê-lo.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup> está de acordo com a matéria? É sobre o assunto, Senador?

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Havia pedido a palavra antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Perdoe-me. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Queria acrescentar o seguinte: é evidente que iríamos chegar a um momento aqui na CPI em que teríamos opiniões diversas sobre qual o caminho a seguir, devido ao volume de informações e o volume de audiências

que a imprensa acaba tomando do Relator e dos membros da comissão.

Mas creio que esse trabalho pode ser resumido em dois relatórios que responderiam a duas perguntas básicas. Uma delas seria: preencheram os documentos corretamente dentro da lei? A segunda seria: venderam corretamente?

No nosso caso, haveria uma terceira parte, porque, no meu entendimento, quem vai decidir o que fazer com as informações são as CPIs Estaduais no processo de negociação indireta e o Ministério Público.

A terceira pergunta a ser respondida, que vai depender muito de nós, seria: qual o papel das fundações, das estatais, na compra desse título? Esse assunto diz respeito ao Congresso Nacional.

**O SR. (Não Identificado)** – E dos fundos de investimento.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – E dos fundos de investimento. Mas essa é a última parte do processo.

Concordo com o Senador Requião quando S. Ex<sup>a</sup> diz que, em um curto prazo, em duas semanas de trabalho, conseguimos fazer a primeira parte do relatório.

Quais os documentos que cada Estado tinha que apresentar e de que forma tinha que ser o documento? Aliás, para comprar títulos, até fazem uma **checklist**. Esta **checklist** que tenho em mão é da Fundação Telebrás. Verifica-se se o processo está completo e se os documentos são legítimos.

Nós ainda estamos discutindo com o Banco Central se a decisão é editada, é publicada ou não é. A nossa posição é de que dever haver uma publicação clara, definida, para ter o valor.

Após levantarmos todos esses dados e recebermos dos tribunais o valor dos precatórios, vamos ficar sabendo claramente quem nos enganou, por que nos enganou e com que documentos nos enganou.

A segunda parte é a venda. Essa é complicada. Temos que saber como escrever o pedido de quais telefones queremos o sigilo quebrado. De que forma queremos que o Banco Central levante a quebra do sigilo bancário? Isso temos que mandar, porque, senão, eles vão mandar um caminhão de papel para cá. Não sei se já foi solicitado ao Banco Central ou à Telebrás a quebra do sigilo telefônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Senador Vilson Kleinübing, essa é uma circunstância... Agora mesmo estão vindo à Mesa dois requerimentos para transferência de sigilo bancário de dez ...



**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, a minha pergunta é a seguinte: V. Ex<sup>a</sup> já assinou algum ofício à Telebrás pedindo a quebra de sigilo telefônico?

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Ainda não. Pelo menos ainda não me trouxeram. Foram para o Banco Central aqueles que haviam sido requeridos aqui.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - E das empresas? Banco Votor?

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O Relator ainda não me trouxe.

Eminente Senador Roberto Requião, o ofício para a companhia telefônica quanto ao Votor ainda não me foi trazido às mãos para assinatura.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) - O Hipólito ficou de fazer uma relação daquelas principais companhias. E ele está aqui, agora.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, a segunda parte: qual o trabalho do Relator-Adjunto. Senador Roberto Requião, por que não dividimos o trabalho? Eu podia pegar uma parte do processo, o Senador José Serra pegava outra...

A preparação do relatório é de todos; o levantamento do volume de precatórios e a comercialização é da responsabilidade de todos. Cada um fica com uma parte do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Primeiro, deve-se saber quando foi feito o pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Agora isso depende do acerto do Relator.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Praticamente, estou à disposição da CPI o tempo todo. Só que não consigo produzir. É essa a minha ansiedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup>, o Vice-Presidente desta Comissão, os demais companheiros e eu temos tomado conhecimento de algumas coisas por intermédio da imprensa, não é?

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Já que a imprensa tem dado muitas informações, a minha preocupação é a de que as pessoas que cometeram algum equívoco possam estar escondendo ou corrigindo todos esses equívocos. No momento em que formos interrogá-los, será tarde demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Quero dizer aos eminentes colegas da Comissão que, desde o começo, tenho me recusado a dar declarações e entrevistas quanto ao que se passa aqui dentro. De modo que o que vai para a imprensa, posso

lhe dizer, Senador Kleinübing, não é informado por minha pessoa. Sempre tenho deixado as entrevistas para o Relator.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, como Relator-Adjunto, estou à disposição desta Comissão, se necessário 24 horas por dia, para pegar uma parte do trabalho. Vou combinar com o Senador Requião para ver que parte que ele me delega.

Como um dos que procuraram criar esta CPI, vejo que o plano está certo. O nosso drama, agora, vai ser o que pedir ao Banco Central e à Telebrás e como dividir as tarefas para que cada um possa contribuir com seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Então, vamos chamar as questões de ordem para as decisões. Aliás, não são questões de ordem, são manifestações pela ordem para chegarmos a uma conclusão.

Primeira, do Senador Esperidião, à vista de termos para o dia 5 de fevereiro, quarta-feira, três e mais nove depoimentos, em data que poderemos marcar agora, para que não se diga ou não se faça invencionice de que o Presidente tem preferências por datas – eu, aqui, não tenho preferência por ninguém; fico até contrafeito de ver que tenho inimigos gratuitos, que espalham aquilo que não mereço; de qualquer maneira, é a vida, eu estou acostumado a isso. O Senador Esperidião Amin deseja que se dê continuidade ao que foi estabelecido no roteiro de trabalho, na sequência levantada pelo Senador Geraldo Melo e por V. Ex<sup>a</sup>.

Acontece que temos aqui alguns requerimentos que terão que ter uma decisão hoje. Um deles é um requerimento do eminente Senador Roberto Requião pedindo a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da pessoa jurídica FN Negócios e Participações S.A. que depois ele esclarecerá por quê. E um outro...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, em uma reunião como esta, no que toca aos requerimentos, a principal finalidade é que eles precisam ter uma fundamentação mínima. No caso, o Relator é o mais credenciado de todos e nos informaria, já que ele sabe mais do que nós porque examinou...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O Relator é o autor deste.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Pois é, ele nos diria isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O outro requerimento, de autoria do eminente Senador Vilson Kleinübing, pede a transferência de nove pessoas jurídicas. S. Ex<sup>a</sup> fará o devido esclarecimento.

Temos um requerimento do eminente Senador Vilson Kleinübing pedindo depoimento de Ibrahim Borges Filho; Fernando Ferreira de Melo Júnior; do Banco do Estado de Santa Catarina e de Francisco José Grossi. Acontece que o eminente Senador Casildo Maldaner havia pedido também o depoimento de Francisco? Ferreira de Melo Júnior anteriormente.

**O SR. CASILDO MALDANER** – É o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – São os mesmos. Um dos requerimentos, então, se acoplará ao outro, ou, se o Plenário entender, será julgado prejudicado.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – O Banco Votor tem como principal acionista, segundo informação oficiosa do Banco Central, a FN Participações, que tem 75% das ações do Banco – FN – Fábio Naoum. Então, nós vamos quebrar o sigilo do banco sem quebrar a do FN Participações, que é o controlador? Fábio Naoum e mais quem? Essa é a motivação. É uma complementação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Senador, ao aprovar o FN, eu mesmo não sabia do que se tratava. Agora, diante da sua explicação, tenho de congratular-me e dizer que já devíamos ter feito isso antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Em votação o requerimento do Senador Roberto Requião.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Sr. Presidente, quanto à explicação que me pediram sobre a quebra de sigilo bancário, eu gostaria de acrescentar: em vez de colocar como proposta, quero delegar isso ao Relator-Adjunto, Senador Vilson Kleinübing, e colocar essa proposta aqui, que foi extraída dos documentos que temos até agora sobre as empresas que tiveram maior participação nos ganhos e nas perdas.

Então, o texto seria o seguinte: requeiro a quebra do sigilo bancário e telefônico das seguintes empresas: Votor, Divisa, Negocial, Perfil, Vitória, Paper,

JHL, Áurea – parece que não quebramos até agora o sigilo da JHL por um esquecimento -, Contrato e Olimpia.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – E a IBF?

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – É a primeira, IBF.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Já foi aprovada.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Balançetes mensais de 95 e 96, sigilo bancário dos diretores, no mesmo período – o Banco Central já nos deu uma lista dos diretores, faltava só o Divisa, mas isso será completado. Foi uma falha do Banco Central, que nos informou extra-oficialmente; declaração de renda – ano-base 1994/1995 das pessoas físicas e jurídicas. Na Junta Comercial, sobre os registros cadastrais das empresas e sobre a participação das.... Fica estabelecida a regra de que, daqui para a frente, chegue à minha mão documento datilografado, ou com Champollion ao lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Eminente Senador Roberto Requião, que venha pelo menos em letra de forma, porque além de eu não ter a vocação de Champollion, isso não é a pedra de Roseta.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – "(...) e com a participação das pessoas físicas".

Então, trata-se da quebra do sigilo bancário e telefônico das instituições, dos seus sócios e diretores.

Além disso, devemos procurar nos cartórios a situação patrimonial: os imóveis adquiridos e pertencentes às pessoas físicas dos partícipes dessas empresas, dos sócios, dos quotistas. Essa é uma tarefa que teremos de fazer nos cartórios, porque não há quem vá. E comensais.

Então, essa é a proposta que passo ao Senador Vilson Kleinübing; é a proposta inicial.

A quebra do sigilo bancário dos telefones, pedida pelo Senador Esperidião Amin, está a aguardar a resposta pelo Banco Central dos números de telefone usados pelas Diretorias do Cetip e do Dedip. Não podemos solicitar quebra de sigilo de telefones que não conhecemos.

Teremos de nos louvar numa informação do banco oficial sobre os telefones celulares e oficiais do gabinete de cada um desses funcionários.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.



**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Penso que estou conseguindo ler isso aqui.

Agora, a quebra de sigilo bancário acostada, a primeira que foi aditada, era de diretores, sócios e agentes.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Sim, mas não temos conhecimento do nome dos agentes ainda.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Quando tomarmos conhecimento dos agentes poderemos quebrar.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Nós quebraremos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Isso já está autorizado.

A segunda observação, com base no que está aqui, é sobre quando teremos o ano-base 1996. Qual é o prazo para a declaração de Imposto de Renda?

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Abril.

Senador Vilson Kleinübing, V. Exª tem a palavra.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, só queria fazer mais uma pergunta ao Senador Roberto Requião. Em alguns daqueles processos, já há o nome da empresa que fez a proposta: "Eu me proponho a comprar (...)". E o Secretário da Fazenda autorizou que aquela empresa comprasse aqueles títulos. Estão nessa relação?

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Não, essa relação foi...

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Dos maiores ganhos?

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Dos maiores ganhadores e perdedores. A Olimpia, por exemplo, perdeu em todos; é uma perdedora nata.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Essa, Sr. Presidente, era basicamente a proposta que eu queria fazer no início daquela operação. Depois, fomos seguindo para outras que não têm nada a ver, e acabamos criando até um problema para os pequenos, que entraram no mercado, ganharam R\$10 ou R\$20 e perderam.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – A menor delas é a IBF.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Lógico, menor em termos de valor ganho.

Não quer dizer que, mais tarde, não tenhamos de verificar por que elas entraram no processo ou algo parecido, mas, para começar a trabalhar, o Senador Roberto Requião está absolutamente correto: estes aqui são os causadores.

Além disso, penso que a origem de tudo são só dois: o Vetor e a Divisa; os outros estão junto com eles.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Senador Vilson Kleinübing, V. Exª me permite um aparte?

Conversei com o Dr. Gustavo Loyola, do Banco Central, que ficou de nos mandar uma sugestão de quebra de sigilo. S. Exª me declarou que a quebra de sigilo por atacado era o que a Comissão havia feito de mais importante, para que o Banco pudesse trazer os dados à Comissão e investigá-los com tranquilidade.

No entanto, o Banco Central promete, mas cumpre com alguma demora. Por exemplo, os documentos que o Banco Central mandou antes de ontem foram inócuos. São documentos que permitirão apenas verificar se os dados do relatório parcial do Banco Central têm consistência ou não. Não é mais ou menos isso, Marcos?

Então, são os documentos nos quais eles se basearam para fazer o relatório. Até agora, não pusemos em dúvida aquele relatório; foi uma maneira de trazer documentos sem trazer coisa alguma.

Agora, não mandaram documento algum do Rio Grande do Sul, não sei por quê. Não temos qualquer dado do Rio Grande do Sul e continuamos com os dados incompletos de São Paulo.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Senador Roberto Requião, V. Exª me permite?

Se V. Exª me delegar essa tarefa, irei ao Banco Central e darei expediente lá. Dentro da própria Diretoria, pegarei cada processo e mandarei os seus documentos originais de cada processo.

Para eu poder realizar esse trabalho, a CPI precisará dizer-me quais os documentos que consideramos válidos e que são corretos. Quer dizer, precisa ter o documento editado? Vou lá e verifico qual o Estado que apresentou o documento editado do Município. Esse aqui apresentou; esse não apresentou. Pronto, coloco lá.

É necessário que tenha a relação do Tribunal de Justiça sobre precatórios? Quais os que apresentaram? Vou lá e verifico. Essa parte do requerimento inicial, trabalhando dentro do Banco Central, um de nós aqui da Comissão, com dois ou três assessores, vamos para lá, ocupamos uma sala e, numa semana, arrancaremos esse relatório de lá. Essa a proposta que queria fazer.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Feita a delegação, espero que não seja só minha, mas da Comissão inteira.



**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – A Comissão interpreta o pensamento dos companheiros. A sugestão de V. Ex<sup>a</sup> é absolutamente racional e perfeita. Além disso, é valiosa. De modo que a delegação está feita. Vamos discutir...

**O SR. (Não Identificado)** – Apenas uma observação a mais, para complementar a informação...

**O SR. (Não Identificado)** – Sr. Presidente, só acrescentando aqui: ele quer é um parâmetro, pelo que entendi.

**O SR. (Não Identificado)** – Prepara uma proposta de parâmetro para a próxima terça-feira.

**O SR. (Não Identificado)** – Aí, sim.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Só complementando a indagação do Senador Geraldo Melo. O que existe hoje, como certeza absoluta, é que certamente nenhum - talvez, tenha uma exceção, num determinado período não em relação ao Estado inteiro ou Município - dos pedidos de precatório correspondia, na sua totalidade, a precatórios existentes. Então, a fraude é uma constante em todos os pedidos de precatórios.

Hoje, pela manhã, mandei escanear as planilhas e colocar a planilha escaneada numa transparência. Quero sobrepor essa transparência, na Comissão, a todos os processos. A minha intenção ou a minha pretensão é provar que foi o mesmo programa de computador ou o mesmo disquete que imprimiu as planilhas, que podem ter dados diferentes, mas têm a mesma configuração física e o mesmo **lay out**. Com contrato, ou sem contrato, com contrato só de venda, sem contrato de sucesso, creio que foi o mesmo disquete que deu origem a todas as planilhas em praticamente todos os processos.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – É sobre a matéria, Senador Geraldo Melo? Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. GERALDO MELO** – Creio que essa Comissão não terá por que se preocupar com que haja alguém que seja totalmente puro ou totalmente impuro porque o nosso dever é o de apurar a verdade inteira. Se todos forem impuros, se estiverem irregulares, todos deverão ser ferrados.

O meu receio é que assumamos o papel de promotor público e não de juiz; que estejamos partindo do pressuposto de que tudo que foi feito pela empresa "a" ou pela empresa "b" envolve uma irregularidade, um ato de corrupção.

Inclusive, quero registrar uma experiência pessoal que tive no passado, quando fui ligado a uma atividade de consultoria econômica durante alguns

anos - criei meus filhos fazendo isso. O contrato de risco, por parte do consultor, que se chama contrato com cláusula de sucesso não é necessariamente uma imoralidade. Não implica que a empresa esteja dizendo que vai aprovar nada em lugar algum.

Quando, por exemplo, uma empresa de consultoria que fazia projetos para o BNDES recebia um cliente interessado em apresentar determinado projeto do BNDES - que era um estudo caro -, elaborava um contrato em que estava previsto que o custo da preparação de uma carta consulta - que é um documento já bastante complexo - ao BNDES se faria sob o risco da consultora, salvo pagamento de despesas de viagens ou coisas desse tipo que houvesse por parte dos consultores e que, se o BNDES respondesse negativamente à consulta, o cliente não estaria devendo nada. Se o BNDES respondesse favoravelmente, os serviços custariam um tanto.

Na verdade, é um contrato com cláusula de sucesso, mas não quer dizer que aquela construtora estivesse confessando, com o contrato, que iria encarregar-se de subornar o BNDES para obter uma resposta favorável.

Estou dando esse exemplo porque a expressão "contrato com cláusula de sucesso" está sendo usada aqui jocosamente, como sinônimo de um ato de corrupção, que pode perfeitamente ser. Apenas penso que precisamos ter o cuidado de não declarar que é antes de ter certeza disso, porque não somos o Ministério Público e não estamos aqui para acusar ninguém, para destruir a honra de ninguém, para macular a imagem de ninguém, mas; sim, para apurar e exhibir a verdade. Se essa verdade macular a honra de alguém, que macule, mas não podemos sair maculando a honra do povo antes de saber a verdade.

Essa é a razão das preocupações que estou apresentando e do pedido de cautela que estou fazendo neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Bem, vamos pôr em votação as propostas aqui formuladas pelo eminente Senador Esperidião Amin e por V. Ex<sup>a</sup>.

A proposta do eminente Senador Esperidião Amin é no sentido de seguirmos esse plano de trabalho. V. Ex<sup>a</sup> sugeriu que não se convocasse mais ninguém, uma vez que para a próxima semana há três depoimentos agendados. Somando os nove sugeridos, são doze; mais três agora são quinze. Além disso, há o requerimento do Senador Eduardo Suplicy para convocação do ex-Secretário, Sr. Celso Pit-



ta. Há também os do Governo de Luíza Erundina, dois, três, quatro, cinco...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Basta o Amir Khair... Vou explicar...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Não, não é isso que quero dizer aqui.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – ...do requerimento os outros dois...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Não. Mais o Secretário de Fazenda do Governo Luiz Antônio Fleury, Frederico Vasconcelos e Dr. José Fernando. Bem, cinco, se foi bem feita a conta. Um, dois...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** - São quatro, na verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Menos um. Então são quatro. Temos aqui dezenove.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Eu explico.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Um momento. O que se deve levar em conta é o seguinte: se a proposta de V. Ex<sup>a</sup> for aprovada, esses requerimentos que estão aqui serão votados em outra reunião, porque esses nove e mais três já foram votados. Já temos doze para ouvir. A proposta do eminente Senador Esperidião Amin é no sentido de que possamos ouvir esses, dar seqüência ao trabalho do Senador Vilson Kleinübing e passar para uma nova reunião interna de trabalho.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Gostaria de argumentar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Já lhe darei a palavra, Senador Eduardo Supply.

O Senador Hugo Napoleão chegou atrasado, devo esclarecer que me esqueci de justificar que S. Ex<sup>a</sup> chegaria atrasado. S. Ex<sup>a</sup> teve o cuidado de avisar ao seu colega, Presidente, mas, infelizmente, a memória me traiu e esqueci-me de comunicar à Comissão.

As inquirições estão tomando tanto tempo que os trabalhos de nossa Comissão podem ser prejudicados. O Senador Roberto Requião lembrou que às terças-feiras tem feito uma reunião interna, à qual não tenho comparecido porque a S. Ex<sup>a</sup>, como Relator, deleguei a coleta de dados. A partir de agora haverá reuniões internas para deliberar sobre convocações, e todos deveremos comparecer, porque não é possível deliberar sobre assuntos tão importantes sem número suficiente.

Como vamos fazer essas reuniões às terças e quintas, ficaremos com as terças para decidir. O eminente Senador Vilson Kleinübing, na última reu-

nião, propôs que fizéssemos as convocações nas reuniões internas de trabalho, para que não haja prejuízo. Isso foi aprovado.

Ponho em discussão, em primeiro lugar, a data em que os nove cuja convocação já foi aprovada poderão depor. Qual a sugestão dos membros da Comissão? Faremos isso no Carnaval? Penso que não, porque não podemos imaginar que alguém venha até aqui nesse período. Os três virão na quarta-feira, porque, apesar de terem assoalhado outra coisa, o próprio advogado de S. S<sup>as</sup> me confirmou a presença. E o referido advogado, Dr. Márcio Thomás Bastos, merece fé, uma vez que é um ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados e não iria, portanto, prestar uma informação que não fosse correta.

Temos nove depoimentos a ouvir. Não faremos os nove em um só dia porque é absolutamente impossível. Sugeriria, então, começarmos à tarde, fazendo, três, três e três.

Os Senadores Roberto Requião e Vilson Kleinübing, em conversa comigo, disseram que, mesmo havendo sessão no plenário, não temos como começar uma reunião às 17h, 17h30min e terminar antes de 23h, a não ser que se delimitasse o tempo de cada intervenção. Essa é a proposta do Senador José Serra, que estamos submetendo agora à Comissão.

Disse eu a S. Ex<sup>a</sup> que administrar esse tempo ficaria muito difícil, uma vez que, em uma Comissão, se o Relator falar por meia hora, podendo até falar mais um pouco depois, poderá haver um colega que se estenda também. Assim, penso que o horário deve ser livre, como tem sido até aqui. Apenas o Senador José Serra, creio eu, fez uma sugestão no sentido de se organizar os trabalhos. Oportunamente, S. Ex<sup>a</sup> também se justificou, dizendo que iria chegar atrasado a esta reunião.

Então, pergunto: marcaremos esses nove depoimentos hoje, a fim de que possamos expedir os ofícios? Eu disse, inclusive, que a única transferência que havia sido feita, porque eu não estava aqui para assinar, foi a do Sr. Governador, o qual não vou intimar pelos jornais. Reafirmo que não farei isso, pois entendo ser uma falta de educação.

Desse modo, podemos, já agora, se assim os eminentes Senadores entenderem, fixar que a oitiva dos depoentes se fará em grupos de três, em dias diversos, ou em um grupo de quatro e outro de cinco, fixando desde logo a data para não se dizer



depois que a mesma ficou ao alvedrio do Relator ou da Presidência.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Por favor, Senador.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – *(fora do microfone)* ...Santa Catarina...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Para agora, dia 04.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Numa demonstração da deferência à amizade pessoal que tem a um dos representantes de Santa Catarina, V. Exª fala muito olhando para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Falo pelo respeito e pela amizade que tenho por V. Exª.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Não há, quanto às datas para Santa Catarina, qualquer impedimento. Ficou ótima a data de quarta-feira. E V. Exª, a meu ver, não precisa intimar o Sr. Governador, pois, do contrário, teríamos que intimar o Presidente da República quando convocássemos um Diretor do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Saiu publicado nos jornais que esta Comissão iria intimar o Sr. Governador para mandar o Sr. Secretário.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – V. Exª pode convocar qualquer funcionário do Estado, a qualquer hora, sem falar com o Governador.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Quero apenas esclarecer que eu não intimaria um Governador através dos jornais.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Já me incomodei muito com notícias de jornais.

Todavia, quero ressaltar outro aspecto de caráter prático. Temos que fazer perguntas aos depoentes que possam nos ajudar a esclarecer o caso. Tenho ouvido muito enormes discursos que precedem a pergunta. O Sr. Presidente tem que limitar essas manifestações, indagando objetivamente qual é a pergunta a ser feita e que pode nos ajudar a esclarecer um ponto do processo.

Se se fizerem colocações que não sejam claras e que não possam esclarecer o processo, com tantas pessoas que vamos ter para ouvir, a reunião se prolongará até meia noite mesmo e faltará tempo.

O Sr. Relator, normalmente, já faz quase todas as perguntas. Na última reunião, depois que o Senador Roberto Requião fez suas indagações, fiz

apenas mais uma, simples e direta, para reforçar um ponto, pois o próprio Relator já havia feito as perguntas que eu gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Senador Vilson Kleinübing, sem que isso seja um diálogo, quero dizer a V. Exª que, ao final daquela reunião, a indagação era do Senador Eduardo Suplicy, que teve uma dificuldade muito grande em reduzi-la, uma vez que queria partir de uma premissa lastreada em um discurso que S. Exª havia feito de um relatório do Senador. Tanto assim, que, quando S. Exª começou a perguntar à depoente, pedi-lhe que o fizesse ao Diretor do Banco Central, como foi feito.

Se eu, àquela altura em que o Senador Eduardo Suplicy estava expondo seu ponto de vista, cerceasse essa parte, S. Exª não teria como fazer a pergunta.

Com isso, quero dizer a V. Exª que é muito difícil para a Presidência fazê-lo. Todavia, agora, a sugestão de V. Exª está acolhida pela Presidência.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Até fiz um comentário no sentido de que, se o depoente não pode trazer respostas por escrito, como posso fazer a leitura de um documento enorme por escrito? Ou ainda, se tenho realmente o interesse em buscar um dado que está faltando, este deve estar claro em minha mente para que, de pronto, faça a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Espero que os eminentes Senadores acolham a sugestão como recomendação. (Pausa.)

Acolhida, à unanimidade, a oportuna sugestão do eminente Senador Vilson Kleinübing.

Antes de conceder a palavra a V. Exª, gostaria de fixar as datas para os nove depoimentos que já estão decididos pela Comissão.

Dividiremos em três depoimentos em cada dia diferente? (Pausa.)

Muito bem.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Propo-nho quarta-feira, dia 19; quinta-feira, dia 20; quarta e quinta-feira, 19 e 20, se não me engano. Dava para conferir o calendário?

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Senador Requião, terças-feiras as reuniões internas, e quarta e quinta as externas, porque 15 é...

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Não, não. Três por semana ...



**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Depois, na outra semana.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Dia 16 é...

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - É terça-feira.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – É quarta.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Não, 17 é segunda; 18, terça; 19...

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Dia 17 é segunda, 18 é terça, quarta é dia 19. Então, 19 e 20. Três e três.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Três e três. E as três seguintes na outra. Muito bem.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Semana que vem é dia 5, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Dia 5.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Semana que vem é dia 5.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - Dia 5, dia 19 e dia 20.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Muito bem. Não, dia 5, não.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Dia 5 é quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Dia 5, quarta-feira, são os três que já estavam decididos. Depois, vem só dia 19 e dia 20, quarta e quinta.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Dias 5, 19 e 20.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Depois, no dia 26, mais três, que é uma quarta-feira. Depois, dia 27, mais três, que são os três que o eminente Senador Vilson Kleinübing indica e, que, se for aprovado, com nome idêntico do Fernando Ferreira de Melo Junior.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Com isso, teríamos o programa de fevereiro completo.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Só para ouvir.

**O SR. GERALDO MELO** - Isso significa...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Não. São só os que estão aprovados. Só estou mostrando que temos aprovado aqui. Já temos

**O SR. GERALDO MELO** - *(Inaudível. Fora do microfone).*

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Não, só... Estamos fixando datas, eminente Senador Geraldo Melo, para o que foi aprovado conforme consta

da ata. Esses são requerimentos novos que serão postos em votação agora. Esses são aqueles contra os quais V. Ex<sup>a</sup> se insurgiu pelo volume de trabalho que estava aqui. Colocarei...

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Sr. Presidente, é uma questão de esclarecimento.

Esta CPI se iniciou no dia 15 de dezembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Atenção, que há um esclarecimento.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) - Temos 90 dias. Se não contássemos, como nos possibilita o recurso, da remissão ao... *(inaudível)* ...processo penal...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Eminente Senador Casildo Maldaner, o eminente Relator está fazendo um esclarecimento a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) - Esta Comissão se instalou no dia 15 ou 16 de dezembro. Se não excluíssemos os dias de paralisação do Senado, o que seria possível pela remissão ao Código de Processo Penal, terminaríamos no dia 15 ou 16 de março de 1997. No entanto, o Senador Jader Barbalho apresentou um documento com um terço de assinaturas, o que prorroga automaticamente o período da Comissão por mais 90 dias. Então, teríamos 15 de março, abril, maio e junho. Então, nós...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não é isso o que está escrito na nossa planilha. A nossa planilha diz: "instalada a Comissão no dia 03/12 ... e o término do prazo da Comissão é em 7 de abril de 1997.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Como é que fica? Dias 3 de dezembro; 3 de janeiro; 3 de fevereiro; 3 de março; 3 de abril; 3 de maio, 3 de junho. Ela foi prorrogada por 90... Não havia ainda a prorrogação. Janeiro, fevereiro, março, abril. Não.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – É dado atualizado de 23 de janeiro.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Então, há um erro.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O Senador Esperidião Amin tem razão. Como entrou na pauta da convocação extraordinária, o prazo está correndo.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Sim, estou contando o prazo. Então, se é 3 de dezembro – mas não é isso o que está aqui?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Aqui é com ou sem a prorrogação?



**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Foi um cálculo errado.

**O SR.** (*Não Identificado*) – Vai até junho.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Não. veja: 3 de dezembro, 3 de janeiro, 3 de fevereiro, 3 de março, 3 de abril, 3 de maio.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Eminente Senador Requião...

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – .... período de recesso.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Não conta. O Natal não conta e não vai contar o carnaval.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Mas há um aspecto que nosso Secretário lembra com muita oportunidade: que não há o requerimento de prorrogação aqui.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Há. Foi apresentado na mesa pelo Senador Jader Barbalho e lido na mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Olha! E que não veio!

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – É preciso conferir e votar no Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Foi conferido ou não?

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Não precisa votar, não. É automática a prorrogação.

**O SR. GERALDO MELO** – Ele tinha o número suficiente.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Peço à Secretaria da Comissão que providencie, junto à Mesa, o documento que foi apresentado (...) aprovado.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, ..

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Continue... Terminou o raciocínio? Eu queria falar sobre a prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup> o fará, Senador. Penso que a Comissão ficou de acordo que façamos os três na quarta-feira, dia 19, os três na quinta-feira, dia 20, e os três no dia 26, já aprovados na ata anterior. Isso está pacífico.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, apresentei um requerimento que complementa os nomes listados pelo Sr. Relator, o qual continha nomes tais como o de Secretários de Fazenda, de Estados e de outras responsabilidades e também inclui o Diretor de Dívida Pública da cidade de São Paulo. Avalio que seria inadequado convocarmos, por exemplo, o Secretário da Fazenda de Santa Catari-

na ou de outros Estados e Municípios, e ouvirmos também ouvindo o Secretário de Finanças do Município de São Paulo e o da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo. Propus ouvirmos tanto o Secretário do Governo de 1995/1996, como também o Secretário Amir Khair. Mas para obtermos esclarecimentos completos sobre a origem de emissão de títulos para pagamento de precatórios e sua utilização – somente para essa finalidade, porque a CPI não abrange o período anterior – propus também a convocação do Secretário Amir Khair. Mencionei seu Chefe de Gabinete, Nelson Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Ou um ou outro.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Não, o adequado é ouvir o titular.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Está bem.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Ele tem uma limitação de natureza física, porque sofreu um acidente grave há dois anos. Então, para se locomover a Brasília, estaria submetido a dores muito fortes; mas ele pode perfeitamente ser ouvido em sua residência. Já consultado a respeito, ele se dispõe a ouvir.

Então, eu daria preferência a isso, mas com o entendimento de que a CPI ou parte... (*falha na gravação*) ... se disporia a ir a São Paulo para ouvi-lo. Mas tenho a convicção de que ele prestará esclarecimentos importantes sobre a origem e a prática da emissão de títulos para fins de pagamento de precatórios.

Quanto à data, que é a preocupação do Senador Geraldo Melo, deverá ser aquela que especialmente o Relator, Senador Roberto Requião, houver por bem dizer: está na hora adequada de convocar, porque já examinamos os documentos que nos permitirão a arguição completa. Eu julgaria estranho dizermos que não podemos convocar, uma vez que já sabemos que será importante ouvi-los.

Por isso, submeto o tema à apreciação da Comissão. Não quero forçar que eles sejam ouvidos imediatamente, muito menos antes dos outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – No momento oportuno.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Ouvi-los no momento oportuno, mas não vejo por que se adiar



até a apreciação de requerimento de pessoas que já sabemos que darão esclarecimentos importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – A Presidência entende que V. Ex<sup>a</sup> se insurge quanto ao requerimento do eminente Senador Geraldo Melo. É isso?

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sim, penso que é adequada a ponderação de que podem ser ouvidos mais tarde. Não precisamos definir hoje a data, mas a decisão de ouvi-los, não vejo por que não acatá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup> quer decidir que eles sejam ouvidos?

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sim, e que a data seja definida posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Dr. Celso Pitta, Secretário de Finanças...

**O SR.** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Chamo a atenção dos eminentes Senadores. O Senador Geraldo Melo havia pedido que estes requerimentos que se encontram aqui, que chegassem provas mais suficientes para serem colocadas. O eminente Senador Eduardo Suppicy justifica dizendo que considera importante o depoimento do Dr. Celso Pitta, do Dr. Amir Khair e de outros cavalheiros que aqui se encontram, contanto que sejam feitos no momento oportuno. Ou seja, ele quer que se vote hoje dizendo que eles vão ser convocados e serão convocados no momento oportuno. É isso, eminente Senador Eduardo Suppicy?

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Mas ele quer que, desde logo, sem prejuízo...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Esses e os outros requerimentos, não? Há o requerimento do Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Mas quanto a esse, não houve, por enquanto, nenhuma contraposição de ninguém.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Mas eu ainda pretendo me manifestar.

**O SR. GERALDO MELO** – Eu gostaria apenas de fazer uma ponderação.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Pois não, Excelência.

**O SR. GERALDO MELO** – Em relação aos comentários judiciosos do Senador Eduardo Suppicy. Não tenho absolutamente nada contra ao fato de que reconhecemos que será preciso ouvir, é claro,

os Secretários de Fazenda de todos os municípios e Estados que estão envolvidos aqui, mais dia menos dia, precisaremos dos depoimentos. A imprensa já publicou uma lista infinita de nomes. Ouço pelos corredores o comentário de que já se desacredita que essa Comissão possa chegar a algum lugar, porque estaria levantando pedra demais.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Também me parece que não há nenhum benefício.

**O SR. GERALDO MELO** – Veja bem, trata-se de pessoas sérias, de responsabilidade, que provavelmente não têm por que fazer isso. Mas vamos supor que aprovássemos antecipadamente o nome de algum – na falta de outra expressão – mafioso desses. E a nossa aprovação serviria apenas como um aviso a ele, de que oportunamente teria de depor. Estaríamos dando um ou dois meses para que ele se prepare, prepare os documentos e venha para cá com toda a maquiagem feita. Não vejo, realmente, nada demais em que a Comissão reconheça oficialmente que precisará ouvir essa ou aquela pessoa. Não vejo a vantagem de se fazer isso, não vejo a necessidade e nem risco algum, porque se vamos precisar ouvir, no momento oportuno aprovamos e fazemos a convocação. Não se está mostrando à opinião pública algo que é um caudal de convocações e o leitor mais parcimonioso não vai chegar a nada.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Pergunto ao Senador Geraldo Melo se ele leu as 159 páginas relativas à questão que estamos examinando do Governo do Estado de São Paulo. Porque se tiver lido, verificará que lá estão documentos importantes como uma análise, por exemplo, sobre o Município de São Paulo que se refere a documentos assinados pelo Secretário de Finanças. Não se trata de nenhuma perseguição ou nada de euforia. Eu fui o candidato contra Paulo Maluf. Nada disso. Queremos esclarecimento disso. Proponho que, em função do que já expliquei sobre o Sr. Amir Khair, que a CPI vá a São Paulo ouvir o Secretário Municipal anterior. Talvez possa na mesma oportunidade – o Senador Roberto Requião está me informando -, até para caracterizar que não há nada de pessoal contra essa ou aquela pessoa ou administração, que a CPI ouça os dois no mesmo dia em São Paulo. Será até uma deferência ao Prefeito. Estou mencionando isso do ponto de vista de caracterizar que não há... É claro que se o Prefeito puder vir aqui.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Eles têm que vir.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – No primeiro caso, é uma questão de saúde.



**O SR. GERALDO MELO** - Senador, nunca me passou pela cabeça insinuar que V. Ex<sup>a</sup> estivesse orientando politicamente a sua pergunta.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** - A manifestação de V. Ex<sup>a</sup> parece pretender adiar. Mas para quando? Indefinidamente? O adiamento é feito quando há razão.

**O SR. GERALDO MELO** - Não, Senador, V. Ex<sup>a</sup> não entendeu o que disse. Desculpe-me.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** - Ouvi com bastante atenção todas as vezes que V. Ex<sup>a</sup> falou.

**O SR. GERALDO MELO** - V. Ex<sup>a</sup> não prestou atenção. Desculpe-me.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** - Prestei.

**O SR. GERALDO MELO** - Eu disse aqui apenas... Reconheço que não há como esta Comissão deixar de ouvir essas pessoas. Apenas penso que não há necessidade nenhuma, havendo mais de dezoito convocados, de aumentar esse número se não vamos ouvi-los agora. No momento em que for necessário se fará a convocação.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** - Só quero uma decisão. Será votado agora ou em outro dia? Desejo saber, porque estou premido pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Em homenagem aos Senadores Vilson Kleinübing e Esperidião Amin, que têm de viajar, antecipamos a reunião. Tive que alterar toda a minha agenda, juntamente com os Senadores Nabor Júnior e Geraldo Melo, pois estamos também - como dizia o nosso velho Rui Barbosa - esporeados pelo tempo, para apresentar o nosso trabalho sobre as normas da eleição. É exatamente sobre esse requerimento que está havendo manifestação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> e depois a concederei ao Senador Hugo Napoleão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Estamos aqui reunidos para tratar *interna corporis* dessa questão. Temos uma agenda fechada até final de fevereiro, com matérias que já autorizamos. Os dias 5, 19, 20, 26 e 27 de fevereiro estão ocupados com oitivas, e as convocações já foram feitas. Não me sinto premido por autorizar mais alguma - quero deixar isso claro -, nem as do Senador Vilson Kleinübing, nem as do Senador Casildo Maldaner, nem as do Senador Eduardo Suplicy, no momento. Se vamos realizar reunião todas as semanas, a partir da terça-feira seguinte ao Carnaval, dia 19, quando iniciaremos

outra série de oitivas, com novos fatos, pode ser que seja importante chamar o Sr. Celso Pitta imediatamente - e vou querer chamá-lo. Se Amir Khair não puder vir, vamos até ele. Pode ser também que no dia 18 de fevereiro estabeleçamos que o mais importante seja ouvir alguém que esteja na lista do sigilo telefônico, que não recebemos ainda, ou um Tribunal de Contas, que deu informação equivocada, ou que não nos deu informação, chamar sob vara quem nos sonegou informação.

Aí vou saber se o requerimento do Senador Vilson Kleinübing... Faço questão de incluir o de S. Ex<sup>a</sup> para dizer que estou procurando. Não sou beneditino, não sou imparcial; sou jesuíta. Quero, pelo menos, ser equânime.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Não há o Marquês de Pombal no Brasil.

**O SR. CASILDO MALDANER** - V. Ex<sup>a</sup> já leu **O Nome da Rosa**, de Humberto Eco? Trata-se de maravilhosa disputa entre beneditinos e franciscanos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Os *fratelli* e a dissidência franciscana. Assisti ao filme cinco vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - O eminente Senador Esperidião Amin adota a sugestão do eminente Senador Geraldo Melo no sentido de que esse requerimento seja votado no dia 19, uma vez que há depoentes convocados até para o dia 26. O Senador Roberto Requião, Relator, considera interessante a proposta.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) - Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** - Ouvi as considerações do Senador Geraldo Melo e não estou falando a respeito de política ou das decisões intrínsecas da Comissão, que pode, a qualquer **tempo**, a qualquer hora, a qualquer momento, em qualquer dia, decidir a respeito de convocações, ou desfazer as convocações, ou refazê-las, ou ampliá-las, atualizá-las. Podemos chegar à conclusão de que é extremamente necessária a convocação de determinada pessoa - vimos a convocação do ex-Secretário -, como podemos achar que, em função de dados ou de documentos e de outras informações, ela possa, eventualmente, não ser necessária.

Então, porque dispomos do direito de decidir a qualquer tempo - só por causa disso -, abstraindo-me de outras considerações, estou de acordo com o que diz o nosso Colega, Senador Geraldo Melo.



**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Gostaria de fazer uma observação prática para nós todos. Não traremos aqui, no mês de fevereiro, mas só em março, o Sr. Ibrahim Borges Filho, dono da IBF – Factoring, empresa que tem um capital de R\$10 mil e ganhou US\$34 milhões nos processos de três ou quatro empresas, conforme dados da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Desculpe-me, Senador Vilson Kleinübing, mas o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> não está em jogo.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Não, estou fazendo um comentário...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, acho que foi...

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Não estou dizendo que não foi, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Está-se discutindo apenas a conveniência...

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - Sr. Presidente, não estou dizendo nada disso. Estou dizendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup> não quer logo ouvir?

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - Não, depois ele será colocado em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Nisso já há uma conveniência.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Numa reunião informal como esta, gostaria de ter a oportunidade de lembrar que não foram de grande relevância alguns depoimentos prestados aqui – como foi dito -, mas estou apenas dizendo que se trouxermos o Sr. Ibrahim Borges Filho para depor – creio que ele já deve estar foragido, pois estamos demorando para trazê-lo -, esta CPI vai pegar fogo.

Sr. Presidente, gostaria de voltar à sugestão prática inicial: uma vez aprovado, V. Ex<sup>a</sup> fixa a data.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Sim, vou fixar o dia 19.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – O Presidente fixa a data.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Se o Plenário entender da oportunidade já, a Presidência designará o dia 19. A recomendação de V. Ex<sup>a</sup> é altamente procedente pela relevância. Esse depoente deve ser o primeiro no dia 19.

Então, vamos colocar em votação.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Parece-me, Sr. Presidente, nobres Colegas, que, nessa seqüência dos nomes já elencados para o próximo dia 5, já há três de Santa Catarina, e ainda mais nove para as próximas semanas.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Aí só temos no dia 19.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Dias 19 e 20; depois, 26 e 27...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – No dia 19, incluiríamos o Sr. Ibrahim Borges, em face da relevância.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Incluindo o Sr. Ibrahim Borges, no dia 19 e mais dois. Acho que ficariam três depoentes, para se ter um ordenamento do trabalho.

Sr. Presidente, estive conversando com o Sr. Vilson Kleinübing e percebemos que, de Santa Catarina, foram indicados hoje mais dois nomes. Um deles já havia sido indicado na última reunião, o Presidente do Banco. Eu havia proposto alteração do Diretor Financeiro, ou pelo Banco...

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Fernando de Melo Júnior.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Exato, no lugar de um funcionário. Como o Senador Vilson Kleinübing está apresentando agora o nome do Diretor Financeiro, eu conversei com S. Ex<sup>a</sup> sobre a substituição daquele funcionário. Não conversei ainda com o Senador Esperidião Amin, mas penso que o Senador Vilson Kleinübing concordaria em substituir aquele funcionário pelo Diretor Financeiro que está apresentando agora. Aí ficariam 4 de Santa Catarina. No lugar do funcionário, ficaria o Diretor-Financeiro que o Senador Vilson Kleinübing está apresentando, mais o Presidente do Banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – E V. Ex<sup>a</sup> acrescentaria um outro nome?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Não, apenas o Presidente do Banco. Quem está acrescentando um nome é o Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O Senador Vilson Kleinübing está colocando o mesmo nome que V. Ex<sup>a</sup> indicou.

**O SR. CASILDO MALDANER** – E mais um.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – E mais um, que é Francisco José Grossi.



**O SR. CASILDO MALDANER** – Quem sabe o Diretor Financeiro ficaria – conversaria com ele – e se o eminente Relator concordar, no lugar do funcionário que é ligado a essa área deles, viriam o Diretor-Financeiro e o Presidente do Banco.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Ninguém autorizou a convocação do Presidente do Banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Não, ainda está em discussão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Já foi autorizada a convocação, a pedido do Relator, na primeira reunião da semana passada, ...

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – A pedido do Relator.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – ...do ex-Secretário da Fazenda, que entendo ser o que mais interessa – quando foi emitido o título – e também o atual Secretário da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Esses já estão indicados.

**O SR. CASILDO MALDANER** – E mais um funcionário.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – O servidor que aparece no lançamento do compromisso. O Senador Roberto Requião não foi procurar um nome, foi procurar um homem; foi procurar quem estava lá.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Eu estou apenas fazendo uma sugestão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não vejo por que incluir mais alguém sem ouvir esses. Ouviremos, na semana que vem, três pessoas, para não dizerem que estamos discriminando. Se for insubsistente o que o Sr. Ferreira nos disser, vamos ouvir mais um.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – O Sr. Ferreira não foi convocado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O nome do Sr. Ferreira não foi aprovado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Carlos Alberto Ferreira?

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Esse é outro.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Trata-se do Sr. Fernando, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Sim, este foi.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Estou-me referindo àquele nome que foi aprovado. Ouviremos três pessoas no próximo dia 05: o ex-Secretário da Fazenda, o Ferreira, que aparece nos papéis, pois o Sr. Fernando Ferreira de Melo estava licenciado do banco. Por isso, não sei se será necessário ouvi-lo.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Senador Esperidião Amin, apenas estou acrescentando...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não sei se, no dia 24 de outubro, o Sr. Fernando Ferreira de Melo estava licenciado do Banco do Estado de Santa Catarina para coordenar campanha eleitoral.

Estão, portanto, convocadas as três pessoas. Se o Sr. Ferreira, que já está convocado, for pouco, comprometo-me com V. Ex<sup>a</sup> de, no mesmo dia, Senador Casildo Maldaner, a incluir mais um.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, vejo que se trata de matéria vencida. Portanto, ficam os três, mais o Presidente do Banco, cujo nome havíamos colocado na reunião passada e mais – há um adendo do Senador Vilson Kleinübing – o Diretor do Banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Consideramos urgente. Entendo que houve uma decisão unânime de que é urgente a convocação do Sr. Ibrahim Borges Filho.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não há como comparar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Um momento, Senador Esperidião Amin. Entendo que é decisão unânime a convocação a esta Comissão daquele que consta no requerimento do Senador Vilson Kleinübing. No dia 19, ele será convocado. Sobram dois: o Presidente do Banco do Estado e o Diretor Financeiro. Esses dois, dentro do raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, serão submetidos a requerimento no dia 19, depois que for ouvido o Sr. Ferreira, dentro do mesmo estilo que sugeriu o Senador.

Conseqüentemente, esses requerimentos que aqui estão, à exceção do nome do Sr. Ibrahim Borges Filho, ficam em compasso de espera para o próximo dia 19.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** – Não é muita gente, são duas Instituições: a Secretaria da Fazenda e Banco do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – Isso ocorre porque temos até o dia 26. Somente por isso.

A decisão é unânime. Os que sobraram ficam para um momento oportuno.

**O SR. RELATOR** (Roberto Requião) – Operacionalmente, vamos retirar o terceiro do dia 19 e incluir o Sr. Ibrahim. Os outros dois passam para o fim da lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Bernardo Cabral) – O primeiro a prestar depoimento será o Sr. Ibrahim, no dia 19.

Srs. Senadores, creio que precisamos estar presentes à Ordem do Dia da sessão.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 15h46min.)*



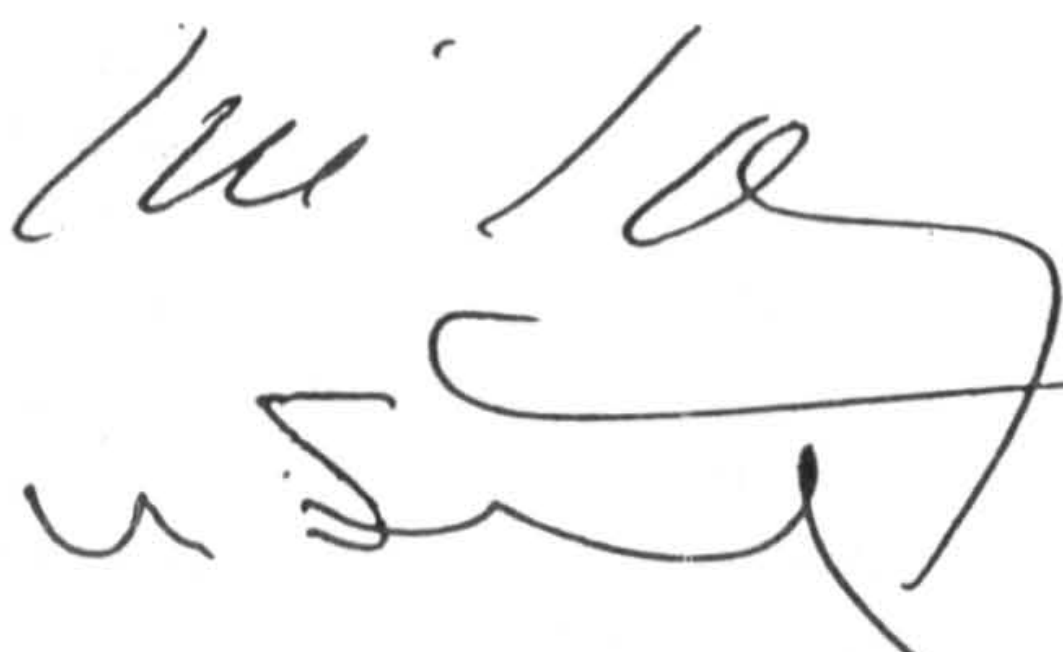
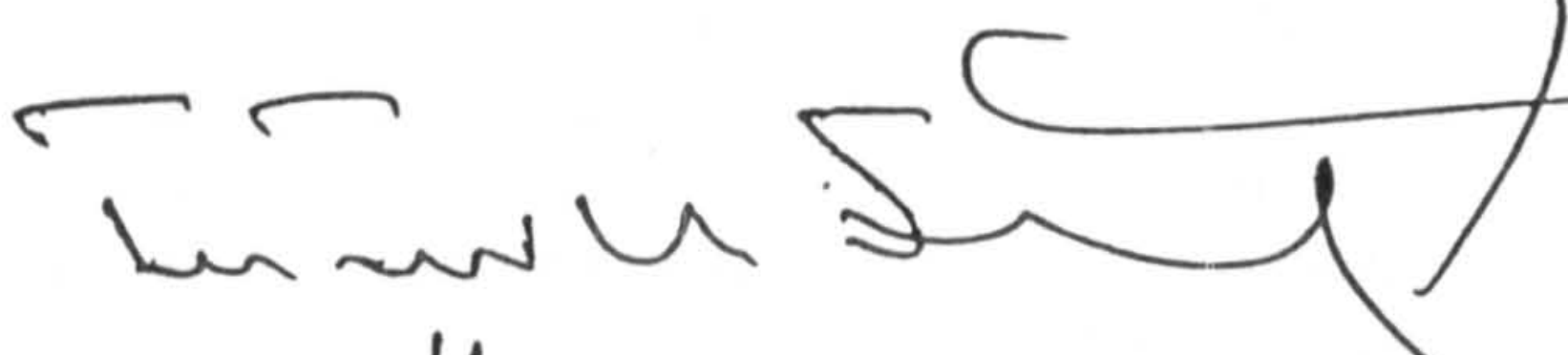
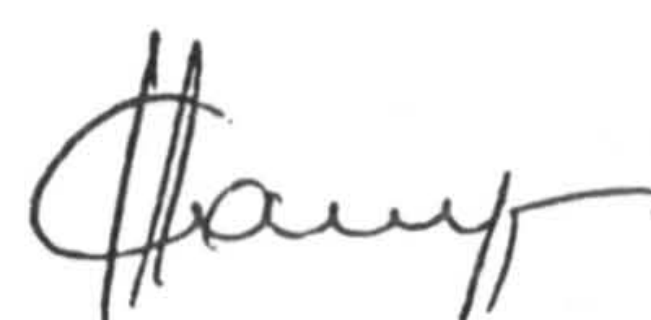



(\*) **ATO DA COMISSÃO DIRETORA**  
**Nº 05 , DE 1997**

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Readaptar o servidor FRANCISCO JOÃO DE SOUZA, matrícula nº 2554, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte, Nível II, Padrão 30, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 24 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 22 de janeiro de 1997.

	<b>José Sarney</b>
	<b>Teotônio Vilela Filho</b>
	<b>Júlio Campos</b>
	<b>Renan Calheiros</b>
	<b>Ney Suassuna</b>
	<b>Emilia Fernandes</b>

(\*) Remetido a republicação por haver saído com incorreção no DSF, de 23-01-97



**(\*) ATO DO PRESIDENTE**

Nº 16, DE 1997

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de sua competência,

**RESOLVE** manter **RAIMUNDO CARREIRO SILVA** no exercício da função comissionada de Secretário-Geral da Mesa, símbolo FC-10, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 5 de fevereiro de 1997.



**Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**  
Presidente

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº. 93, DE 1997

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1480/97-9,

**RESOLVE** dispensar a servidora **MARIA BEATRIZ DE ANDRADE SANTIAGO DA SILVA**, matrícula 2388, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha,


---

(\*) Republicado para acrescentar o número.



com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 94 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1480/97-9,

RESOLVE designar a servidora MARIA BEATRIZ DE ANDRADE SANTIAGO DA SILVA, matrícula 2388, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral




**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 95 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1481/97-5,

RESOLVE dispensar o servidor RICARDO LUIZ LEITE OLIVEIRA, matrícula 1419, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 96 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1481/97-5,

RESOLVE designar o servidor RICARDO LUIZ LEITE OLIVEIRA, matrícula 1419, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de



Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 97, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1488/97-0,

RESOLVE designar o servidor MARCELO BASTOS TIGRE, matrícula 1390, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador José Ignácio Ferreira, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 98 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.966/97-5,

**R E S O L V E** aposentar, por invalidez, **MARIA NEUSA DE CASTRO**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Taquigrafia, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, § 1º, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, e na Resolução (SF) nº 76, de 1995, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**MESA****Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

**1º Vice-Presidente**

Geraldo Melo – PSDB – RN

**2º Vice-Presidente**

Júnia Marise – PDT – MG

**1º Secretário**

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

**2º Secretário**

Carlos Patrocínio – PFL – TO

**3º Secretário**

Flaviano Melo – PMDB – AC

**4º Secretário**

Lucídio Portella – PPB – PI

**Suplentes de Secretário**

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO  
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitacio Cafeteira

**Vice Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma



## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner – PMDB – SC

**Vice-Presidente:** José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

#### PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

#### PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

#### PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

#### PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

#### PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

#### PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

#### PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
Romeu Tuma (Corregedor)





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA

## **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

## **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

## **SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

## **SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO  
VICE-PRESIDENTE: VAGO  
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344



**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BENI VERAS	CE-3242/43	4-VAGO	
PPB			
ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA	SP-2051/57		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060



**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286



**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546



**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
 (Designada em 25-4-95)

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
José Fogaça		Marluce Pinto <sup>1</sup>
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	<b>PFL</b>	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	<b>PSDB</b>	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	<b>PPB</b>	
Esperidião Amin		
	<b>PTB</b>	
Emília Fernandes		

Osmar Dias<sup>2</sup> **PP**  
**PT**

Benedita da Silva  
 Eduardo Suplicy  
 Lauro Campos

**DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	<b>Bloco Parlamentar PFL/PTB</b>	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	<b>PMDB</b>	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	<b>PSDB</b>	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	<b>PPB</b>	
Fetter Júnior <sup>3 4</sup>		João Pizzolatti
	<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	<b>PT</b>	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96



## Novas publicações

### **CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)**

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

### **CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)**

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)**

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

### **GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)**

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

### **LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)**

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### **LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

### **RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)**

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

### **REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

#### **Pedidos à**

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte .....	R\$ 31,00
Porte do Correio .....	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



**CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL**



**A N O S**  
1963 1996

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS**